

REVISTA AUTÊNTICOS

Volume 4 - Número 4

Julho 2024

ISSN - 2675 - 9543



**O COMBATE AO AEDES AEGYPTI
É UMA LUTA DE TODOS**



revistaautenticos.com.br

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
(CIP)**

R454

Revista Autênticos [recurso eletrônico] / [Editor Chefe]
Fernando Piffer – Vol. 4, n.4 (jul. 2024) – São Paulo-SP:
Instituto P2G Educacional, 2024.

Bimestral

ISSN 2675-9543

Disponível em: <https://revistaautenticos.com.br/>

1. Educação Infantil. 2. Educação Inclusiva. 3. Ensino
Lúdico. 4. Gestão Escolar. 5. Práticas Docentes. 6.
Neuropsicopedagogia. 7. Alfabetização e Letramento. 8.
Sustentabilidade. 9. Arte. 10. Biologia. 11. LIBRAS. 12. I.
Piffer, Fernando.

CDD: 371.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB-6/2422

www.revistaautenticos.com.br

E-Mail: contato@revistaautenticos.com.br

Rua Marquês de Lages, 729 – Ipiranga – São Paulo-SP – CEP 04162-001 Fone (11) 2947-3283

O COMBATE AO AEDES AEGYPTI É UMA LUTA DE TODOS

Uma reportagem do G-1 apontou que nas primeiras onze semanas de 2024 os casos de dengue ultrapassaram a marca de 2 milhões de ocorrências, registrando aproximadamente 700 óbitos, segundo dados fornecidos pelo Ministério da Saúde. Esse cenário representa um recorde histórico da doença no país desde o ano 2.000, quando os dados passaram a ser coletados. Para se ter uma ideia, em Março deste ano já havia aproximadamente 730 mil casos da doença, contra 381 mil casos em Março do ano passado, e, com estas proporções alarmantes, o Ministério da Saúde estima que até o final do ano serão computados cerca de 4,2 milhões de casos.

A dengue é uma doença febril extremamente grave causada por um arbovírus, ou seja, um vírus que é transmitido por meio da picada de insetos, neste caso, a picada do mosquito aedes aegypti, que se prolifera mais intensamente nos períodos em que as chuvas aumentam, como no verão, por exemplo, visto que ele necessita de água limpa e parada para se proliferar. A dengue é transmitida por meio da picada da fêmea do mosquito que adquire o vírus ao picar uma pessoa já infectada, e dessa forma ela continua infectando as pessoas que ela picar. Pessoas de todas as idades podem ser infectadas, sendo que crianças e idosos são os grupos mais suscetíveis.

Geralmente, a febre alta repentina, fortes dores de cabeça, dores no corpo, especialmente nas articulações, fraqueza, prostração, manchas vermelhas, dor atrás dos olhos e coceira na pele, são sinais considerados alarmantes e que indicam gravidade, entretanto, a dengue pode não apresentar sintomas, indicando um quadro mais leve da doença. Os sinais de alarme ocorrem entre o terceiro e o sétimo dia do início dos sintomas, e caso não sejam tratados adequadamente nessa fase podem se agravar e apresentar dores abdominais agudas, vômito, sangramento das mucosas e hemorragias graves e persistentes, podendo levar o paciente a óbito. Não se conhece um tratamento específico, assim, os médicos recomendam repouso e bastante água, evitar o uso de medicamentos sem prescrição, mas procurar um médico ao apresentar estes sintomas.

Com o intuito de mobilizar iniciativas do Poder Público e conscientizar a população sobre a necessidade de ações efetivas para o combate à dengue, foi decretada a Lei 12.235, de 2010, que institui o dia 19 de Novembro como o Dia Nacional de Combate à Dengue, e que estabelece que o Sistema Único de Saúde do Ministério da Saúde está incumbido de desenvolver campanhas educativas não apenas na terceira semana de novembro, mas durante todo o ano, especialmente quando o país se depara com uma situação tão inquietante como essa. Assim, conscientizar as pessoas a não deixarem garrafas, pneus, pratos de plantas, lixeiras, caixas d'água, e objetos que possam reter água limpa, contribuindo para a proliferação do Aedes Aegypti, é seu objetivo.

A escola, como não poderia deixar de ser, tem se mobilizado para orientar as crianças e também a comunidade. Na rede pública, as 5.000 escolas filiadas ao Estado de São Paulo promoveram, no dia 1º de Março, o Dia D de Combate à Dengue, buscando atingir cerca de 3,2 milhões de alunos mediante apresentação de materiais informativos apropriados às idades, além de discutir temas como limpeza, descarte de materiais, sintomas da doença, checagem rotineira de possíveis focos de proliferação do mosquito. Utilizar meios digitais e as redes sociais para visualizarem fotos, vídeos e postagens relacionadas ao Aedes Aegypti, são instrumentos totalmente indicados.

O MEC tem buscado que as escolas se tornem centros de conscientização e prevenção por meio de estratégias, além de utilizar o PDDE, Programa Dinheiro Direto na Escola, para melhorar a infraestrutura, realizar dedetização e pulverização, reparos, adequações, manutenção de ralos, calhas e telhas, materiais de consumo como desinfetantes, repelentes e cloro. Porém, promover uma cultura contínua de combate à dengue, para que os alunos se tornem combatentes engajados nessa terrível batalha contra a dengue, tornou-se uma missão das escolas.

Fernando Piffer é formado em Economia, com Pós-Graduação em Redação e Oratória, e é editor da Revista Autênticos.

CONSELHO EDITORIAL

Elaine Cristina Piffer
Rosana Gomes
Luciana de Moraes
Alcinda Ponce
Jorge Longuine Palhares
Talita Spadoni Piffer
Cezira Antonelli
Yara Cristina Nieri
Cláudia Duarte
Fernando Piffer

EDITOR CHEFE

Fernando Piffer

NORMALIZAÇÃO E REVISÃO DE TEXTOS

Talita Spadoni Piffer

DIAGRAMAÇÃO

Daniel Lyrio Teixeira

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Rosana Gomes

PROJETO GRÁFICO E DIGITAL

Daniel Spadoni

COPYRIGHT

Revista Autênticos. Instituto P2G Educacional, Volume 4, Número 3 (Julho, 2024) – SP

ISSN - VERSÃO DIGITAL

2675-9543

Publicação Bimestral coligada ao Instituto P2G Educacional.

Exceto o Editorial, todos os artigos publicados refletem a opinião dos seus autores. A responsabilidade pelos conteúdos é exclusiva dos mesmos, sendo que não expressam, necessariamente, a opinião deste Conselho Editorial.

É permitida a reprodução total ou parcial dos conteúdos, desde que as fontes sejam devidamente citadas.

SUMÁRIO

05– AS CONTRIBUIÇÕES DA NEUROPSICOPEDAGOGIA PARA OS TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM
PAULA MIGUEL VADILETI SILVA

19– A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA CITOLOGIA PARA OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA
TELMA REGINA STOCCO MARTINS

34– A IMPORTÂNCIA DOS VÍNCULOS AFETIVOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA
FERNANDA BARROSO DE PÁDUA SOUZA
MAIARA FONTES GONSALVES FREITAS

49– AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA PARA AS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL
LÍDIA MORAIS DE OLIVEIRA

63– LIBRAS NO ESPAÇO ESCOLAR: A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE LIBRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL
MÔNICA DE FÁTIMA BAPTISTA
ELIANA GUEDES DE MELO
ELISLAINE APARECIDA PERES LEGASPE

72– LUDICIDADE E O PAPEL DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
MISLAINE FERNANDES BENEDITO
PATRÍCIA FERNANDES BENEDITO

85– IMPACTOS DO TDAH PARA A APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL I
VALÉRIA CRISTINA DOS SANTOS GOES
RAQUEL GOMES
PAULA ENIZA SANTOS TELES DE MEDEIROS

96– DIFICULDADES PARA INCLUSÃO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE ASPERGER NA ESCOLA REGULAR
ELISABETE MARIA DA SILVA CARDOSO
ROSELENE COSTA BARROS

111– A FORMAÇÃO DO DOCENTE ALFABETIZADOR
MÁRCIA REGINA LEÃO ACOSTA BROCHIERI
MIRIAM SOUZA MACIEL

120– EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS E ALIANÇAS ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA
CAROLINA MAURÍCIO DE OLIVEIRA
PAULO VITOR ALEXANDRINO

131– GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: A GESTÃO ESCOLAR PARTICIPATIVA FRENTE À RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS NO AMBIENTE ESCOLAR
ALESSANDRA NEGRÃO DOMINATO BARROS
SILVIANE OLIVEIRA

142– ALFABETIZAÇÃO PARA DISLÉXICOS
ANA CAROLINA FRANCO
LEANDRA APARECIDA CANUTO DOS REIS
FLÁVIA CAROLINE MUNIZ

152– SUSTENTABILIDADE SE APRENDE
DENISE TARDELLI TALIATI
HELEN ROSANA DE ARRUDA
VIVIANE FERRAZ DE SOUZA ALEXANDRINO

163– DESAFIOS PARA EDUCADORES FÍSICOS DIANTE DAS INCLUSÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL
ALEXSANDRA NUNES DE ALMEIDA SANTOS SILVA
MARIA DA GUIA PIRES GALDINO
CAMILA CAMPOS DE OLIVEIRA SALA

178– PRATICANDO A ÉTICA NO COTIDIANO EDUCACIONAL: PEQUENAS AÇÕES, GRANDES IMPACTOS
PRISCILA PUCCETTI RODRIGUES KYT



AS CONTRIBUIÇÕES DA NEUROPSICOPEDAGOGIA PARA OS TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM

Paula Miguel Vadileti Silva

Formada em Pedagogia, com Pós-graduação em Educação Emocional; A. E. E; LIBRAS; Alfabetização e Letramento; Educação Infantil: Práticas em Sala de Aula; Distúrbios de Aprendizagem; Educação Ambiental e Alfabetização e Letramento no Ensino da Matemática.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo realçar a relevância da Neuropsicopedagogia nos processos de aprendizagem, uma vez que as questões que envolvem a aprendizagem, bem como as diferentes maneiras como as pessoas a assimilam, tem trazido uma grande quantidade de pesquisas nas últimas décadas. Mesmo sendo um ramo da ciência bastante recente, a Neuropsicopedagogia tem contribuído de forma eficaz para que sejam concebidas práticas pedagógicas compatíveis, destinadas aos indivíduos que apresentem dificuldades de aprendizagem significativas, para que encontrem uma possibilidade efetiva de aprenderem e de desenvolverem o seu potencial intelectual, aprimorando suas capacidades, melhorando sua autoestima e tornando-se habilitados para exercitarem sua cidadania na sociedade. As transformações que o mundo vem experimentando estão causando impacto também na esfera da Educação, a descoberta de novas ferramentas geram novas metodologias e criam novas perspectivas que viabilizam novas maneiras de lapidar os processos de aprendizagem. Assim, este artigo se ocupa em ressaltar a importância da Neuropsicopedagogia, uma concepção ainda nova dentro do contexto da aprendizagem, e que surgiu da junção de vários setores do conhecimento como a Psicologia, a Pedagogia e a Neurociência. Dessa forma, a Neuropsicopedagogia torna-se um campo da ciência que oferece uma compreensão mais extensa e abrangente sobre as formas como a aprendizagem se processa no cérebro humano. Neste artigo, porém, o foco estará mais voltado à aprendizagem das crianças no ambiente escolar, e quais as contribuições que a Neuropsicopedagogia pode oferecer aos alunos, proporcionando o suporte necessário para que os professores se utilizem dessa ferramenta de uma maneira produtiva.

Palavras-Chave: Neuropsicopedagogia; Aprendizagem; Escola; Transtornos.

INTRODUÇÃO

Além de uma conquista excepcional, a inclusão escolar é, sem dúvida, um dos maiores desafios para a educação nacional, visto que, ano após ano, as escolas têm matriculado mais alunos com algum tipo de deficiência, e a inclusão destes alunos nas salas de aula regulares já se comprovou ser uma tarefa das mais difíceis. Apesar dos debates acadêmicos a esse respeito, a maioria dos educadores encontram dificuldades em tornar o processo inclusivo mais efetivo. Este árduo desafio precisa ser enfrentado com todas as ferramentas possíveis, e a Neuropsicopedagogia se propõe a oferecer suas valiosas contribuições, uma vez que ela pretende compreender as maneiras como a aprendizagem se processa no cérebro humano, e adequar os transtornos de aprendizagem no contexto da prática pedagógica, orientando os educadores a avaliar cada criança no ambiente escolar, atentando sempre para sua individualidade e sua capacidade.

“O cérebro é a matéria-prima para o sucesso da aprendizagem. É o responsável pela integração do organismo com seu meio ambiente. Se considerarmos a aprendizagem resultante da interação do indivíduo com o meio ambiente, percebemos que é ele o que propicia o arcabouço biológico para o desenvolvimento das habilidades cognitivas” (PANTANO e ZORZI, 2009 p. 11).

A Neuropsicopedagogia é reconhecida como uma ciência que estuda o sistema nervoso e os seus impactos no comportamento humano de forma transdisciplinar, especialmente no que diz respeito à aprendizagem. Ela busca cooperar para a promoção de a integração educacional e o desenvolvimento social do indivíduo, sempre tendo como alicerce os diagnósticos, focando na prevenção e, também, na reabilitação de possíveis transtornos de aprendizagem. Por isso, faz-se necessário conhecer o sistema nervoso e suas correlações com a constituição do organismo, compreendendo claramente como se dá o desenvolvimento da aprendizagem.

A contribuição da Neuropsicopedagogia para os processos de aprendizagem é o intuito deste artigo, o qual apresentará, inicialmente, um breve histórico da Neuropsicopedagogia e as perspectivas criadas em todas as esferas da aprendizagem, especialmente no caso de estudantes cuja dificuldade para aprender seja identificada. Em seguida serão apresentados os três fundamentos da Neuropsicopedagogia: Neurociência, Psicologia e Pedagogia, onde cada parte oferece sua parcela de contribuição à aprendizagem. A seguir serão destacados os principais transtornos de aprendizagem e o impacto gerado nas crianças que necessitam de atenção diferenciada

para, dessa forma, dar suporte aos educadores a trabalharem de forma direcionada com estas crianças. Ao final, considerar proceder as avaliações que permitirão aos educadores, reconhecidamente os mediadores do processo, com apoio de equipes multidisciplinares, chegarem a um diagnóstico mais preciso, e, assim, encaminhem as crianças para intervenções neuropsicopedagógicas adequadas.

A CONCEPÇÃO DA NEUROPSICOPEDAGOGIA

Uma conquista inestimável foi a inclusão escolar e seu aspecto de abrangência a todas as crianças com necessidades especiais ou com dificuldades de aprendizagem. Este movimento desencadeou um enorme obstáculo, e, para superá-lo, constatou-se a necessidade de se buscar conhecimentos mais específicos referentes ao tema do desenvolvimento da aprendizagem, tentando compreender cada vez mais como ela se processa no cérebro humano. Compreender os movimentos do sistema cerebral e a maneira como os componentes da aprendizagem acontecem, como as interligações dos neurônios cooperam para a aquisição do conhecimento, torna-se um ponto essencial. Sabendo que até pouco tempo atrás o enfoque da educação estava nos conteúdos, na metodologia sistematizada que se aplicava de modo sequencial e repetitivo, conceber os processos de aprendizagem e a maneira como ela se desenvolve nas crianças é algo muito recente.

“Durante a Segunda Guerra Mundial, Alexander Romanovich Luria (1901-1978) estudou e mapeou o desenvolvimento de indivíduos com lesão cerebral, constatando alterações de comportamento referentes às bases neurológicas” (RAMALHO, 2015 p. 02).

Considera-se que estes experimentos são a primeira ligação entre a Psicologia e a Neurociência, sendo que esta conjunção de áreas possibilitou a compreensão de que cada pessoa possui sinapses diferentes e diferentes maneiras de aprender. Ao associar essas áreas permitiu-se ampliar o entendimento de como estes processos ocorrem.

“...quando um grupo de docentes que realizava assessoria em cursos de pós-graduação recebeu um convite do Grupo Educacional Censupeg para investir em pesquisas que produzissem novos conhecimentos acerca da realidade educacional da época, algo inovador e bem fundamentado, que fosse um marco de transformação na educação. O objetivo era ir além das emoções da Psicologia, da constituição cerebral da Neurociência e das metodologias da Pedagogia, mas sim aproximar estes saberes trazendo o que cada um tem de mais especial visando modificar o modo de interagir com o conhecimento. Aceito este desafio, foi possível desenvolver novas concepções no que diz respeito à aprendizagem, às dificuldades

de aprendizagem, à inclusão, à interdisciplinaridade e até mesmo às metodologias aplicadas durante esses processos, revendo, repensando, reformulando, refletindo todos eles. A preocupação era fundamentar cientificamente esses novos olhares, buscando a compreensão ampla da cognição” (CHUPIL, SOUZA E SCHNEIDER, 2018 p. 14).

No início, as alas mais conservadoras da Educação exerceram severas críticas, descrevendo a Neuropsicopedagogia como uma ameaça, visto tratar-se de um elemento novo, que explorava áreas até então pouco estudadas no contexto da educação e da aprendizagem. Ainda debaixo de conflitos, foi instalada, em 2008, em Jaraguá do Sul, Santa Catarina, a primeira turma do curso de Neuropsicopedagogia da Faculdade Censupeg. No ano seguinte, o curso teve seu nome alterado para Neuropsicopedagogia e Educação Especial e Inclusiva, o que popularizou mais o curso e abriu um espaço mais amplo para se conhecer melhor os aspectos da aprendizagem.

Neste sentido, A SBNPq (Sociedade Brasileira de Neuropsicopedagogia) atua visando que os profissionais neuropsicopedagogos sejam reconhecidos com maior legitimidade, incentivando publicações científicas, teses e outros trabalhos que ratifiquem os resultados já alcançados referentes ao conhecimento dos processos da aprendizagem. *“A Neuropsicopedagogia é uma ciência que estuda o sistema nervoso e como ele atua nas diferentes formas de aprendizagem. De uma maneira mais ampla, podemos dizer que se trata da integração da Neurociência com a Psicologia cognitiva e a Pedagogia”* (DRESCH, 2018 p. 10). Além disso, outros estudiosos afirmam que:

“as neurociências estudam os neurônios e suas moléculas constituintes, os órgãos do sistema nervoso e suas funções específicas, e também as funções cognitivas e o comportamento que resulta das atividades dessas estruturas. Assim, a Neurociência pode ser vista como uma ciência ampla, que necessita de diferentes áreas de pesquisa para um maior entendimento do funcionamento do sistema nervoso. Por isso, possui vertentes que são: a neurociência cognitiva, a neurociência comportamental, a neuroanatomia, a neurofisiologia e neuropsicologia” (COCENZA E GUERRA, 2011 p. 142).

O entendimento da estruturação da Neuropsicopedagogia passa pelas vertentes: Neurociência cognitiva, que trabalha, essencialmente, a capacidade cognitiva do indivíduo, seu raciocínio lógico, aprendizagem e memória. A Neurociência comportamental, cujo foco são as questões internas, ou seja, como as emoções podem afetar o comportamento do indivíduo em determinadas situações. A Neuroanatomia estuda toda a estrutura do sistema nervoso, cada parte, suas funções e seus movimentos. A Neurofisiologia analisa as sinapses do sistema nervoso, os estímulos, os processos e suas reações. A Neuropsicologia, que engloba as ligações dos nervos com as funções

psíquicas. Assim, pode-se afirmar que a Neuropsicopedagogia se empenha em pesquisar a relação entre o funcionamento do sistema nervoso e a aprendizagem, com foco na integração do indivíduo com a família, com a escola e com a sociedade.

“A Neuropsicopedagogia é uma ciência transdisciplinar, fundamentada nos conhecimentos da Neurociência aplicada à educação, com interfaces da Pedagogia e Psicologia Cognitiva que tem como objetivo formal de estudo a relação entre o funcionamento do sistema nervoso e a aprendizagem humana numa perspectiva de reintegração pessoal, social e educacional” (SBNPQ, 2016 p. 3).

Dessa forma, a Psicologia cognitiva, reconhecida como sendo o estudo de como o conhecimento é aprendido, armazenado, organizado e utilizado pelas pessoas, apresenta uma participação significativa na estruturação da Neuropsicopedagogia. Da mesma forma a Pedagogia, que estuda a educação e o processo ensino-aprendizagem por meio de técnicas e métodos didáticos, quando associados aos fundamentos da Neurociência, constroem um aspecto de muito mais abrangência quanto à aprendizagem.

“Agora, com o conhecimento de cada uma das áreas que baseiam a Neuropsicopedagogia, entenderemos que essa ciência não é uma especialização da área da Neuropsicologia e da Psicologia, embora tenha a sua base no estudo do funcionamento do cérebro e o comportamento humano, tem os alicerces de sua prática nas teorias da aprendizagem humana e nas estratégias para o ensino-aprendizagem” (RUSSO, 2015 p.17).

Portanto, a Neuropsicopedagogia, cujo objeto de estudo é o cérebro e a educação, ao atuar diretamente nos componentes que envolvem as estruturas cognitivas, emocionais, sociais, afetivas e orgânicas, pretende promover uma interação que repercute na prática dos educadores, mediante a orientação de profissionais com conhecimentos mais aprofundados no tocante aos processos de aprendizagem.

OS TRÊS ALICERCES FUNDAMENTAIS DA NEUROPSICOPEDAGOGIA

Levando em conta que a Neuropsicopedagogia está alicerçada nas áreas da Neurociência, Psicologia e Pedagogia com olhar direcionado para a aprendizagem, é possível estabelecer o seguinte:

“A Neurociência tem grande contribuição, pois nos explica o funcionamento do sistema nervoso, a Psicologia nos dá a bagagem para compreendermos o desenvolvimento humano e social, e a Pedagogia vem com a práxis da escola. Realmente é uma parceria de sucesso no que diz respeito ao desenvolvimento global dos sujeitos” (DRESCH, 2018 p. 49).

A importância da Neurociência na esfera da educação é inquestionável, visto que ela atua em um vasto campo de estudos e pesquisas, trazendo resultados significativos ano após ano, contribuindo para que os professores, os verdadeiros agentes do processo de aprendizagem, consigam identificar possíveis desajustes em seus alunos e possam desenvolver as metodologias pedagógicas mais convenientes.

“...embora a ideia de que a investigação neurocientífica possa influenciar a teoria e a prática educacional já não seja uma novidade, atualmente, com as novas descobertas científicas, a neurociência e a educação voltam a cruzar caminhos. Isso significa que, independente da técnica utilizada em sala de aula, mesmo as mais tradicionais, elas estarão embasadas na neurociência” (RATO e CALDAS, 2010 p. 627).

Lamentavelmente, muitos educadores ainda não se atentaram ou ainda desconhecem a importância da Neurociência na educação, entretanto, ela já vem se despontando como uma forte aliada no dia a dia da escola. “*a investigação da neurociência em contextos educacionais abre um leque de possibilidades, de descobertas, tanto em biologia básica quanto nos processos cognitivos relacionados ao desenvolvimento e à aprendizagem*” (KELLY, 198 p. 11). Assim, a Neurociência contribui no auxílio da compreensão estrutural, funcional e patológica, especialmente nos aspectos relativos à memória, à atenção, ao humor, ao comportamento e ao sono. A Neurociência viabiliza a realização de avaliações, acompanhamento e intervenções dos indivíduos que apresentam transtornos, síndromes ou altas habilidades que comprometem sensivelmente a aprendizagem no âmbito escolar e no social. Outra convicção trazida pela Neurociência é o da plasticidade neuronal, que determina que o cérebro continua a aprender, a mudar e a se adaptar até o final da vida. Este conceito isto ressalta a ideia de que todos os seres humanos são capazes de aprender, independente de suas barreiras ou fraquezas.

“Por entender a importância do cérebro no processo de aprendizagem, consideram-se aqui as contribuições da Neurociência para a formação dos professores, com o objetivo de oferecer aos educadores um aprofundamento a esse respeito, para que se obtenham melhores resultados no processo de ensino-aprendizagem, especialmente na educação básica” (NORONHA, 2008 p. 01).

O segundo campo do conhecimento que contribui grandemente é a Psicologia, especialmente na esfera da Psicologia escolar, no qual houve um sensível acréscimo de ações pontuais, principalmente preventivas. A Psicologia é uma ciência que engloba as relações do desenvolvimento humano, oferecendo um olhar crítico sobre patologias ou comportamentos estabelecidos em função dos ambientes em que o indivíduo está

inserido. Ela possibilita obter um diagnóstico precoce, que pode ser decisivo na tomada de decisões da escola em relação ao aluno avaliado.

“A função do psicólogo escolar é ter uma atuação preventiva, valorizando as relações sociais, exercendo as funções de neutralização, de integração, de diferenciação e de informação. Trabalhando com situações que exigirão maturidade, equilíbrio emocional e disponibilidade social, já que mantém contato com diversas pessoas. Não deve se limitar ao diagnóstico, à orientação ou ao encaminhamento de alunos, mas deve preocupar-se em trabalhar em equipe” (NOVAES, 1986 p. 19).

A importância da Psicologia no ambiente escolar é inquestionável, como um agente moderador, transformador e solucionador de conflitos, identificando atitudes e comportamentos, incentivando o aprimoramento de práticas pedagógicas, cooperando conjuntamente com as famílias e a com a comunidade, preparando o indivíduo para uma participação social efetiva.

O terceiro pilar é a Pedagogia, com sua reconhecida proposta voltada à docência, aos mecanismos de transmissão do ensino, às técnicas aplicadas e à metodologia planejada com o propósito de fazer o aluno aprender. Entretanto, a Pedagogia vem se contextualizando e adquirindo novas frentes e perspectivas, tanto que seus cursos de formação já estão enfatizando mais o estudo do fenômeno educativo, suas possibilidades e complexidades.

“A Pedagogia, mediante conhecimentos científicos, filosóficos e técnico-profissionais, investiga a realidade educacional em transformação, para explicitar objetivos e processos de intervenção metodológica e organizativa referentes à transmissão/assimilação de saberes e modos de ação. Ela visa o entendimento global e intencionalmente dirigido dos problemas educativos e, para isso, recorre aos aportes teóricos providos pelas demais ciências da educação” (LIBÂNEO, 2006 p.10).

Portanto, a Pedagogia pode ser considerada como a ciência da Educação e inteiramente vinculada aos processos de aprendizagem, buscando não apenas se manter nos métodos já estabelecidos, mas se aperfeiçoando na análise de como os processos se desenvolvem, para proporcionar maneiras diferentes para que indivíduos diferentes tenham acesso ao mesmo saber. Assim, ela vai se desprendendo gradativamente das concepções antigas, passando a focar numa compreensão contemporânea, que coloca em prática todos os avanços científicos relacionados à Educação.

Neste sentido, torna-se natural associar a Pedagogia à Psicologia, com sua reconhecida contribuição para o desenvolvimento humano, alavancando a evolução, autonomia e a cidadania dos indivíduos, buscando aproximar sempre a família, a escola e

a comunidade, evitando conflitos e aprimorando a qualidade do ensino. Integrando estas ciências à Neurociência, que tem ampliado a perspectiva dos educadores, trazendo-os para uma reflexão e análise mais aprofundada dos processos cognitivos interiores, da forma como os estímulos são recebidos e como as informações são processadas numa complexa rede de representações mentais. Não é difícil constatar o quanto cada parte desse tripé contribui, formando uma trilogia que se torna a estrutura elementar de suporte da Neuropsicopedagogia.

ENFRENTANDO OS TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM

Como já observado, o processo de aprendizagem se desenvolve por meio da ação de uma série de componentes emocionais, comportamentais e neurológicos, os quais exercem completa influência neste processo. Além destes, existem as funções cognitivas: atenção, concentração e memória, além da ação direta de características individuais: interesses, motivação etc. Tendo estes elementos evidenciados, é bastante comum que os professores esperem que haja uma uniformidade de desempenho e um aproveitamento satisfatório de todo o grupo, porém, quando alguns alunos não atingem esse alvo, imediatamente se pensa em transtorno de aprendizagem. Todavia, é fundamental diferenciar o que é dificuldade de aprendizagem e que são os transtornos de aprendizagem.

“as dificuldades de aprendizagem se constituem em qualquer tipo de dificuldade apresentada durante o processo de aprender, em decorrência de fatores variados, que vão desde causas endógenas como exógenas” (CIASCA e ROSSINI, 2000 p. 13). “A dificuldade de aprendizagem engloba um número heterogêneo de transtornos, manifestando-se por meio de atrasos ou dificuldade em leitura, escrita, soletração, cálculo em crianças com inteligência potencialmente normal ou superior e sem deficiências visuais, auditivas, motoras ou desvantagens culturais” (SISTO, 2001 p. 193).

Portanto, a dificuldade de aprendizagem ocorre quando fatores externos interferem na aquisição dos conteúdos, e os causadores podem ser: o meio social em que o aluno está inserido, a metodologia utilizada no ensino, problemas de relacionamento afetivo com outros alunos, familiares ou professores, uma alimentação insatisfatória, entre outros. Muitas vezes, ela pode estar presente apenas em uma matéria específica, como a matemática, por exemplo. Os transtornos de aprendizagem, porém, são de ordem biológica e neurológica, e são caracterizados por uma disfunção na organização cerebral do indivíduo.

“Um transtorno específico da aprendizagem, como o nome já indica, é diagnosticado diante de déficits específicos na capacidade individual para perceber ou processar informações com eficiência e precisão. Esse transtorno do neurodesenvolvimento manifesta-se, inicialmente, durante os anos de escolaridade formal, caracterizando-se por dificuldades persistentes e prejudiciais nas habilidades básicas acadêmicas de leitura, escrita e/ou matemática” (DSM-V, 2014 p. 76).

Outro aspecto importante é que a dificuldade de aprendizagem, normalmente, é transitória, dependendo dos componentes relacionados ao meio social, cultural ou as metodologias utilizadas. Assim, algumas concepções que podem auxiliar no diagnóstico são: Dificuldade na execução, por um período de pelo menos seis meses, das seguintes atividades: Leitura de palavras de forma lenta ou imprecisa, dificuldade para soletrar palavras e conseqüente tentativa de adivinhá-las; dificuldade para entender o sentido daquilo que está sendo lido, dificuldade para escrever, pontuar as frases, formar parágrafos. Dificuldade com contas e com números, utilizando os dedos para contar, dificuldade na resolução de problemas e em aplicar conceitos. Ao se confirmar, mediante medidas de avaliação de desempenho específicas e padronizadas, que estas habilidades estão muito abaixo do esperado, é preciso trabalhar estas dificuldades, que comumente, começam a ser notadas logo nos primeiros anos escolares. Contudo, elas podem se manifestar também em outros momentos, quando outras habilidades acadêmicas forem exigidas.

Os transtornos de aprendizagem ocorrem na estrutura neurobiológica do cérebro, impactando fortemente o seu funcionamento e provocando enormes dificuldades na leitura, escrita, raciocínio e organização.

“O transtorno de aprendizagem não deve ser utilizado como sinônimo de dificuldade de aprendizagem, uma vez que a dificuldade é um termo mais global e abrangente, com causas relacionadas ao sujeito que aprende, com os conteúdos pedagógicos, com o professor, com os métodos de ensino e, até mesmo, com o ambiente físico e social da escola, enquanto que o transtorno de aprendizagem se refere a um grupo de dificuldades mais difíceis de serem identificadas, mais específicas e pontuais, caracterizadas pela presença de uma disfunção neurológica, que é responsável pelo insucesso na escrita, na leitura e no cálculo matemático” (CAPELLINI E SILVA, 2013).

Dessa forma, o transtorno de aprendizagem consiste numa condição neurológica interna que interfere na aprendizagem e no processamento de informações. Diferentemente da dificuldade de aprendizagem que é pontual, o transtorno de aprendizagem é permanente, tendo os padrões normais de aquisição de habilidades comprometidos já desde as fases iniciais do seu desenvolvimento, ou seja, não são

constituídos adequadamente devido à falta dos estímulos apropriados. Os principais transtornos de aprendizagem são: o transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), a dislexia, a dispraxia, a disgrafia e a discalculia.

“O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSMV, 2014), aponta que o TDAH apresenta um padrão de desatenção ou hiperatividade ou impulsividade que interfere seriamente no funcionamento das atividades básicas. **Desatenção:** Muitas vezes, deixa de prestar atenção a detalhes ou comete erros por descuido na escola. Tem dificuldade em manter a atenção em atividades lúdicas, parece não escutar quando lhe dirigem a palavra, parece divagar, se distrair. Não segue instruções, não conclui as tarefas, perde o foco nas mesmas. Fica relutante em se envolver com tarefas que exigem esforço mental constante. **Hiperatividade:** Agita as mãos ou os pés e se remexe na cadeira. Levanta-se e sai do lugar de forma inapropriada. Corre, pula, escala e faz outras coisas similares em momentos inadequados” (CHUPIL, SCHNEIDER E SOUZA, 2018 p. 51).

A dispraxia é uma disfunção neurológica que atua nas atividades cerebrais relacionadas à coordenação dos movimentos comandados pelo cérebro, afetando as partes referentes aos aspectos espaciais, verbais e motores, e costumam aparecer tão logo a criança começa a falar e andar. Os principais sintomas são: dificuldade em executar movimentos, em realizar ações como escrever, desenhar ou traçar uma linha reta. Apresenta problemas relacionados à orientação espacial, à organização do pensamento, por outro lado, a dislexia tem alcançado números espantosos, que vão de 3% a 5% dos estudantes, e provoca uma dificuldade na fluência da leitura.

“A leitura de palavras é feita de forma imprecisa ou lenta, onde demanda muito esforço. A criança pode, por exemplo, ler palavras isoladas em voz alta, de forma incorreta (ou lenta e hesitante); frequentemente, tenta adivinhar as palavras e tem dificuldade para soletrá-las; dificuldade para aprender o que é lido, não compreende o sentido daquilo que lê. Dificuldade na ortografia quando adiciona, omite ou substitui vogais e consoantes, muitos erros gramaticais e expressões escritas das ideias sem clareza” (DSMV, 2014).

Por sua vez, a disgrafia se manifesta por apresentar uma escrita visivelmente pobre, evidenciando muita dificuldade na realização dos movimentos motores necessários. Semelhantemente à dislexia, a qual está associada à leitura, a disgrafia está associada à escrita. Alguns sintomas detectados são: dificuldade para escrever evidenciada pela mistura de letras maiúsculas com minúsculas; escrever letras com formatos diferentes, juntar muito as letras ou escrevê-las de forma incompleta; caligrafia

precária com dificuldade em fazer cópias; troca de letras com sons parecidos. Uma criança com disgrafia pode ter um desenvolvimento intelectual normal, porém, ela será incapaz de elaborar um texto no mínimo razoável.

A discalculia se caracteriza pela dificuldade em relação às habilidades concernentes à matemática, em tudo o que envolve números, quantidades, conceitos, sequências numéricas e fórmulas matemáticas. A criança apresenta baixo entendimento da relação entre os números ($12 = 10 + 2$), por exemplo. Não consegue lembrar conceitos matemáticos elementares ($5 + 4 = 9$), por exemplo, e apresenta enorme dificuldade em discernir sinais como “+”, “-”, “>”, “<” e aplicá-los corretamente. Não consegue assimilar conceitos básicos como adição e subtração e usa os dedos para fazer contas simples.

Estes indícios são os mais comuns e os mais fáceis de serem percebidos, podendo sinalizar a presença de transtornos de aprendizagem que, certamente, serão notados em sala de aula. Tão logo estes sintomas sejam identificados, a escola deverá encaminhar o aluno para uma avaliação neuropsicopedagógica, sempre contando com o apoio multidisciplinar, para que o tratamento necessário seja aplicado.

A NEUROPSICOPELAGOGIA E OS DIAGNÓSTICOS E INTERVENÇÕES

A Neuropsicopedagogia tem como intuito principal atuar de forma ativa nas questões que envolvem e influenciam a aprendizagem, agregando valor a este objetivo valendo-se do entendimento da função cerebral do aluno, procurando oferecer intervenções estratégicas personalizadas que levem em conta essa premissa, atentando para a melhoria da autoestima, autonomia, independência, desempenho e capacidade de aprender do aluno, incentivando-o a manter sua motivação focada para o aprendizado. *“Um diferencial que o neuropsicopedagogo possui é a permissão para elaborar pareceres de encaminhamento para outras categorias profissionais, o que contribui para uma investigação e uma conclusão mais criteriosas”* (DRESCH, 2018 p. 129).

O neuropsicopedagogo é um profissional que precisa ter a compreensão de como se desenvolvem as funções cerebrais relacionadas ao processo de aprendizagem, como o indivíduo recebe, armazena, e elabora informações e as processa, para que ele esteja em totais condições de

“... perceber causas e fatores que possam ter desencadeado o transtorno de aprendizagem; providenciar os encaminhamentos necessários; prestar consultoria às instituições escolares; propor estratégias individualizadas e específicas para cada acometimento no transtorno apresentado; auxiliar no processo de inclusão do aluno com transtornos de aprendizagem, por meio da visão

sistêmica que o profissional possui sobre o processo ensino-aprendizagem” (DEHAENE, 2012 p. 120).

Apresentar diagnósticos mais precisos requer que o profissional investigue as origens das dificuldades para, dessa forma, poder avaliar de maneira criteriosa o processo como um todo, sempre considerando o funcionamento cerebral. Esta avaliação se dá mediante atividades e testes padronizados como: análise de questionários, utilização de material escolar, atividades de leitura, escrita, produção de texto, testes de matemática atividades lúdicas, jogos, desenhos e interações diversas com outros alunos.

Dessa forma, a Neuropsicopedagogia especial e inclusiva contribui para proporcionar um aumento do desempenho escolar e para motivar o aluno a aprender, indicando instrumentos que aprimorem sua evolução e colaborem com o desenvolvimento profissional dos docentes, propondo uma visão sistêmica do aprendizado e uma percepção do indivíduo, além de personalizar as intervenções e a metodologia de ensino, promovendo um ambiente escolar propício para que a criança se relacione e desfrute do convívio com seus pares, e aprimore sua aprendizagem neste ambiente. Sabendo qual a melhor maneira de trabalhar com determinada criança, o professor obterá um resultado muito melhor.

“A função da Neuropsicopedagogia institucional da educação especial atende a demandas relacionadas aos processos de aprendizagem no âmbito da coletividade, entretanto com possibilidade de tratar particularidades relacionadas à construção do conhecimento científico-acadêmico, com o intuito de promover o desenvolvimento sócio-pessoal e educacional de todos os alunos que possuem dificuldades” (SBNPq, 2016 p. 2).

Considerando que a escola é o meio social onde as crianças mais se desenvolvem, e onde elas iniciam sua jornada de conhecimento e socialização, e que a grande maioria dessas crianças chega à escola muito pequena, passando muitas horas dentro do ambiente escolar, as instituições de ensino precisam atentar às adaptações curriculares com muita responsabilidade, para que todos os alunos estejam aptos para desenvolvam sua aprendizagem, seus relacionamentos e sua independência. Esta premissa é para todos os alunos, inclusive os alunos com dificuldades ou transtornos, afinal, uma escola inclusiva é uma escola para todos, sem exceções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após muita luta, a realidade da inclusão escolar tornou-se uma conquista da sociedade, mas trouxe também desafios diários que

levam os educadores a se depararem com novas oportunidades e inovações científicas, especialmente aquelas capazes de potencializar o aproveitamento das crianças com transtornos de aprendizagem. Foi exatamente nesse contexto que surgiu a Neuropsicopedagogia, um campo científico ainda recente, mas determinado a compreender como os processos de aprendizagem que se desenvolvem no cérebro humano, e como as sinapses cerebrais afetam a atenção, a percepção e a memória. A Neuropsicopedagogia busca conhecer como os estímulos ocorrem e os motivos pelos quais estes processos não acontecem normalmente em todas as pessoas, visto que em alguns indivíduos ocorrem com mais lentidão e comprometem extremamente o seu desenvolvimento.

A Neuropsicopedagogia se fundamenta em três pilares: Neurociência, Psicologia e Pedagogia, e com o apoio destas três áreas do conhecimento, busca oferecer um olhar direcionado especialmente aos alunos das escolas regulares. A Psicologia, com sua atuação preventiva, auxiliando alunos, famílias e escola na melhoria da integração social e cognitiva, atuando nos processos emocionais dos alunos. A Pedagogia, com suas interfaces ligadas ao sistema de aprendizagem, se contextualizando sobre o momento atual do fenômeno educativo, para se abrir para as novas metodologias e construir uma educação moderna e transformadora.

As dificuldades de aprendizagem são transitórias e muitas vezes podem estar sendo causadas por outros fatores como problemas de ordem familiar, emocional, social ou nutricional. Os transtornos de aprendizagem, no entanto, são permanentes, frutos de uma condição neurológica prejudicial ao processamento adequado das informações no cérebro. Identificando que a criança não está se apropriando dos conteúdos como os seus pares, os professores iniciarão uma avaliação mais detalhada, e buscarão a orientação de um neuropsicopedagogo, que com o suporte de uma equipe multidisciplinar, empreenderá uma avaliação criteriosa para diagnosticar as causas destes problemas. Esta avaliação vai proporcionar o direcionamento das intervenções, e de um encaminhamento adequado para que estes alunos experimentem uma inclusão efetiva e tenham um aproveitamento escolar aceitável.

REFERÊNCIAS

CAPELLINI, S. A.; SILVA, C. **Desempenho de escolares com e sem transtorno de aprendizagem em leitura, escrita, velocidade de processamento e memória de trabalho fonológica**. Rev. Psicopedagogia-Assoc. Bras. Psicopedagogia, v. 30, n. 91, p. 3 a 11, 2013. Disponível: <<http://hdl.handle.net/11449/117869>> . Acesso em 29 mai 2024.

CHUPIL, P; SOUZA, K. P. O; SCHNEIDER, C. **A Neuropsicopedagogia e o processo de aprendizagem**. Curitiba, IESDE, 2018.

CIASCA, S. M.; ROSSINI, S. D. R **Distúrbios de aprendizagem: mudança ou não. Correlação de dados de uma década de atendimento.** Rev. Temas sobre desenvolvimento, v.8, n. 48, p. 11-6, 2000.

COSENZA, R. M; GUERRA, L. B. **Neurociência e educação: como o cérebro aprende.** Porto Alegre, Artmed, 2011.

DEHAENE, S. **Os neurônios da leitura: Como a ciência explica a nossa capacidade de ler.** Porto Alegre, Penso Editora, 2012.

DRESCH, F **Teoria e prática da Neuropsicopedagogia.** Curitiba, IESDE, 2018.

DSM-V **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais** [recurso eletrônico] Rev. Aristides Volpato – Dados eletrônicos. Porto Alegre, Artmed, 2014.

KELLY, W. A. **Psicologia educacional.** Rio de Janeiro, Agir 1998.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê.** São Paulo, Cortez, 2006.

NORONHA, F. **Contribuições da Neurociência para a formação de professores”.** Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/contribuicoes-neurociencia>>. Acesso em 25 mai 2024.

NOVAES, M. H. **Psicologia escolar.** Petrópolis, Vozes, 1986.

PANTANO, T; ZORZI, J. L. **Neurociência aplicada à aprendizagem.** São Paulo, Pulso, 2009.

RAMALHO, D. M. **Psicopedagogia e neurociência.** Rio de Janeiro: Wak, 2015.

RATO, J. R; CALDAS, A. C. **Neurociências e educação: realidade ou ficção** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO EM PSICOLOGIA. Disponível em: <<http://repositoriocientifico.uatlantica.pt>>. Acesso em 21 mai 2024.

RUSSO, R. M. T. **Neuropsicopedagogia clínica: Introdução, conceitos, teoria e prática.** Curitiba, Juruá, 2015.

SBNPq – Sociedade Brasileira de Neuropsicopedagogia. **Resolução SBNPp nº 03/2014.** SBNPOP. Joinville, 2016.

SISTO, F. F. **Dificuldades de aprendizagem no contexto psicopedagógico.** Petrópolis, Vozes, 2001.



A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA CITOLOGIA PARA OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Telma Regina Stocco Martins

Formada em Pedagogia, com Pós-graduação em Direito Educacional e Educação Especial com Ênfase em Deficiência Auditiva.

RESUMO

Um dos ramos mais fascinantes do estudo da Biologia é aquele que considera os organismos mais minúsculos dos seres vivos, que são as células. Assim, torna-se fundamental o estudo da Citologia, ou Biologia Celular, como experimento fundamental para a compreensão da Biologia, para que essa compreensão possa ser transformada em uma transmissão efetiva de conhecimentos aos alunos da escola básica, os quais, geralmente, encontram alguma dificuldade em absorver estes conteúdos, e este é o objetivo deste artigo. Nesse cenário, importa conhecer o contexto histórico da Citologia, ou seja, o ramo da Biologia que estuda o metabolismo e a estrutura das células, o qual só foi possível mediante a invenção do microscópio, atribuída ao filósofo e cientista inglês Robert Hooke, o qual preparou um instrumento rústico com lentes sobrepostas em meados de 1665. Assim, ele passou a examinar um fragmento de cortiça nesse aparelho e notou compartimentos aos quais ele denominou células. A partir daí, com a evolução tecnológica dos microscópios, a Biologia Celular se desenvolveu ao ponto de estabelecer o conceito da Teoria Celular, que estipulou que os seres vivos são constituídos por células, as atividades vitais dos seres vivos ocorrem dentro das células, a célula, sendo a menor unidade dos seres vivos, é formada por membrana, citoplasma e núcleo. A Teoria Celular acrescenta, ainda, que todas as células possuem material genético, todavia, o núcleo envolto por uma membrana não é encontrado em todas elas, e que as células se dividem em eucarióticas, ou seja, aquelas cujo núcleo é envolto por uma membrana e as procarióticas, cujo núcleo não está delimitado por uma membrana. Assim, as quase cem trilhões de células que compõem o corpo humano, são as responsáveis pelos processos que se desenvolvem no seu organismo, e estudar estes processos é fundamental para a preservação da vida.

Palavras-chave: Células; Microscópio; Ensino; Citologia.

INTRODUÇÃO

A Biologia Celular só pôde se desenvolver à medida que os instrumentos tecnológicos fossem se aperfeiçoando, permitindo que se ampliasse em muito o campo de visão de estruturas invisíveis a olho nu, como as células, o que tornou-se possível com a invenção do microscópio, a partir do século XVII. A partir de então, a exploração e as pesquisas referentes à Biologia Celular evoluiu bastante, iniciando com as descobertas rudimentares, até que chegasse a pesquisas muito mais complexas. Nesse sentido, o papel do cientista e filósofo Robert Hooke foi de pioneirismo, quando ele, em 1665, aperfeiçoou o microscópio e observou um pedaço de cortiça e se surpreendeu ao constatar diversas cavidades parecidas com um favo de mel, e denominou estas cavidades de “células”, visto se assemelharem aos quartos dos mosteiros utilizados pelos sacerdotes, os quais se chamavam “celdas”. A partir dessa descoberta, as pesquisas celulares se iniciaram e com o desenvolvimento dos microscópios, as abordagens se aperfeiçoaram e a Biologia Celular foi se tornando mais abrangente.

Em 1833, o cientista inglês Robert Brown, identificou que a grande maioria das células continha uma estrutura interna, algumas em forma oval outras em forma esférica, a qual ele denominou “núcleo”. Os pesquisadores logo constataram que todas as células observadas, tanto de animais quanto de plantas, eram revestidas por uma película muito fina, denominada membrana plasmática, sendo que nas células vegetais, ainda foi encontrada, além da membrana plasmática, outro invólucro, mais espesso e mais resistente, ao qual deram o nome de parede celular. Assim, nas primeiras décadas do século XIX, as três partes estruturais fundamentais das células já haviam sido identificadas: membrana plasmática, citoplasma e núcleo. Ao se consolidar o conceito de que a célula era a menor unidade que constituía todos os seres vivos, fortaleceu-se a concepção da Teoria Celular, a qual trouxe enorme relevância para o desenvolvimento da Biologia, visto que ela conceitua que mesmo animais tão diferentes possuem semelhança microscópica, ou seja, criaturas unicelulares como as bactérias e animais de grande porte como um cavalo são similares microscopicamente falando.

As células se dividem em procariontes e eucariontes. As procariontes, grupo no qual se incluem as bactérias e as cianobactérias, são reconhecidas por não apresentarem o material genético envolto por uma membrana nuclear, ou seja, não apresentam um núcleo definido. As eucariontes possuem membrana nuclear que envolve seu material genético, ou seja, possuem um núcleo visível e estão presentes na maior parte dos seres vivos como os fungos, protozoários, plantas e animais. Neste sentido, o mais correto é

ressaltar que as partes fundamentais da estrutura das células são: membrana plasmática, citoplasma e material genético, o qual pode ou não estar envolvido por uma membrana.

Inegavelmente, os conteúdos referentes à Biologia Celular apresentam termos complexos, fazendo com que os estudantes aleguem ser ela uma das matérias mais difíceis para se assimilar. Cabe, então, aos professores a missão de apresentar os conteúdos valendo-se de estratégias criativas que possibilitem aos estudantes criarem uma conexão entre o aprendizado teórico e os fenômenos que eles experimentam. Utilizar recursos tecnológicos e ludicidade como instrumentos que são tão próprios desta geração, seguramente impactará a aprendizagem.

O INÍCIO DA BIOLOGIA CELULAR

A Biologia Celular, também chamada de Citologia, é a área da Biologia que estuda as células e suas estruturas, e para se examinar dedicadamente o funcionamento de estruturas que são impossíveis de serem vistas a olho nu, seria necessário que a tecnologia avançasse a ponto de aumentar de forma considerável o tamanho destes objetos a serem analisados, e o aparelho que possibilitou essa conquista foi o microscópio, que foi criado, num primeiro momento, de maneira bastante rudimentar. O cientista inglês Robert Hooke é reconhecido como o pioneiro nessa temática, quando, na segunda metade do século XVI, utilizou-se de duas lentes de aumento alinhadas em cada uma as extremidades do aparelho, sendo uma próxima aos olhos do observador, e outra próxima ao material estudado. Essa maneira rústica e improvisada foi o ponto de partida da Biologia Celular. Apesar desse contexto artesanal, o microscópio de Robert Hooke foi capaz de contribuir para a obtenção dos primeiros contatos com as células. Em sua primeira observação, analisando pequenas fatias de cortiça, Hooke percebeu a existência de diversos orifícios semelhantes a favos de mel.

“A cada um desses pequenos compartimentos ele deu o nome de célula - que significa "pequena cela". A cortiça é uma árvore, material de origem vegetal. Quando esse material está morto - no caso das rolhas, por exemplo, seus buraquinhos são ocos. Porém, antes da morte do vegetal, havia estruturas vivas nesses lugares. Mais de cem anos depois de Hooke e sua descoberta, os cientistas provaram que os seres vivos são formados por células” (BLOG EDUCAÇÃO UOL, 2013).

Influenciado por Robert Hooke, outro pesquisador bastante prestigiado foi o Holandês Antonie van Leeuwenhoek, que contribuiu imensamente para a Citologia, pois se ocupou em produzir microscópios com maior alcance. Assim, são

atribuídas a ele a descoberta dos protozoários (seres unicelulares), além dos glóbulos vermelhos em anfíbios entre outras.

"Após ter contato com o livro *Micrographia* de Robert Hooke aprendeu a lapidar lentes e em 1668 começou a construir microscópio simples. Acabou aperfeiçoando um protótipo que usava uma única lente montada em uma placa de latão. Uma ponta afiada de uma ferramenta segurava o espécime para observação, um parafuso movia a amostra para a posição em frente a lente e outro parafuso movia para cima ou para baixo para o ajuste do foco. Ele construiu os melhores microscópios de sua época, alcançando ampliações acima de 200x" (BLOG SANITY, 2021).

A partir desse ponto, a Biologia Celular se desenvolveu sobremaneira, cabendo ao cientista e botânico alemão Mathias Jakob Schleiden, no ano de 1838, a confirmação de que todas as plantas eram formadas por células. Outro pesquisador alemão, o médico Theodor Schwann, concluiu algo semelhante, porém, no que diz respeito aos animais, estipulando que todos eram formados por células estabelecendo de forma contundente que a célula é a unidade básica da qual todos os seres vivos são constituídos.

"Essa generalização ficou conhecida como Teoria Celular, e a formulação da Teoria Celular teve importância para o desenvolvimento da Biologia, porque permitiu reconhecer que seres tão diversos como a ameba e o ser humano têm grande semelhança no nível microscópico. Ambos são constituídos por células bastante parecidas, embora a ameba seja unicelular, e uma pessoa seja pluricelular. Segundo a Teoria Celular, a célula é a unidade morfofisiológica dos seres vivos, entretanto, os vírus são os únicos seres vivos que não apresentam organização celular. Eles são organismos simples, constituídos por uma molécula de ácido nucleico associada a proteínas" (BLOG KLIMANATURALI 2021).

Importante destacar a fantástica contribuição do botânico britânico Robert Brown, que conseguiu visualizar, no ano de 1836, o núcleo da célula de uma orquídea, tornando-se esta a primeira descrição de uma organela celular, as quais são as estruturas localizadas no interior do citoplasma da célula, cuja função é garantir um bom funcionamento das células tais como a digestão, síntese e transporte de proteínas, além da quebra de moléculas.

"O núcleo foi a primeira organela celular a ser descrita. A descrição do núcleo é atribuída ao botânico escocês Robert Brown, que no ano de 1838 observou a organela ao estudar células de orquídeas. Entretanto, alguns autores ressaltam que estudos realizados por Leeuwenhoek, no século XVII, já reportam a observação de núcleo em hemácias de salmão, que, ao

contrário das hemácias de mamíferos, são nucleadas” (SANTOS, 2011 p. 5).

A partir dessa descoberta, em pouco tempo outras organelas foram sendo descobertas, Em 1857, o pesquisador e cientista suíço Albert von Kölliker , descobriu a mitocôndria, considerada a segunda organela identificada.

“Além disso, ele foi o primeiro cientista a isolar uma célula de um tecido muscular liso, dando início a uma técnica fundamental na biologia celular que é a obtenção de células isoladas de tecidos para o estabelecimento de culturas celulares primárias. Além desta importante contribuição, Kölliker escreveu os primeiros tratados sobre Histologia e Embriologia humana. Seus estudos sobre a origem dos gametas masculinos e femininos o levaram a propor, muitas décadas antes da descoberta do DNA, que o núcleo era responsável pela hereditariedade” (SANTOS, 2011 p. 5).

A condição primitiva destes microscópios limitava em muito os resultados das pesquisas, sendo que, em muitos casos, para se realizar a observação, havia necessidade de utilizar corantes na célula, o que provocava sua morte, até que, em 1932, o físico holandês Frits Zernike apresentou a invenção do microscópio de contraste de fases, sendo que tal evento tornou-se um marco no estudo das células. Este novo instrumento possibilitava visualizar as estruturas celulares com a célula viva, o que lhe valeu a conquista do Prêmio Nobel de Física. Apesar de se reconhecer a inestimável contribuição de inúmeros cientistas ao longo do tempo, as descobertas nesse ramo da ciência ainda ocorrem pelo mundo afora.

A ESTRUTURA DAS CÉLULAS

A célula é a menor unidade pertencente a um ser vivo, e todos os seres vivos são constituídos por células, com exceção dos vírus, que são organismos acelulares. Existem seres formados por uma única célula (unicelulares), e existem outros que são formados por várias células (seres pluricelulares). Todavia, as células desempenham funções diversas em suas três partes fundamentais que são: membrana plasmática, citoplasma e material genético, o qual pode ou não estar delimitado por um envoltório nuclear. As células também estão classificadas em dois grandes grupos: as procariontes e as eucariontes. Os seres humanos possuem células do tipo eucarionte.

“As células são as unidades estruturais e funcionais dos seres vivos. São chamadas de unidades estruturais, pois formam o corpo dos seres vivos. Imagine, por exemplo, um grande muro. Esse muro é formado por pequenas estruturas, os tijolos. Cada

tijolo seria uma célula, que, unida às outras, ajuda a formar um organismo pluricelular (ser vivo formado por mais de uma célula). Além disso, em organismos unicelulares, a célula representa todo o organismo. Além de serem estruturais, elas são unidades funcionais dos seres vivos, e são assim chamadas, pois são unidades vivas, capazes de produzir energia e se reproduzir, por exemplo” (ESCOLA KIDS, 2021).

Embora extremamente pequenas, as células são estruturas organismos bastante complexos, e, geralmente, pode-se afirmar que todas as células possuem três componentes básicos: a membrana plasmática, o citoplasma e o material genético. A membrana plasmática é uma estrutura que circunda toda a célula, é ela quem protege todos os seus componentes interiores, além de selecionar tudo o que entra ou sai da célula, esta função é denominada de permeabilidade seletiva. Com uma consistência gelatinosa, o citoplasma engloba toda a região interna da célula, seu papel é fundamental, pois é nele onde as organelas são estruturadas e organizadas. O material genético, que nas células eucariontes (pluricelulares) se localiza no núcleo, é onde se encontram as informações que determinarão as características de um ser vivo. Nas células eucariontes, a maior parte do material genético se encontra dentro do núcleo, o qual é protegido por uma membrana dupla, ou envoltório nuclear, o que não ocorre com as células procariontes.

Importante destacar que é no núcleo da célula onde se encontra o material genético (DNA) de cada indivíduo, e por isso é reconhecido como o centro do controle celular. O DNA é o código que contém todas as informações relacionadas ao crescimento e à reprodução do indivíduo, além de apresentar as suas características morfológicas, ou até mesmo alguma possível doença de caráter hereditário.

Considerando que as células se dividem em dois grandes grupos: as eucariontes ou eucarióticas e as procariontes ou procarióticas, sendo que as células procariontes (do grego *pro*: primeiro e *karyon*: núcleo), elas se caracterizam pelo fato de que o material genético não se encontra em um núcleo. Neste grupo de células o DNA é circular e as organelas (pequenas estruturas presentes no citoplasma que executam diferentes funções dentro da célula, como a produção de energia, por exemplo), não são encontradas nelas. Já os ribossomos, estruturas responsáveis pela síntese de proteínas, estão presentes. Exemplo de organismos que possuem células procarióticas são as bactérias e cianobactérias.

“As células procariontes possuem poucas membranas, em geral, apenas aquela que delimita o organismo, denominada de membrana plasmática. Nas células procarióticas, também não há citoesqueleto e organelas membranosas, tais

como mitocôndrias, retículos endoplasmáticos e complexo golgiense. A presença de ribossomos é descrita, entretanto, eles são menores e menos complexos que aqueles encontrados em uma célula eucariótica. Os seres vivos que possuem esse tipo de célula são chamados de procariontes e o grupo representativo dessa classe é o das bactérias” (INFOESCOLA, 2014).

As células eucariontes ou eucarióticas são as que possuem um núcleo legitimamente identificado envolvendo o material genético, e se caracterizam pela presença de organelas membranosas como mitocôndrias, retículo endoplasmático, lisossomo, ribossomos, peroxissomo e complexo golgiense. Presente nos animais, vegetais, fungos, algas e protozoários, as células eucarióticas podem ser divididas em dois grupos: células vegetais e células animais, as quais se diferenciam das células animais por apresentar três estruturas: parede celular, vacúolo central e plastos. A parede celular das células vegetais é formada essencialmente por celulose e está localizada do lado externo da membrana plasmática, oferecendo à célula vegetal uma resistência superior. Estas células possuem, também, organelas como vacúolo central e cloroplasto, importantíssimas para garantir seu perfeito funcionamento enquanto realiza diferentes processos.

Importante destacar que a característica mais significativa das células eucariontes é a presença de um núcleo envolvido por duas membranas concêntricas que, juntas, formam o envoltório nuclear, também denominado “carioteca”. A carioteca separa o citoplasma do conteúdo interno do núcleo, no qual se localiza, basicamente, a maior parte do DNA, organizado em diversos cromossomos, que são moléculas de DNA interligadas às proteínas. Essa extrema importância do núcleo celular é que lhe confere o título de centro de controle de todas as atividades executadas pela célula.

“O núcleo é como se fosse o cérebro da célula. É geralmente único e aproximadamente esférico. Ele atua como se fosse uma central de comandos das atividades celulares controlando todas as funções da célula. Todas as instruções para o funcionamento da célula estão inscritas, em código, nas moléculas de DNA que formam a cromatina. Quando uma célula se reproduz, as instruções são duplicadas e passadas para as células-filhas. No núcleo, ocorrem tanto a duplicação do DNA, imprescindível para a divisão celular, como a síntese do RNA, ligada a produção de proteínas nos ribossomos. Dessa forma, ele é o compartimento da célula eucarionte que controla todas as características do organismo, pois é onde se localiza o material genético, responsável pelas características que o organismo possui. Nas células procariontes, ele não está individualizado: o material genético representado pela molécula de DNA está disperso no citoplasma” (MACEDO, 2012 p. 118).

AS ORGANELAS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO DA CELULA

Sendo o citoplasma a maior área de uma célula, é precisamente nele onde as principais reações químicas, extremamente vitais para a célula, acontecem. No citoplasma se encontram o hialoplasma e as organelas. O hialoplasma é formado de água e substâncias já dissolvidas, tais como sais, enzimas, aminoácidos, etc. As organelas são elementos intracelulares responsáveis por todo o funcionamento da célula. Portanto, as organelas são como compartimentos fechados, separados do hialoplasma, e que possuem, individualmente, um conjunto próprio de enzimas e moléculas. Portanto, cada organela, localizada em determinada parte do citoplasma, é responsável por uma função específica, ou mais.

As organelas são estruturas com características e funções distintas, e são responsáveis pela subdivisão de tarefas que as células necessitam para seu perfeito funcionamento. As células eucariontes podem apresentar as seguintes organelas: retículo endoplasmático (liso e rugoso); complexo golgiense; mitocôndria; cloroplasto (próprio das células vegetais e responsáveis pela fotossíntese); vacúolos; centríolos; peroxissomos; lisossomos e ribossomos.

O retículo endoplasmático liso e rugoso é um sistema de canais tubulares interligados, formando um sistema de encanamentos bastante complexo, no qual circulam as substâncias produzidas pela célula. O retículo endoplasmático rugoso (RER), presente em grande quantidade nas células responsáveis pela secreção de proteínas, já o retículo endoplasmático liso (REL), não apresenta ribossomos e sua membrana se apresenta sob a forma de túbulos.

“Suas principais funções são a biossíntese de lipídios (REL) e de proteínas (RER): – Hormônios esteroides a partir do colesterol (REL) – Triglicérides (REL) – Lipídios para as lipoproteínas (REL) – Segregação de proteínas (RER) – Glicosilação (adição de glicose para formação de glicoproteínas) (RER) 2) Suporte ao citosol – os dois tipos de retículo exercem essa função. 3) Produção de todas as proteínas transmembrana (RER) e lipídios para o RE (REL), Golgi, lisossomos, endossomos, vesículas secretoras e membrana plasmática” (MACEDO, 2012 p. 103).

O complexo golgiense, formado por um conjunto de vesículas membranosas e achatadas, semelhantes a “cisternas”, é outra organela fundamental, apresentando estruturas empilhadas em forma de novelo, produzindo vesículas que transportam

materiais do RE para estas “cisternas” do complexo, fazem o transporte entre uma “cisterna” e outra, e, também, para outras organelas. Suas principais funções são: a Glicosilação (adição de glicose) terminal das glicoproteínas e glicolipídeos; síntese da porção glicídica das proteoglicanas; endereçamento de proteínas; formação de grânulos e vesículas de secreção. Além disso, nas células vegetais o complexo golgiense é o responsável pela síntese das glicoproteínas e dos componentes glicídicos presentes na parede da célula.

“O processo no qual o complexo golgiense transporta e elimina substâncias, é conhecido como secreção celular. Até recentemente considerava-se que o complexo golgiense era uma estrutura estática e que a secreção das proteínas, por exemplo, iniciava-se com a liberação de vesículas do retículo endoplasmático, as quais, por sua vez, migravam em direção ao complexo golgiense. Ao atingirem a organela, as vesículas fundiam-se e despejavam seu conteúdo no interior do complexo. A cisterna que recebia a proteína formava uma nova vesícula e liberava o conteúdo na cisterna seguinte, e assim sucessivamente. Ao atingir a última cisterna, formava-se a vesícula que migraria até um dos destinos já discutidos (membrana plasmática, vesículas de secreção e lisossomos)”. (MUNDO EDUCAÇÃO, 2018).

Outra organela fundamental é a mitocôndria, um dos elementos principais da célula, responsável por fornecer energia para a realização de todos os processos metabólicos, assim, a quantidade de mitocôndrias existentes está diretamente relacionada à necessidade de energia, pois quanto mais a energia for necessária, maior será o número de mitocôndrias ali encontradas.

"As mitocôndrias funcionam como um sítio do processo de respiração celular. Esse processo metabólico extrai energia armazenada na glicose e também em outros combustíveis orgânicos, havendo decomposição desses combustíveis, na presença de oxigênio, em gás carbônico e água. A energia liberada é utilizada para realizar diversas atividades celulares, como o transporte através da membrana. Se quiser compreender mais detalhadamente o processo de respiração celular, acesse o texto: Respiração Celular."As mitocôndrias funcionam como um sítio do processo de respiração celular. Esse processo metabólico extrai energia armazenada na glicose e também em outros combustíveis orgânicos, havendo decomposição desses combustíveis, na presença de oxigênio, em gás carbônico e água. A energia liberada é utilizada para realizar diversas atividades celulares, como o transporte através da membrana, por exemplo” (BRASIL ESCOLA, 2019).

Encontrada nas células das plantas e responsável pela fotossíntese, o cloroplasto é uma organela que se localiza em um extenso sistema de membranas internas conhecidas como tilacoides, no qual toda a clorofila está armazenada. E é no cloroplasto

que ocorre a reação mais fundamental à vida das plantas, que é a fotossíntese, e que também afeta toda a vida animal.

“Os cloroplastos são geralmente discoidais e sua cor é verde devido à presença de um pigmento denominado clorofila. No seu interior existe um conjunto bem organizado de membranas, as quais formam pilhas unidas entre si, que são chamadas de grana. Cada elemento da pilha, que tem o formato de uma moeda, é chamado de tilacoide. Já no estroma (fluido gelatinoso que preenche o cloroplasto) existem enzimas, DNA, pequenos ribossomos e amido. No cloroplasto, a energia luminosa é colhida pelos fotossistemas e é usada para permitir a transferência de elétrons por uma série de compostos que agem como doadores de elétron e receptores de elétron, armazenando a energia”. (OLIVEIRA, 2016 p. 21).

Os peroxissomos, por sua vez, são organelas envolvidas por uma única membrana e que possuem em seu interior aproximadamente 40 tipos de enzimas oxidantes. Elas desintoxicam as células realizando a catalisação do peróxido de hidrogênio, conhecido como água oxigenada (H_2O_2), substância altamente tóxica para a célula. Os peroxissomos tem formato esférico e são envolvidos por uma única membrana, e não possuem DNA ou RNA.

“Nos vegetais os peroxissomos são chamados de Glioxissomos (Peroxisomos nos vegetais) – e o mais interessante é que desempenham uma função completamente diferente nas células vegetais. De fato, nessas células eles catalisam reações onde o lipídio (ácido graxo) da semente é transformado em hidrato de carbono, num ciclo chamado de ciclo do glioxilato” (MACEDO, 2013 p. 108).

Os lisossomos, que se assemelham a pequenos saquinhos membranosos de enzimas hidrolíticas usadas para a digestão intracelular, são responsáveis por controlar estas macromoléculas. Eles possuem cerca de 40 tipos de hidrolases ácidas diferentes e são formados pela fusão de vesículas de transporte do complexo de golgi) aos endossomos (compartimento com moléculas captadas por endocitose), garantindo a degradação de materiais capturados pela célula, bem como a reciclagem de alguns componentes celulares (autofagia).

“A principal função dos lisossomos é a digestão e remoção de resíduos. Detritos celulares ou partículas estranhas são puxadas para dentro da célula através do processo de endocitose. Este processo acontece quando a membrana celular cai sobre si mesma (invaginação), criando um vacúolo ou bolsa ao redor do conteúdo externo e trazendo esse conteúdo para dentro da célula” (PLANETA BIOLOGIA, 2018).

Os vacúolos são estruturas revestidas por membrana, formados a partir do retículo endoplasmático ou do complexo golgiense. Basicamente, existem três tipos de vacúolos: os digestivos, os contráteis e os de armazenamento. Os digestivos são comuns nas células fagocitárias, estão associados à atuação das enzimas lisossômicas. Os vacúolos contráteis se caracterizam pelo equilíbrio osmótico, eliminando o excesso de água. Os de armazenamento são encontrados, sobretudo, nos vegetais e ocupam um significativo volume celular, e podem ser capazes de armazenar diversas substâncias: carboidratos (amiloplastos – plastos de reserva nutritiva nas raízes), proteínas (proteoplastos – plastos de reserva proteica em sementes), alguns pigmentos de pétalas e folhas (antocianinas) e até toxinas (nicotina e tanino), substâncias de defesa das plantas contra predadores.

Já os centríolos são feixes curtos de microtúbulos localizados no citoplasma das células eucariontes, bem próximas ao núcleo, posicionados lado a lado ou perpendicularmente, sempre aos pares. Eles participam de todo o processo de divisão celular das células animais, e possuem a capacidade de se autoduplicar antes da célula começar a se dividir. Os centríolos têm como principal função a separação do material genético na divisão celular e a capacidade de criar cílios e flagelos, organismos que desempenham uma função basicamente locomotora. Os centríolos são estruturas simples, mas indispensáveis ao funcionamento da célula.

Os ribossomos se originam no núcleo, porém se encontram no citoplasma, ou espalhados ou ligados uns aos outros por uma fita de RNA, que formam os polirribossomos. Alguns estudiosos afirmam que os ribossomos não são organelas, pois não possuem membrana, outros, no entanto, defendem que os ribossomos são organelas não membranosas.

“Os ribossomos são organelas responsáveis pela síntese de proteínas na célula. Células responsáveis por grande produção de proteínas, como as do pâncreas, são ricas nessas estruturas. Além disso, em células com grande atividade metabólica, os ribossomos podem ser encontrados em agrupamentos, conhecidos como polirribossomos. Independentemente do local onde os ribossomos estão na célula (livres ou ligados), eles atuarão na síntese proteica. A principal diferença, no entanto, está no local de destinação dessas proteínas. Ribossomos presentes no citosol produzem proteínas que geralmente são destinadas ao próprio citosol. Já os ribossomos ligados, geralmente, sintetizam proteínas que serão inseridas nas membranas para que possam ser empacotadas ou secretadas pela célula” (BRASIL ESCOLA, 2019).

A BIOLOGIA CELULAR ENSINADA NAS ESCOLAS

A grande maioria dos professores de Biologia entende que a dificuldade em estabelecer aplicações práticas aos conceitos ensinados é o fator mais prejudicial para a compreensão dos temas relacionados à Citologia. De fato, os conteúdos abordados nas aulas de Biologia costumam ser apresentados por meio de definições já prontas, isoladas de um contexto prático, e por não poderem associar os conceitos à sua experiência cotidiana, o ensino da Biologia Celular apenas contribui para que os alunos ampliem seu vocabulário e memorizem termos e conceitos sem atribuir um significado relevante para eles. Isto desmotiva o aprendizado da disciplina, portanto, para estimular os alunos, torna-se fundamental que aulas experimentais sejam elaboradas.

“Não tem significado para os estudantes do terceiro ciclo estudar funções e estruturas internas da célula, mas sim seu papel como componente fundamental dos tecidos de um modo geral. A observação direta dos tecidos e órgãos de outros animais permitirá ao estudante a imaginar órgãos e sistemas do corpo humano, auxiliado também por outros recursos de observação indireta. Antes que os estudantes possam sistematizar e dar significado à relação de inclusão entre sistemas, órgãos, tecidos e células, é necessário, em várias ocasiões, facilitar a comparação entre as dimensões dos sistemas, órgãos e tecidos visíveis a olho nu e porções de tecidos compostos por células só visíveis ao microscópio” (BRASIL, 1996, p. 75).

Dessa forma, é fundamental que as escolas, em pleno século XXI, estejam equipadas com um laboratório estruturado, com a presença de um microscópio funcional, que permita ao aluno observar as características estruturais dos objetos analisados em toda a sua essência. Lamentavelmente, muitas escolas no Brasil não possuem este recurso, sendo necessária a mobilização das comunidades para pressionarem as autoridades a oferecerem uma mínima condição de pesquisa escolar. Desesa forma, havendo um espaço apropriado, destinado à observação prática, o aluno poderá examinar folhas simples, como a de cebola, por exemplo, e constatar, na prática, o conteúdo que está aprendendo.

“É possível fazer a observação do formato das células vegetais, e também a observação dos cloroplastos no interior das células. Para isso, basta pegar uma folha de elodea, colocá-la em uma lâmina, colocar uma gota de água e em seguida cobri-la com a lamínula. Depois, pode-se levar a lâmina pronta ao microscópio, a fim de observar o formato das células vegetais e também dos cloroplastos no interior dessas células. É importante que o professor explique aos alunos qual a função dos cloroplastos na fotossíntese, e questione-os sobre qual a importância ecológica da fotossíntese para todos os seres vivos. Muitas vezes o professor,

ao levar um grupo de alunos ao laboratório de biologia, pede para que eles não mexam em nenhum lugar sem permissão. Algumas vezes, até mesmo os impede de mexer no microscópio, permitindo apenas que olhem o material. Então, por que não permitir que os alunos ajustem o foco ao utilizar o equipamento? Basta ensiná-los a manusear corretamente o microscópio” (EDUCADOR BRASIL ESCOLA, 2021).

Neste sentido, o que realmente importa é que o aluno tome parte efetiva em cada processo de análise, e reflita que a origem da vida e o seu desenvolvimento ocorrem por meio das células, e que esta compreensão passe a estimulá-lo a conhecer estes fenômenos e a se aprofundar no estudo da Biologia. Quando o professor domina os conceitos fundamentais da Citologia e sabe motivar seus alunos por meio de aulas bem elaboradas, utilizando materiais atrativos, empregados adequadamente, certamente irá atingir os objetivos estabelecidos.

“O conteúdo de citologia deve ser apresentado aos alunos de maneira que lhes tragam significados, utilizando atividades lúdicas com intenção pedagógica, ativando o pensamento, a criatividade, a emoção e sensação de prazer, oportunizando a realização das atividades em busca da aprendizagem” (CABRERA, 2007 p. 159).

Portanto, é necessário que haja muita criatividade na elaboração das aulas, utilizando diversos recursos pedagógicos como vídeos, cartões coloridos, jogos da memória, e toda uma diversidade de atividades lúdicas, capazes de trazer alegria e descontração ao ambiente e produza um aproveitamento favorável. Assimilando os conteúdos, os alunos se motivam no estudo da matéria, aperfeiçoam seus conhecimentos, e se interessam pela da Biologia Celular, tornando-se professores ou pesquisadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito deste trabalho foi destacar alguns aspectos básicos da Biologia Celular como ciência que estuda as células e, conseqüentemente, a vida. Dessa forma, a Citologia, que teve na figura de Robert Hooke os seus primeiros passos, ao observar uma fatia de cortiça em um protótipo de microscópio, no século XVII, mesmo que de maneira bastante rudimentar e primitiva, identificou componentes aos quais chamou de células, e este foi o ponto de partida de um desenvolvimento científico sem precedentes na história da humanidade. Outros pesquisadores renomados se motivaram a ampliar o alcance dos microscópios, aprofundando-se ainda mais em suas

constatações sobre as células, e suas descobertas foram se sucedendo, possibilitando novos conceitos, novas ideias, até chegarem à Teoria Celular, que determina que todos os organismos vivos são formados por células.

Com o contínuo aprofundamento dos estudos, surgiram novos conceitos como a composição da célula em suas partes principais: membrana, citoplasma e núcleo, a divisão em dois grandes grupos: eucariontes e procariontes, Sendo as procariontes células sem núcleo, nas quais o material genético se dispersa no citoplasma. Este grupo é formado por seres unicelulares, no qual se destacam as bactérias e as cianobactérias. O outro grupo é formado pelas células eucariontes às quais pertencem os seres pluricelulares como os animais e as plantas. Nestas células, o material genético está envolvido por uma membrana nuclear que protege o DNA. Nas células eucariontes ocorrem as reações químicas que são responsáveis pela manutenção e reprodução dos seres vivos, sendo que os principais processos são produzidos pelas organelas que se encontram no interior do citoplasma.

Lamentavelmente, a Biologia Celular não tem produzido nos estudantes um estímulo que desperte neles o desejo de se aprofundarem no seu estudo, mesmo sendo um ramo da ciência com aspectos e movimentos tão fascinantes. Isto ocorre devido à Citologia estar sendo apresentada apenas com termos difíceis, desenhos simplórios e obrigação de decorar, mas, sem identificação prática, os conteúdos propostos deixam de fazer sentido para eles. Dessa forma, o ensino da Citologia precisa ser bem elaborado, utilizando uma estrutura que possibilite a utilização de um microscópio, equipamentos de vídeo, materiais diversificados e planejados por professores motivados e comprometidos. Alunos incentivados e bem orientados compreenderão mais facilmente a importância da Biologia Celular e, quem sabe, num futuro próximo, se envolverão profissionalmente com esta matéria tão fascinante.

REFERÊNCIAS

BLOG EDUCAÇÃO UOL, **Células, conheça a história de sua descoberta**. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/ciencias/celulas-conheca-a-historia-de-sua-descoberta-e-entenda-sua-estrutura.htm>. Acesso em 25 mai. 2024.

BLOG SANITY, **A Microbiologia Experimental Nasce com Anton Van Leeuwenhoek**. Disponível em: <https://sanityconsultoria.com/a-microbiologia-experimental-nasce-em-1683/>. Acesso em 22 mai. 2024.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN – Ciências Naturais- Terceiro e Quarto Ciclos.. Brasília, 1998.

BRASIL ESCOLA, **As mitocôndrias**. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/biologia/mitocondrias.htm>. Acesso em 27 mai. 2024.

CABRERA, Waldirléia B. **A Ludicidade para o Ensino Médio na Disciplina de Biologia: Contribuições ao processo de aprendizagem**. 2007. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ensino de Ciências e Educação Matemática, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

EDUCADOR BRASIL ESCOLA, **Estratégias de Ensino de Células**. Disponível em: <https://educador.brasilescola.uol.com.br/estrategias-ensino/celulas-vegetais>. Acesso em 29 mai. 2024.

INFOESCOLA, Biologia Celular. Disponível em: <https://www.infoescola.com/citologia/iologia-celular/>. Acesso em 22 mai. 2024.

MACEDO, CRISTIANE E. C. de, Organização e Diferenciação Celular. 2ª Ed. EDUFRRN, Natal, 2012.

MUNDO EDUCAÇÃO, **O Complexo Golgiano**. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/biologia/golgi.htm>. Acesso em 20 mai. 2024.

PLANETA BIOLOGIA, **A Função dos Lisossomos**. Disponível em: <https://planetabiologia.com/lisossomos-funcao/>. Acesso em 23 mai. 2022.

SANTOS, LUÍS F. M. DOS, Biologia e Fisiologia Celular. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

A IMPORTÂNCIA DOS VÍNCULOS AFETIVOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA



Fernanda Barroso de Pádua Souza

Formada em Pedagogia, com Pós-graduação em Psicopedagogia Institucional; Direito Educacional; Educação Infantil; Alfabetização do Aluno Surdo; Educação Inclusiva; Ensino Lúdico; Metodologia do Ensino da Arte; LIBRAS; A. E. E.; Educação Especial com Ênfase em Deficiência Auditiva e Metodologia do Ensino da Matemática.



Maiara Fontes Gonsalves Freitas

Formada em Pedagogia, com Pós-Graduação em Neuropsicopedagogia e Educação Inclusiva.

RESUMO

Trazer algumas reflexões a respeito da importância dos vínculos afetivos para as crianças da primeira infância foi o intuito deste artigo, especialmente por considerar que a construção destes vínculos é fundamental para que a criança se desenvolva de maneira equilibrada e saudável em todos os aspectos. No período da primeira infância, a criança necessita de estímulos apropriados quanto à atenção, carinho, cuidado pelas pessoas à sua volta, visto que a criança os assimila, especialmente nessa fase em que ela está construindo a sua formação de valores, de conceitos, de escolhas e da compreensão do mundo à sua volta. Estes estímulos estabelecem os vínculos afetivos que se iniciam nos primeiros momentos de vida, sendo transmitidos pela família. Ao acalantar o bebê, ao amamentar, ao fazer carinho, ao cantar, a mãe já está demonstrando para a criança o quanto ela é querida. Estas manifestações se estendem aos demais membros da família e consolidam a construção de vínculos afetivos fortes e duradouros, e estes vínculos causarão impacto na formação do indivíduo como um todo. Infelizmente, sabemos que existe negligência na manifestação de afeto, até mesmo pela falta de tempo, reprimindo a formação destes vínculos afetivos, tão essenciais à formação da criança. Sendo a

primeira infância a etapa em que a criança vai formando sua percepção de mundo e a compreensão dos seus próprios sentimentos, a escola torna-se um espaço fundamental para a continuidade desse processo de construção de vínculos afetivos, que favorecerá bastante o seu desenvolvimento social, emocional e cognitivo. Desse modo, a afetividade no ambiente escolar é extremamente significativa, visto que a criança espera receber os mesmos cuidados, carinho e atenção, especialmente considerando que ela passará muitos anos neste ambiente, recebendo impactos e influências. Este cenário ressalta a importância da relação professor-aluno, a qual necessita de professores engajados e motivados a formar vínculos afetivos fortes, auxiliando a criança em toda a jornada escolar, e contribuindo para que ele construa uma cidadania plena e participativa na sociedade, além de favorecer seu desenvolvimento social, emocional e cognitivo ao longo de toda a jornada escolar.

Palavras- Chave: Vínculos Afetivos; Família; Escola; Professor.

INTRODUÇÃO

Na primeira infância, período que compreende desde o nascimento até os seis anos de idade, os vínculos afetivos desempenham um papel fundamental no desenvolvimento emocional, social e cognitivo das crianças. Estabelecer conexões emocionais seguras e estáveis com pais, familiares e cuidadores não apenas promove um ambiente de confiança e segurança, mas também impacta diretamente na formação de habilidades interpessoais e na capacidade de regular emoções ao longo da vida.

A afetividade está presente em todos os ambientes em que a criança está inserida, principalmente no ambiente familiar. Logo o afeto torna-se fundamental para o desenvolvimento infantil em diversos aspectos, pois os vínculos afetivos estabelecidos nesse contexto são essenciais para promover um crescimento saudável e integral das crianças.

Neste contexto, o ser humano é inerentemente um ser relacional, dependente desde o nascimento da companhia e cuidado de outras pessoas, especialmente dos pais. Esses primeiros cuidados incluem proteção, carinho e atenção, essenciais para o desenvolvimento emocional e psicológico da criança. Quando a criança se sente amada e segura, ela responde com reciprocidade, iniciando assim a construção de vínculos afetivos significativos. É crucial que o ambiente familiar seja um espaço permeado por

manifestações de amor, criando a base para vínculos afetivos sólidos e duradouros, onde o cuidado mútuo esteja sempre presente. Além disso, o estabelecimento de vínculos afetivos duradouros requer diálogos respeitosos, onde todos têm espaço para ouvir, aprender, expressar opiniões e ensinar. Especialmente para os filhos, é vital que sintam-se seguros para compartilhar seus anseios com os pais, o que fortalece ainda mais esses laços afetivos essenciais para seu desenvolvimento emocional e social.

Contudo desfrutar de um ambiente familiar acolhedor, cheio de cuidado e manifestações de carinho, é essencial para o desenvolvimento emocional da criança. Quando ela chega à escola, naturalmente espera encontrar e experimentar esses mesmos vínculos afetivos. No entanto, algumas famílias podem não investir na criação de laços afetivos saudáveis. Mesmo assim, as crianças continuam desejando ser amadas, e esperam que esse novo ambiente escolar, com pessoas diferentes e rotinas distintas, não seja fonte de angústia ou tristeza. Pelo contrário, esperam encontrar nesse espaço, com novas pessoas como professores, cuidadores, colegas novos sinais de carinho, atenção e cuidado.

Assim os vínculos construídos no ambiente escolar, no período da primeira infância, são de extrema importância para estas crianças, pois elas consolidarão, nesse espaço, seus hábitos, valores, atitudes, relacionamentos, gostos e desejos, que serão a base para a construção de sua identidade.

A Educação Infantil é uma importante aliada das famílias ao promover vínculos que impactam positivamente o desenvolvimento das crianças. A relação de afetividade e segurança estabelecida entre professor e aluno é fundamental para construir laços sólidos e duradouros, especialmente nessa fase crucial da educação. Consolidar essas conexões vai além das aparências; exige do educador conhecimento e dedicação. A missão do professor é não apenas apresentar conteúdos pedagógicos de qualidade, mas também cultivar um vínculo afetivo genuíno com a criança. Isso se concretiza por meio de demonstrações constantes de respeito e atenção durante as aulas, pois a qualidade dessa interação influencia de maneira significativa na formação dos laços afetivos. Respeito e generosidade são elementos essenciais para o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância.

Nesta perspectiva, torna-se imprescindível que os professores reconheçam a importância de estabelecer relações afetivas que priorizem o cuidado, a comunicação emocional e um olhar atento para cada criança. Essa abordagem repensa a formação pedagógica, buscando compreender profundamente o desenvolvimento infantil e o papel fundamental da educação na formação integral do indivíduo.

A formação inicial do professor frequentemente não proporciona preparo suficiente para desenvolver esses vínculos afetivos complexos. Portanto, é imperativo que o educador se empenhe em um contínuo aprimoramento. Especialmente em um contexto contemporâneo em que os avanços tecnológicos geram mudanças rápidas na sociedade, impactando profundamente os alunos, que estão cada vez mais imersos em dispositivos digitais.

Para efetivamente desempenhar o papel de mediador do conhecimento e influenciar positivamente a vida dos alunos, o professor deve buscar uma formação continuada que ofereça acesso a informações específicas, novos conceitos, atualizações e inovações. A formação contínua, além de contribuir com reflexões e ressignificações de conhecimentos, fortalece-o também em sua capacidade de estabelecer relações significativas que contribuirão para o desenvolvimento integral de cada criança.

A FORMAÇÃO DOS VÍNCULOS AFETIVOS NA FAMÍLIA

Para o desenvolvimento infantil saudável são necessários estímulos apropriados, todavia, não apenas estímulos psicomotores ou cognitivos, mas também é extremamente importante a construção de vínculos afetivos robustos e duradouros, os quais serão de enorme importância para a formação de uma pessoa equilibrada em todos os aspectos da sua vida. Portanto, considerando que a família é o local onde são construídos os primeiros e mais sólidos vínculos afetivos, é ali onde se formará o alicerce para que a criança possa se desenvolver. Estes primeiros anos, conhecidos como primeira infância, são fundamentais, pois é a fase na qual as crianças estabelecem o reconhecimento de suas próprias emoções, seus gostos e suas preferências, e estas manifestações tornam possível aos familiares obter uma análise segura quanto aos sentimentos da criança. Essa interação com as crianças em seus primeiros anos de vida certamente se refletirão durante toda a vida adulta delas.

Dessa forma, as relações que as crianças estabelecem com os adultos e com os demais membros da família, tanto nas manifestações de carinho e afeto quanto nos exemplos de conduta que elas observam, influenciará o comportamento e a conduta das crianças. Portanto, torna-se imprescindível que os adultos, principalmente os pais e responsáveis, auxiliem os pequenos a descobrirem suas capacidades e talentos e possam contribuir para que eles trabalhem suas emoções de maneira positiva.

“Um dos fatores que mais impactam o crescimento saudável das crianças é o fortalecimento dos vínculos afetivos entre pais e

filhos. Até porque é em seus familiares que os pequenos buscam acolhimento e proteção e, quando há proximidade e afeto, o processo de aprendizado tende a ser mais tranquilo com o passar do tempo. Às vezes, é comum que os cuidados sejam negligenciados, afinal, são inúmeras as responsabilidades e as tarefas a serem conciliadas, não é mesmo? Ainda assim, é importante dedicar tempo e atenção à educação, possibilitando a criação de laços mais fortes e duradouros com o(a) seu(sua) filho(a)". (BLOG ACADEMIA, 2022).

Os vínculos afetivos são estabelecidos desde cedo com os pequenos através de gestos de carinho, atenção, cuidado e suprimento das necessidades básicas. Cada conversa, gesto e manifestação de amor e afeto são percebidos pela criança desde seus primeiros anos de vida e desempenham um papel fundamental em seu desenvolvimento emocional. Essas interações sem dúvida contribuem para que a criança cresça se sentindo segura e emocionalmente fortalecida.

Estabelecer esses vínculos é extremamente benéfico e traz várias vantagens que perduram ao longo da vida adulta. Assim, demonstrações consistentes de carinho, atenção e cuidado são fundamentais para o desenvolvimento e estímulo das habilidades socioemocionais. Essas habilidades são essenciais para formar adultos independentes, autônomos e participativos na sociedade.

É na primeira infância que a criança começa a desenvolver aspectos relacionados à empatia, resiliência e paciência. Nesse sentido, é fundamental agir com atenção e estabelecer um diálogo através de conversas claras que expressem carinho e preocupação. Isto permitirá que a criança tenha uma compreensão mais ampla a respeito de suas emoções e das demais pessoas, paciência. Essas interações ajudam a criança a compreender melhor suas próprias emoções e as dos outros. Essas práticas devem ser adotadas não apenas pelos pais, mas por todos os membros da família, promovendo vínculos afetivos saudáveis que se tornam parte da rotina familiar. Isso contribui para o desenvolvimento de relacionamentos amorosos, fortes e permanentes.

Contudo a primeira infância é o período crucial em que a criança começa a desenvolver aspectos como empatia, resiliência e...

"A melhor forma de construir um vínculo afetivo duradouro com os filhos é a partir de um canal de diálogo aberto e acolhedor. Para isso, além de falar com a pessoa que você ama, também é fundamental se abrir para a escuta empática, sem julgamentos. O diálogo saudável em casa deve ser cultivado diariamente, a partir de uma postura franca, respeitosa e receptiva. Ao saber que pode contar com os pais, o filho se sente mais livre para falar sobre diversos assuntos, dando a chance de estreitar a relação. O diálogo saudável inclui demonstrar os próprios sentimentos e se manifestar de forma transparente. Como vimos, os familiares são

os primeiros exemplos para a aprendizagem da convivência pelas crianças. Assim, ouvir as experiências dos adultos pode ser bastante enriquecedor para fortalecer o vínculo e também para o filho compreender mais sobre situações práticas de como lidar com desafios. As atividades escolares e demais experiências da criança são muito importantes. A participação dos pais na vida escolar é essencial para que o filho se sinta seguro para se desenvolver plenamente. Demonstrar interesse pelas experiências pessoais do seu filho estimula a sua autoestima, além de ser muito benéfico para o vínculo familiar". (BLOG CEL.COM, 2022).

Muitos estudiosos e pesquisadores defendem que a afetividade é o alicerce da socialização do indivíduo, uma vez que ela é fundamental na maneira como os primeiros ensinamentos são transmitidos para as crianças. Por isso, a emoção exerce uma influência notável no desenvolvimento infantil durante este período inicial da vida. Nessa fase, as crianças necessitam de ainda mais atenção e cuidados por parte daqueles ao seu redor.

"O ser humano nasce extremamente imaturo; para sua sobrevivência, necessita da presença do outro e essa necessidade é traduzida como amor. Por outro lado, o instinto de sobrevivência e a percepção da necessidade de proteção fazem com que a mãe e o pai apresentem também o sentimento de amor pelo filho e a reciprocidade desse amor do filho e dos genitores funde-se ocasionando a afetividade. Esse sentimento não se manifesta apenas entre filhos e pais. No passado, os homens das cavernas ensinaram que a sobrevivência implica viver em grupo, expandindo a afetividade de um para o outro. A origem biológica da afetividade, como se percebe, destaca a significação do "cuidar". O amor entre humanos surgiu porque sua fragilidade inspirava e requeria cuidados e a forma como esse cuidar se manifesta é sempre acompanhada da impressão de dor ou prazer, agrado ou desagrado, alegria e tristeza. Percebe-se, portanto, que afetividade é uma dinâmica relacional que se inicia a partir do momento em que um sujeito se liga a outro por amor e essa ligação embute um outro sentimento não menos complexo e profundo. A afetividade, ao longo da história, está relacionada com a preocupação e o bem-estar do outro; a solidariedade não apareceu na história humana como sentimento altruísta, mas como mecanismo fundamental de sua sobrevivência" O ser humano necessita se relacionar com o outro, só assim procura maneiras de melhorar essas relações, que deram origem às regras, que mais tarde viraram leis que auxiliam esse processo. Com a evolução da cultura humana, a afetividade passou a ter grande importância nas relações interpessoais. A afetividade começa no âmbito familiar com o nascimento; esses laços afetivos duram a vida toda, sendo transmitidos para o outro. Desde os primórdios as relações entre professor-aluno foram e continuarão a ser motivo de preocupação das pessoas relacionadas com a educação, visto que esses sentimentos são um mecanismo fundamental para a sobrevivência da humanidade" (ANTUNES, 2008 p. 1).

Entende-se portanto, que a afetividade é essencial para a sobrevivência e o desenvolvimento humano. Desde o nascimento, a necessidade de cuidado e proteção estabelece laços afetivos entre pais e filhos, os quais se estendem para além do ambiente familiar. A história da humanidade demonstra que a sobrevivência em grupo e a cooperação foram fundamentais, resultando na ampliação da afetividade de um indivíduo para o outro. Com o avanço da cultura humana, a importância da afetividade nas relações interpessoais se tornou ainda mais evidente, influenciando regras e leis que regem essas interações. No contexto educacional, as relações afetivas entre professor e aluno têm sido uma preocupação constante, pois são cruciais para o desenvolvimento e a continuidade da espécie. Assim, a afetividade não é apenas um sentimento, mas um mecanismo vital para a convivência humana, refletindo a complexidade e profundidade das relações sociais.

A IMPORTÂNCIA DOS VÍNCULOS AFETIVOS NA ESCOLA

A criança, desde pequena, recebe cuidados, carinho e atenção das pessoas à sua volta, no contexto da família, ela vai estabelecendo vínculos afetivos que lhe trazem segurança e confiança, e dessa forma ela vai desenvolvendo sua identidade, estabelecendo relacionamentos e compreendendo as nuances do mundo à sua volta.

Neste sentido a presença da família é essencial nessa etapa da primeira infância, pois a criança que se sente amada e cuidada pelos seus pais e familiares se torna mais segura. Esse contexto é levado para outra esfera social importantíssima para a criança, a escola, e nesse novo ambiente que se apresenta para ela, sua expectativa é de que ela seja acolhida, cuidada e amada da mesma maneira que em sua casa. Portanto, a afetividade na escola é como que um complemento da afetividade na família, e será de fundamental importância para o desenvolvimento cognitivo e social da criança.

Segundo estudos, o cenário familiar brasileiro recente está bastante diferente do que era há algumas décadas atrás, ou seja, a estrutura familiar preponderante era aquela em que o pai saía para trabalhar e a mãe ficava em casa com os filhos. Nesse modelo de estrutura familiar, a criança iniciava sua jornada estudantil com 6 ou 7 anos de idade, na pré-escola, ou somente no ensino fundamental. As transformações sociais produziram um rearranjo nessa estrutura, e, atualmente, pais e mães passam muito mais tempo fora de casa, especialmente agora em que as mulheres conquistaram espaço no mercado de trabalho. Este cenário faz com que um número altíssimo de crianças seja introduzido no ambiente escolar muito cedo, no período da Educação Infantil, ou seja, a primeira etapa

da Educação Básica, que possui a finalidade de proporcionar condições para o desenvolvimento integral crianças de até cinco anos de idade nos aspectos físico, intelectual, psicológico e social, atuando de forma complementar em relação à família e à comunidade, buscando aprimorar os elementos socioemocionais nos componentes curriculares da Educação Básica. Nesse contexto, estabelecer vínculos afetivos na escola, local em que a criança irá passar a maior parte da sua vida, é fundamental para o desenvolvimento social, e um aproveitamento escolar destacado.

“A afetividade na Educação Infantil é super importante no processo de ensino e aprendizagem. Os vínculos de confiança entre aluno e professor estão diretamente ligados ao sucesso na aquisição do conhecimento, não só na primeira infância, Mas esse é um momento em que essa relação precisa ser construída. Diante da necessidade de contemplar tais vínculos na educação, surge o termo pedagogia afetiva. A proposta busca o desenvolvimento cognitivo por meio de interações de afeto. A educação desta forma é comprovadamente mais agradável e significativa para todos os lados envolvidos. A pedagogia afetiva tem como principal pilar a motivação dos alunos. A partir da abordagem humanista, qualquer indivíduo aprende de forma melhor quando está motivado. Por isso o papel do professor é motivar as crianças para potencializar o desenvolvimento afetivo, cognitivo e socioemocional delas. A afetividade na Educação Infantil contribui, também, para a criação de um espaço agradável e harmonioso em sala de aula. Este ambiente é um dos responsáveis por despertar nas crianças a curiosidade e o prazer por aprender, influenciando positivamente o processo de aprendizagem” (BLOG SAE DIGITAL, 2021).

As manifestações de carinho e afetividade no ambiente escolar que ocorrem na etapa da primeira infância devem acontecer espontaneamente, em todas as ações dos professores, e a melhor maneira de consolidar a educação com afeto é quando os educadores e os demais agentes escolares agem de maneira afetiva durante cada acontecimento da rotina escolar, ou seja, é importante que a criança reconheça que todos os envolvidos na escola manifestam atenção e cuidado para com ela. Ao identificar que ela é querida e respeitada no ambiente escolar, ela já começará a sentir-se motivada para as atividades pedagógicas, bem como manifestará o desejo de estar presente e participante das atividades escolares num ambiente agradável e acolhedor. A Educação Infantil é importantíssima na primeira infância, pois é a responsável por oferecer um conteúdo pedagógico de qualidade e oferecer uma orientação adequada para que a criança estabeleça seus primeiros passos na sua jornada, com uma aprendizagem sólida, propiciando as condições necessárias para que a criança se sinta acolhida e confiante.

“As creches e escolas são de grande importância para o desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças [...]. Nesses locais, elas têm de aprender a brincar com as outras, respeitar limites, controlar a agressividade, relacionar-se com o adulto e aprender sobre si mesma e seus amigos, tarefa estas de natureza emocional [...] fundamental para as crianças menores de seis anos é que elas se sintam importantes livres e queridas. Podemos ressaltar que na Educação Infantil, qualquer aprendizagem está intimamente ligada à vida afetiva, por isso não cabe à escola diminuir esta vida afetiva, mas sim ampliá-la e fortalecê-la, criando um ambiente sócio-afetivo saudável para esses pequenos seres em formação” (LISBOA, 1998 p. 63).

Assim, é extremamente importante construir um ambiente escolar saudável na Educação Infantil, o que impactará fortemente a vida das crianças, uma vez que é especificamente neste espaço onde elas vão desenvolver relações éticas, morais e sociais pertinentes à sociedade em que elas estão inseridas. É nesta etapa que as crianças formam seus gostos, desejos, atitudes, hábitos e valores que servirão de alicerce para a construção de sua personalidade, por isso, os educadores e os agentes escolares devem estabelecer com seus alunos relacionamentos pautados na afetividade, para que essa etapa seja especial na vida da criança. Os vínculos afetivos na escola se concretizam por meio da atenção dos professores em observar cuidadosamente o que elas dizem e o que elas fazem nas aulas e nos demais momentos, e, dessa forma, poder perceber cada detalhe do seu comportamento e, então, oferecer as respostas que elas precisam, manifestando proximidade, afeto e atenção. Tais atitudes somente contribuem com um ambiente escolar repleto de momentos agradáveis na sala de aula. Todavia, algumas sugestões importantes caso haja dificuldades no processo são:

“Falar com as crianças de forma madura - Uma das formas de se relacionar bem com as crianças dentro de sala de aula é tratá-las de forma madura. Lembre-se que, acima de tudo, os alunos são pessoas em desenvolvimento. Perguntar sobre o dia e os problemas, apontar quando algo foi feito de forma errada e manter uma conversa com as crianças são formas simples e eficientes de criar uma conexão entre professor e aluno. **Promover roda de conversa com as crianças** - Uma boa ideia para estimular a afetividade na Educação Infantil é promover uma roda de conversa com as crianças. Isso pode acontecer sempre em um momento específico da rotina, como logo no início da aula. Além de aproximar alunos e professores, também é um momento em que a relação entre as crianças pode ser fortalecida. Nessa roda de conversa vale abordar assuntos sobre família ou atividades que cada um gosta de fazer. Assim, deixar a atividade acontecer, de acordo com a interação das crianças, e o professor se mostrando sempre como parte da conversa. **Acompanhar atividades individuais** - Enquanto as crianças estiverem

desenhando, brincando de massinha, ou realizando outras atividades sozinhas, especialmente as que envolvem criação, é interessante que o educador se sente por um tempo ao lado delas. Durante esse momento de proximidade, o adulto pode perguntar mais sobre a atividade. Um exemplo do que pode ser útil para a construção deste vínculo é perguntar sobre o que está sendo desenhado ou criado. Essa atitude também ajuda a, mais uma vez, demonstrar uma relação de confiança entre professor e aluno. Com isso, o professor pode entender também mais sobre o que pensa a criança. **Contar histórias** - A contação de histórias é um ótimo meio de estimular a afetividade na Educação Infantil. Desde os primeiros meses de vida, quando começam a frequentar a creche, as histórias podem ser uma atividade válida. Elas têm um papel incrível no desenvolvimento cognitivo e na construção de relação entre educadores e alunos. Com o passar do tempo os livros de histórias passam a ter outra função, também importante na Educação Infantil, entre elas a alfabetização e introdução de hábitos culturais” (BLOG SAE DIGITAL, 2021).

O PROFESSOR E O RELACIONAMENTO AFETIVO

A importância da construção de vínculos afetivos com os alunos da Educação Infantil no processo de aprendizagem é inquestionável, uma vez que a confiança que se estabelece entre o professor e seus alunos impactará profundamente essa relação e os objetivos que a instituição busca alcançar.

Contudo, construir tais vínculos não é uma tarefa fácil. Requer do educador embasamento teórico, perseverança e resiliência, atributos essenciais para que o professor seja capaz de manter um vínculo afetivo significativo. Dessa forma, ele poderá contribuir significativamente com sua práxis pedagógica. Reconhecendo que a construção do conhecimento é um processo fascinante, que resulta da interação do aluno com a mediação do professor.

No ambiente escolar, os alunos estão sempre atentos a todas as diferentes maneiras de manifestação de afeto por parte dos professores, bem como dos seus pares. Uma atuação positiva do professor, demonstrando compreensão pelas suas limitações, incentivando suas potencialidades, estimulando-os a aprender são fatores motivacionais que estabelecem vínculos afetivos fundamentais ao desenvolvimento do aluno. Estabelecendo vínculos afetivos, o professor consegue promover um trabalho mais efetivo, com impacto direto na autonomia e na autoestima da criança. Este é um conceito que o professor precisa desenvolver sabendo que seus movimentos estão sempre sendo observados, causando influência na criança e, conseqüentemente, no seu aproveitamento escolar.

Um dos pressupostos da educação é a existência de uma ponte que interliga duas partes: aquele que ensina e aquele que aprende. Estas duas partes, porém, são indivíduos, os quais carregam consigo cargas psicológicas que precisam ser trabalhadas para que a relação entre professor e aluno seja sempre favorável aos dois. O que se espera, portanto, do professor é que ele esteja preparado para acolher, respeitar e cuidar de modo afetivo da criança que ele recebe em sua sala, para que esta sinta-se única e especial. Sem dúvida, este é o ponto de partida de uma relação que tem tudo para funcionar e dar excelentes frutos, visto que o desenvolvimento da criança passará, em muito, pela maneira como ela for influenciada e pelos vínculos afetivos que se estabelecerem. Ela assimilará melhor os conteúdos e conduzirá suas relações com seus pares de maneira bastante satisfatória.

“A afetividade depende, para evoluir, de conquistas realizadas no plano da inteligência, e vice-versa”. Para tanto, é necessário que a criança explore, que se utilize desta energia que a afetividade deixa transparecer para descobrir o novo. A escola não deve esperar que as crianças façam tudo o que querem, mas que elas queiram tudo o que fazem e que ajam e não sejam forçadas à ação (...) O que se deve fazer é explorar seus interesses, ligar a eles, isto é, à sua vida o que se deseja ensinar. A didática deve transformar os fins futuros a que visam os programas escolares em interesses presentes para a criança. Ao falarmos da inteligência e da aprendizagem precisamos nos referir também, e sempre à emoção, às ligações e inter-relações afetivas. Seria impossível entender o desenvolvimento da inteligência sem um desenvolvimento integrado e convergente cada vez maior de nossos interesses e amores por aquilo que olhamos, tocamos e que nos alimenta a curiosidade” (SALTINI, 2008, p. 302).

Logo, segundo o autor, o objetivo da educação enfatiza a importância de formar indivíduos criativos, inovadores e descobridores, capazes de pensar fora dos padrões estabelecidos, bem como de fomentar a capacidade crítica dos alunos, incentivando-os a questionar e analisar as informações que recebem, em vez de aceitar tudo passivamente. Portanto a educação deve promover a autonomia intelectual e o pensamento crítico, assim o papel do educador é de estabelecer uma relação de diálogo e afeto com os alunos favorecendo o processo ensino-aprendizagem, respeitando e potencializando a individualidade e a criatividade dos alunos.

A FORMAÇÃO CONTINUADA COMO UMA CONSTANTE EVOLUÇÃO

A formação do professor requer contínuo aprimoramento. Especialmente em um contexto contemporâneo em que os avanços tecnológicos geram mudanças rápidas na

sociedade, impactando profundamente os alunos, que estão cada vez mais imersos na era tecnológica.

Neste contexto é inerente que o professor continue a estudar, buscando novos conhecimentos, se aprimorando para efetivamente desempenhar o papel de mediador do conhecimento e influenciar positivamente a vida dos alunos. Neste sentido, o professor necessita investir em uma formação continuada para que ele possa “reaprender” ou “ressignificar” diversos aspectos referentes aos seus conhecimentos e suas práticas, acrescentando novos conteúdos e novas experiências para fazer frente às exigências que o momento atual impõe.

“A formação do professor deve ser um processo contínuo que ultrapassa sua prática com os alunos, a partir do trabalho transdisciplinar com uma equipe permanente de apoio. É fundamental considerar e valorizar o saber de todos os profissionais da educação no processo. É imperioso, portanto, investir numa política de formação continuada para os profissionais da educação. A formação docente no contexto das políticas de ensino escolar deve ser fundamentada em conhecimentos que façam a necessária articulação entre o “micro” e o “macro” contexto social, político e econômico. Mas, sobretudo, em conhecimentos sobre os processos de ensino e aprendizagem a serem afetados para garantir aos alunos um desenvolvimento mais autônomo e cidadão. Igualmente, entendemos ainda, que não basta implementar políticas educacionais sem oferecer aos docentes as reais condições para atender seus alunos em todas as suas necessidades” (PAULON, 2005 p. 22).

Especialistas no tema asseguram que o professor que pretende realizar um trabalho marcante e eficaz, deverá recorrer a competências pedagógicas múltiplas e variadas, além de aprimorar aspectos interpessoais como autoridade, paciência, poder de comunicação e humildade. Cabe ressaltar que é uma responsabilidade das autoridades governamentais motivar os professores, estimulando-os para que se desenvolvam e busquem uma formação continuada voltada para as exigências que o mundo atual impõe aos professores comprometidos.

“A qualidade de ensino é determinada tanto ou mais pela formação contínua dos professores, do que pela sua formação inicial... A formação contínua não deve desenrolar-se, necessariamente, apenas no quadro do sistema educativo: um período de trabalho ou de estudo no setor econômico pode também ser proveitoso para aproximação do saber e do saber-fazer. A docência, portanto, é uma atividade complexa porque a realidade na qual o professor atua é dinâmica, conflituosa, imprevisível e apresenta problemas singulares que, portanto, exigem soluções particulares. Exige mobilizações de saberes para o cumprimento do objetivo de educar que é: o desenvolvimento das diferentes capacidades – cognitivas, afetivas, físicas, éticas,

estéticas, de relação interpessoal e de inserção social dos educandos, que se efetiva pela construção de conhecimentos” (DELORS, 2003, p. 160).

A formação continuada, cabe ressaltar, não é exclusividade apenas dos professores e gestores escolares, pelo contrário, todo e qualquer profissional atuante no mercado precisa avançar para além dos conhecimentos adquiridos em sua graduação básica, visto que estas não provêm todos os recursos e conhecimentos que ele necessita para desempenhar suas atividades diárias. A formação continuada é imprescindível para manter uma atualização referente às necessidades dos alunos, dos conteúdos aplicados e da própria carreira profissional. A formação continuada é essencial e diz respeito às qualificações que surgem no decorrer do tempo, depois do período de graduação, e outras que se vão surgindo e que não foram contempladas na graduação inicial, promovendo uma evolução e uma capacitação constante do profissional.

“O fato de o mundo passar por mudanças frequentes e cada vez mais rápidas já é uma realidade incontestável. Considerando esse cenário, é válido questionar: como fica a educação? Será que ela pode continuar a mesma de décadas passadas? Com certeza, a resposta é não. A formação de professores precisa ser capaz de preparar os profissionais para mudanças no seu contexto de trabalho. Hoje, os estudantes estão cercados por condições diferentes quando comparado às gerações passadas. Logo, os docentes também precisam estar. Se o objetivo das escolas é proporcionar o desenvolvimento de seus alunos, um dos fatores indispensáveis é conhecer a realidade de vida deles. Por isso, ao longo do tempo, as teorias educacionais se modificam e se atualizam para dar conta das mudanças sociais. Dessa forma, a formação continuada apresenta a grande vantagem de contribuir para a evolução constante dos professores. A partir dela, eles têm contato com teorias e práticas relevantes para o seu dia a dia. Isso proporciona recursos para que os docentes superem dificuldades e melhorem continuamente” (BLOG ELEVA PLATAFORMA, 2021).

Portanto, para formar alunos com excelência, é necessário que os professores sejam plenamente capacitados, visto que profissionais bem preparados são capazes de produzir aprendizagens intensas e significativas, fazendo com que seus alunos assimilem conhecimentos que fazem sentido para eles. Um professor melhor preparado, oferece melhores práticas pedagógicas, cria vínculos afetivos mais fortes, oferece conteúdos significativos e contribui para que seus alunos se tornem cidadãos autônomos, participativos e independentes, e todos estes aspectos são objetivos que passam pela formação continuada eficaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento expressivo das crianças da primeira infância passa, inegavelmente, pela consolidação de vínculos afetivos intensos e significativos, tanto entre os membros da família, especialmente entre pais e filhos, quanto com seus cuidadores e professores. As crianças estão sempre em busca de acolhimento e proteção, reveladas em atitudes de cuidado e manifestações de amor e carinho, e são estas ações que produzem os vínculos afetivos, tão importantes para consolidar uma base segura em que as crianças possam construir o seu eu, com suas vontades, desejos e escolhas. Os dias atuais, tão corridos, não podem, em hipótese alguma, impedir que os pais dediquem tempo e atenção aos seus filhos, obstruindo a formação de vínculos afetivos fortes e duradouros.

Num momento de transformações sociais que afetam os modelos familiares, muitas crianças têm chegado às escolas precocemente, contudo, elas precisam receber no ambiente da Educação Infantil todo o acolhimento e atenção que elas já desfrutavam no ambiente familiar. Num cenário novo para a criança, onde tudo é diferente e desafiador, a construção de vínculos afetivos consistentes se fazem totalmente necessários, que a permitam sentir que a escola é um lugar especial, alegre e prazeroso para ela. Assim, caberá a todos os envolvidos no processo educacional manifestarem afeto em cada acontecimento da rotina escolar, para que a criança reconheça que ela é importante e querida na instituição. Assim, na Educação Infantil, a criança receberá conteúdos pedagógicos e orientação para a vida, irá experimentar relacionamentos com seus professores e colegas, e esta socialização só será proveitosa se for embasada por vínculos afetivos marcantes.

A relação entre o professor e o aluno é desafiadora, mas quando construída sobre o alicerce dos vínculos afetivos, ela se desenvolve de forma saudável, espontaneamente, e a aprendizagem e o desenvolvimento social, físico, cognitivo e emocional se potencializam.

Para que este cenário se solidifique são necessários alguns componentes importantes, dentre eles destaca-se a necessidade de uma formação continuada efetiva por parte dos professores, os quais precisam estar atentos aos movimentos de atualização e contextualização relativos aos seus conhecimentos, visto que o que foi aprendido durante sua formação acadêmica não é suficiente para fazer frente a todo um arsenal de novidades e inovações, especialmente as de ordem tecnológica, que são tão abundantes no universo das crianças nos dias de hoje. Um professor contextualizado,

dedicado a construir uma relação com seus alunos firmada nos vínculos afetivos, e atento às novidades e transformações do momento, certamente contribuirá para formar indivíduos autônomos e independentes

REFERÊNCIAS

ANTUNES, C. **Como Ensinar com Afetividade**. São Paulo, Ática, 2008.

BLOG ACADEMIA, **Veja Como Fortalecer os Vínculos Afetivos Entre Pais e Filhos**. Disponível em: <https://blog.academia.com.br/vinculos-afetivos/>. Acesso em 12 mai 2024.

BLOG CEL.COM, **Vínculos Afetivos: Como a Família pode Incentivar o Desenvolvimento Deles?** Disponível em: <https://blog.cel.com.br/vinculos-afetivos/>. Acesso em: 14 mai 2024.

BOG ELEVA PLATAFORMA, **Afinal, Qual a Importância da Formação Continuada dos Professores?** Disponível em: <https://blog.elevaplataforma.com.br /formacao-continuada-de-professores/>. Acesso em: 07 mai 2024.

BLOG SAE DIGITAL, **Qual a Importância da Afetividade na Educação Infantil?** Disponível em: <https://sae.digital/afetividade-na-educacao-infantil/>. Acesso em 12 mai 2024.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. 8. ed. - São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2003.

GARCIA, W, Passos; **Prática Pedagógica na escolarização do Aluno com Deficiência Intelectual** Pg. 50– IESEDE Brasil – Curitiba PR – 2017.

LEITE, S. A. da S. **Afetividade e Práticas Pedagógicas**. Casa do Psicólogo, São Paulo, 2006.

LISBOA, A. M. J. **O seu filho no dia-a-dia: dicas de um pediatra experiente**. Vol. 3, Brasília: Linha Gráfica, 1998.

PAULON, Simone; **Documento subsidiário à política de inclusão**. - MEC – Secretaria de Educação Especial, 2005.

SALTINI, Cláudio J. P. **Afetividade e inteligência: a emoção na educação**. 4ª ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2008. v. 01.



AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA PARA AS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Lídia Morais de Oliveira

Formada em Pedagogia, com Pós-graduação em em Literatura Infantil; Jogos, Brinquedos e Brincadeiras; Gestão Escolar; Artes para Crianças e Psicomotricidade.

RESUMO

Promover uma reflexão a respeito das contribuições que as práticas da Educação Física podem oferecer às crianças da Educação Infantil é o objetivo desse artigo, especialmente considerando que a Educação Física não é somente um momento para brincar, jogar, se divertir e passar o tempo, visto que são inúmeras as aplicações que a Educação Física apresenta para uma efetiva formação dos alunos da Educação Infantil, promovendo grande impacto no seu crescimento físico e no seu aproveitamento escolar. Os elementos fundamentais da Educação Física estão relacionados à espontaneidade, à descontração e ao lazer, e quase sempre são atividades realizadas fora da sala de aula, por conta disso, a Educação Física é mais desvalorizada do que outras disciplinas. Entretanto, ela vem alcançando reconhecimento como importante matéria do currículo escolar, contendo grade, aplicabilidades e objetivos a serem atingidos. Nesse sentido, para ressaltar as contribuições da Educação Física para as crianças da Educação Infantil, este trabalho pretende realizar uma abordagem que se inicia considerando, inicialmente, um breve histórico que apresenta a maneira como a Educação Física foi instituída no Brasil. A seguir, uma reflexão a respeito da aplicação das práticas da Educação Física na Educação Infantil, com seu enfoque voltado para o movimento corporal, especialmente na forma como ela contribui para a construção do autoconhecimento e da compreensão do outro, visto que as práticas da Educação Física exercidas por meio dos jogos e brincadeiras, reconhecidamente importantes na Educação Infantil, são identificadas como excelentes às crianças. Em seguida, foram destacados aspectos relacionados à psicomotricidade, a qual se desenvolve grandemente nesta fase, por fim, promover uma reflexão a respeito dos inúmeros benefícios que a Educação Física proporciona ao estimular um crescimento saudável e contribuir para a prevenção de doenças e enfermidades consequentes da obesidade infantil e do sedentarismo, condições nocivas às crianças, mas que tem aumentado assustadoramente entre as crianças.

Palavras-chave: Educação Física; Educação Infantil; Psicomotricidade.

INTRODUÇÃO

O intuito deste artigo é promover uma reflexão que venha ressaltar as contribuições que a Educação Física apresenta às crianças na etapa da Educação Infantil, etapa da formação escolar que atende as crianças de até seis anos de idade, mais conhecidas como creche ou pré-escola. No ambiente da Educação Infantil as experiências e as descobertas acontecem num contexto totalmente novo e diferente para as crianças, portanto, é natural que o ambiente escolar seja montado de tal forma que possibilite o desenvolvimento da criança, favorecendo o seu crescimento físico, mental, psicológico e emocional, e também a evolução da sua aprendizagem.

O papel que a Educação Física exerce no âmbito da Educação Infantil é de extrema responsabilidade, proporcionando às crianças uma variedade imensa de experiências criadas mediante a prática de atividades que permitem a elas efetivar todo o seu potencial criativo, se expressando por meio de práticas voltadas ao movimento do corpo e à liberdade de expressão, individual ou coletivamente. Tais experiências levam as crianças a conhecerem o seu corpo, seus limites, suas vontades, sentimentos, desafios e interação com seus pares e com adultos, valendo-se das percepções fornecidas pela linguagem do corpo e do movimento.

A Educação Física tem adquirido relevância e notoriedade no decorrer dos anos, vindo a tornar-se uma disciplina importante no currículo regular das escolas. Foi instituída no Brasil em meados do século XIX, e foi se desenvolvendo ao longo do tempo. Inicialmente destinada especialmente aos homens, ainda mais no período da ditadura militar, época em que eram defendidas ideias nacionalistas, pautados na construção de uma juventude saudável e preparada para defender os interesses da pátria. Esse cenário fortalecia o conceito de que as práticas da Educação Física e do Esporte capacitariam os jovens a defender severamente os interesses militares. Entretanto, nos tempos atuais, a Educação Física deixou de lado a característica adestradora produzida por meio de exercícios físicos realizados de maneira repetitiva e sem uma clara orientação quanto aos motivos e objetivos que se pretendia alcançar. Hoje ela passou a valorizar e a investir no conhecimento corporal e nos métodos e objetivos a serem alcançados.

Os conteúdos desenvolvidos na disciplina Educação Física consideram, em primeiro lugar, as atividades relacionadas a ginásticas, esportes e jogos. Existe também a área da Educação Física que está ligada às atividades rítmicas e expressivas, e, ainda, a

que trabalha conhecimentos relacionados ao corpo. No entanto, conforme orientação das autoridades governamentais, no que diz respeito à Educação Física na esfera da Educação Infantil, ela deverá trabalhar focada em conceitos como: brincar, explorar, participar e expressar, utilizando sempre os elementos lúdicos, mediante atividades descontraídas, mas bem planejadas, que considerem as individualidades, as preferências e os sentimentos de cada criança.

Nesse cenário, a importância da Psicomotricidade é notável, principalmente por abordar de maneira simultânea aspectos relacionados à mente e ao corpo, potencializando o aspecto psicomotor das crianças, as quais, na etapa da Educação Infantil, estão em pleno processo de formação e evolução. Por esse motivo, é importante que o professor de Educação Física esteja atento à correta utilização do corpo por parte da criança, sabendo como auxiliá-la a desenvolver aspectos como coordenação motora, lateralidade, esquema corporal, além das percepções auditivas e visuais. Estes aspectos produzem impacto significativo no desenvolvimento psicomotor e contribuem para uma melhor assimilação dos conteúdos propostos em todas as demais disciplinas.

Cabe ressaltar que além de todas essas contribuições, a Educação Física também promove melhorias significativas relacionadas à saúde e ao bem estar, por meio das atividades físicas, proporcionando benefícios inquestionáveis para as crianças da Educação Infantil, contribuindo na prevenção das enfermidades físicas e emocionais provocadas pelo sedentarismo. Além destas vantagens, a Educação Física também promove às crianças alívio do estresse, aprimoramento de valores individuais como cooperação, empatia e autoestima e socialização. Todos esses aspectos altamente relevantes que a Educação Física proporciona para os alunos da Educação Infantil é o que este artigo se propõe a apresentar.

A EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL, UM BREVE HISTÓRICO

Efetivada como disciplina regular nas escolas brasileiras, a Educação Física já está incorporada aos programas escolares desde o século XIX, quando o então ministro do Império Luís Pedreira do Couto Ferraz (1818-1886), em 1854, aprovou uma legislação que incluía a ginástica nas instituições de ensino da cidade do Rio de Janeiro. Tal medida recebeu grande influência do que já vinha sendo praticado em diversos países da Europa, os quais já adotavam essa prática, em especial na Alemanha, que começou a vislumbrar a importância de se realizar atividades como correr, saltar, arremessar, transportar

objetos e escalar paredes como atividades importantes para serem ensinados por meio de técnicas e objetivos aprofundados. A Dinamarca é reconhecida como o primeiro país a instituir a Educação Física como disciplina regular em sua rede pública de ensino.

Todas as atividades relacionadas à ginástica, nessa época, eram destinadas somente aos homens, uma vez que, conforme os costumes adotados na época, as mulheres eram proibidas de realizar qualquer tipo de prática corporal ou intelectual. Cabe ressaltar que as atividades relacionadas à ginástica estavam extremamente vinculadas à cultura militar, recebendo enorme influência deste segmento.

“A Educação Física no Brasil teve seu marco inicial, de fato, com a Reforma Couto Ferraz, em 1854, quando as práticas corporais ainda se intitulavam “ginástica”. Diante disso, as escolas de formação na área de Educação Física estavam atreladas às escolas militares. Assim, em função das influências militares e da filosofia positivista (filosofia que busca a construção da ciência com base em dados concretos), o intuito era auxiliar na manutenção da ordem social, fator que ia de encontro ao almejado “progresso”, indispensável para a “referência do homem” que se pretendia formar: forte, apto e saudável, condições imprescindíveis para o desenvolvimento de uma nação que buscava construir sua verdadeira identidade” (DANIACHI, 2019 p. 25).

É importante destacar o papel desempenhado pelo célebre erudito Rui Barbosa, que atuou com grande destaque nas esferas do Direito, da Educação e das Relações Internacionais, e que, no âmbito das ações necessárias para a Educação publicou, em 1882, um parecer com o propósito de organizar o ensino no Brasil, com o título de: Reforma do Ensino Primário, Secundário e Superior. Nesse artigo, Rui Barbosa destacou a importância da Educação Física, apontando as seguintes orientações:

“a Ginástica é um elemento indispensável para a formação integral da juventude, e instituiu uma sessão semanal obrigatória em todas as instituições de ensino brasileiras, estendendo sua obrigatoriedade para todos os gêneros, conferindo a equiparação em categoria e autoridade dos professores de Ginástica, em relação aos docentes de outras disciplinas escolares. No entanto, a implementação nas escolas veio a ocorrer, apenas, em parte do Rio de Janeiro, capital da República na época” (OLIVEIRA, 2014 p.13).

Entretanto, transformações mais significativas só começaram a surgir por volta de 1930, paralelamente às ideologias nazistas e fascistas que começavam a aparecer, associando, de alguma forma, a soberania da raça ariana à Educação Física. Nesse sentido, o exército brasileiro iniciou um movimento que visava fortalecer o ideal da Educação Física, associando-a aos objetivos patrióticos visando uma espécie de

preparação pré-militar. Este movimento pretendia estabelecer um padrão de higiene e de prevenção de doenças que capacitasse os jovens a estarem aptos para defenderem a soberania nacional, daí a importância da Educação Física, todavia, a falta de recursos humanos capacitados para lidar com as aulas de Educação Física nas escolas era muito grande. Contudo, a Constituição de 1937, deu ênfase à Educação Física, considerando-a como prática educativa curricular obrigatória, juntamente com o ensino cívico e os trabalhos manuais.

Entretanto, nos dias atuais, a Educação Física deixou de lado a metodologia ultrapassada que se utilizava frequentemente de movimentos mecânicos que os alunos repetiam à exaustão, por meio de uma ordem de um professor, sem conhecimento dos objetivos e propósitos daquele exercício. Esta metodologia, que apresentava características tão próprias do regime militar, realizadas de maneira adestradora, é totalmente diferente da que se pretende praticar nos dias de hoje.

“A real função da disciplina é introduzir o aluno na cultura corporal de movimento, assim tornando-o um ser autônomo e crítico para que possa absorver o esporte-espetáculo. Assim, o esporte não será visto como produto acabado por si só, sendo exclusivo das aulas de educação física, dessa forma, não passará a ser visto como o esporte na escola, mas como o esporte da escola” (BETTI, 2002, p.78).

Uma concepção que também merece apreciação é:

“no século XXI, o papel da Educação Física ultrapassa o ensinar esporte, ginástica, dança, jogos, atividades rítmicas, expressivas e conhecimento sobre o próprio corpo para todos, em seus fundamentos e técnicas (dimensão procedimental), mas inclui também os seus valores subjacentes, ou seja, quais atitudes os alunos devem ter nas e para as atividades corporais (dimensão atitudinal). E, finalmente, busca garantir o direito do aluno de saber por que ele está realizando este ou aquele movimento, isto é, quais conceitos estão ligados àqueles procedimentos (dimensão conceitual)” (DARIDO, 2001 p. 16).

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS

Importante disciplina do contexto educacional brasileiro, a Educação Física escolar está inserida em todas as etapas da educação básica, tanto, na Educação Infantil, quanto no Ensino Fundamental e Ensino Médio. Contudo, até a promulgação da LDB, Lei de Diretrizes e Bases, no ano de 1996, a Educação Física não estava presente nas escolas de forma obrigatória, sendo considerada uma disciplina extracurricular. A LDB, entretanto, estabeleceu que “*seu ensino possui um objeto de estudo e conhecimentos*

próprios presentes nos jogos, esportes, lutas, danças, capoeira e conhecimentos sobre o corpo” (BRASIL, 1996). Entretanto, para ministrar as aulas de Educação Física, não era exigida uma formação específica, principalmente na Educação Infantil, além de não haver obrigatoriedade na definição dos conteúdos que deveriam ser ensinados, assim, a Educação Física foi sendo trabalhada nas escolas segundo lhe parecesse melhor.

No entanto, o PCN, Parâmetros Curriculares Nacionais, que é o documento oficial do Ministério da Educação que determina quais devem ser as diretrizes para cada disciplina, determinou que os conteúdos relacionados à Educação Física devem ser dispostos em três blocos e desenvolvidos dessa forma em todo o ensino fundamental. O primeiro bloco é formado por jogos, ginásticas, esportes e lutas. O segundo, por atividades rítmicas e expressivas e o terceiro bloco destina-se a explorar os conhecimentos relativos ao corpo humano.

“Juntando todos os ensinamentos propostos pela Educação Física, a principal função é incentivar e estimular as crianças a praticar esportes, dançar e se movimentar para melhorar a qualidade de vida. A disciplina ajuda a desenvolver habilidades cognitivas e comportamentais. Através das atividades físicas, auxilia no combate a doenças ligadas ao sedentarismo, além de fortalecer músculos e articulações. Mas a atividade não está ligada apenas a área física em si. A Educação Física é importante também para a formação social das crianças, pois além de contribuir com a autoconfiança, através de jogos e brincadeiras os alunos podem interagir e se socializar” (UNIBRASIL, 2020).

Considerando que a Educação Física se ocupa com o desenvolvimento integral dos alunos, abrangendo todas as esferas humanas, ou seja: física, mental, social, cultural e intelectual, torna-se responsabilidade da instituição de ensino incentivar o aluno a conhecer e a lidar com o seu próprio corpo. Nesse sentido, a Educação Física contribuirá para essa construção por meio de experiências que abordem cultura, lazer e saúde. Dessa forma, a Educação Física escolar se propõe a promover a saúde mediante a prática de atividades físicas que terão impacto, inclusive, na prevenção de várias anomalias provocadas pelo sedentarismo que afeta grande parte das crianças. Os exercícios físicos também promovem grande melhoria da saúde mental, estimulando funções cognitivas como a memória, o raciocínio lógico e a atenção, tais fatores contribuem de forma decisiva para que a aprendizagem do aluno alcance um melhor aproveitamento.

Nos dias atuais, a Educação Física escolar procura potencializar práticas corporais com enfoque em três conceitos fundamentais:

“O Movimento Corporal, elemento essencial na Educação Física atual; Organização Interna, com uma lógica específica, de graus variados e Produto Cultural, associado ao lazer, ao entendimento, ao cuidado e à saúde do corpo. Com este entendimento, torna-se impossível imaginar que a Educação Física escolar seja apenas um simples movimento recreativo relativo à prática de esportes e exercícios físicos” (BLOG SAE DIGITAL, 2021).

No que se refere à Educação Infantil, os parâmetros da BNCC, Base Nacional Comum Curricular, na temática da Educação Física, oferece uma série de orientações importantes:

“A Educação Física deverá ser desenvolvida com base nos direitos de aprendizagem e nos campos de experiência que se adequam às propostas dessa área do conhecimento, como propor atividades físicas e a prática de esportes específicos para a faixa etária, com base nos direitos de aprendizagem: Brincar; Participar; Explorar; Expressar; Conhecer-se a si mesmo e ao outro.” (BRASIL, 2017). Cabe exercer uma breve reflexão sobre cada um desses pontos, “assim, **BRINCAR**, atividade cotidiana realizada de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. As atividades físicas e esportivas se realizam com as brincadeiras e exercitam o corpo por meio do lúdico. **PARTICIPAR**, é se envolver ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando. A prática de atividades físicas permite às crianças que participem em grupo da escolha das brincadeiras e dos jogos que gostariam de realizar. **EXPLORAR**, com o corpo em movimento, as crianças exploram o próprio corpo e o espaço, bem como as relações com as outras crianças e os professores. **EXPRESSAR**, como sujeito dialógico, criativo e sensível, expressam suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, opiniões, descobertas, questionamentos, por meio de diferentes linguagens. A criança consegue se expressar por meio do corpo ao realizar atividades físicas e recreativas, abordando o exercício físico de forma lúdica como uma brincadeira, em que a linguagem sempre está presente (corporal e oral). **CONHECER-SE**, isto é, construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. As atividades físicas permitem às crianças que conheçam o próprio corpo e se identifiquem com ele ao se expressarem por meio do movimento” (BLOG SAE DIGITAL, 2021).

As experiências que a criança desfrutar nas atividades da Educação Física permitirão o desenvolvimento de uma compreensão mais completa dela mesma e dos outros à sua volta, aprimorando suas concepções referentes à participação, colaboração e inclusão. Estes conceitos são muito importantes, tendo em vista que a criança chega ao ambiente escolar totalmente centrada no “eu”, todavia, ao interagir e conviver com outras crianças ela começa a construir uma identidade em que se torna muito presente figura do outro. Assim, no ambiente escolar, a criança passa a perceber as pessoas à sua volta como colegas e, ao interagir com elas, vai adquirindo a perspectiva da participação coletiva, tão importante para sua vida futura. Ao desenvolver atividades físicas em grupo, a criança ampliará o seu horizonte, desenvolvendo percepções sobre si mesma e sobre seus pares, aprendendo a respeitar as regras de convívio que o ambiente escolar impõe. Além disso, ao explorar os espaços e ambientes de convivência, bem como os objetos à sua volta, a criança desenvolverá aspectos relacionados ao seu corpo, por meio dos sentidos e dos movimentos, principalmente ao se apropriar das linguagens próprias das brincadeiras, da música e da dança.

Nesse sentido, as atividades físicas desenvolvidas de forma lúdica possibilitam às crianças experimentar diversos movimentos como: engatinhar,, pular, escalar, rastejar, escorregar equilibrar-se, correr, dar cambalhotas, alongar-se etc. As aulas de Educação Física devem explorar todas as práticas corporais possíveis, mas sempre focando em seu aspecto dinâmico, trabalhando todas as possíveis maneiras de expressão dos alunos, bem como nos aspectos emocionais, cognitivos e, principalmente, os psicomotores.

A PSICOMOTRICIDADE NA EDUCAÇÃO FÍSICA

O termo “psicomotricidade” tem sua formação na conjunção das palavras gregas “psico”, que diz respeito ao ser humano em seu interior, sua alma, espírito, sentimento e seu intelecto, somado à palavra “motricidade”, que apresenta um sentido de movimento, destreza, agilidade e domínio do corpo. Dessa forma, a ABP, Associação Brasileira de Psicomotricidade, oferece a uma definição para a psicomotricidade interessante:

“Uma ciência que tem como objeto de estudo o homem através de seu corpo em movimento e sua relação com o mundo interno e externo. Está relacionada ao processo de maturação, onde o corpo é a origem das aquisições cognitivas, afetivas e orgânicas. É sustentada por três conhecimentos básicos: o movimento, o intelecto e o afeto. Psicomotricidade é, portanto, um termo empregado para uma concepção de movimento organizado e integrado, em função das experiências vividas pelo sujeito, cuja

ação é resultante de sua individualidade, sua linguagem e sua localização” (ABP, 2017).

A psicomotricidade apresenta três áreas fundamentais de atuação, que são: a Educação Psicomotora, a Reeducação Psicomotora e a Terapia Psicomotora. A psicomotricidade engloba todos os aspectos do ser humano seguindo a ótica do desenvolvimento motor, afetivo e social, porém de forma integral, uma vez que todas essas esferas e características estão interligadas entre si.

“Assim, no âmbito da Educação Psicomotora, o objetivo é educar a pessoa para a utilização correta do corpo, ao conhecer, organizar e explorar seu corpo, ela estará apta a usá-lo como uma ferramenta capaz de absorver a aprendizagem adequadamente. Dessa forma, a psicomotricidade é de grande importância para a aprendizagem escolar, pois ela trabalha de maneira integrada as funções cognitivas, socioemocionais, simbólicas, psicolinguísticas e motoras, promovendo a capacidade de ser e agir em um contexto psicossocial” (ABP, 2017).

No âmbito da reeducação psicomotora encontra-se a ação desenvolvida em indivíduos que sofrem com perturbações ou distúrbios psicomotores. Seu objetivo é retomar as vivências anteriores ou as fases da educação que foram completadas de forma indevida devido ao distúrbio. *“O objetivo da reeducação psicomotora é a reintegração da pessoa com seu corpo. Nessa área podem atuar profissionais da Educação Física, Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais e Psicólogos, cuja finalidade será restabelecer os gestos, as posturas e os movimentos, por meio de práticas corporais, nos variados métodos e técnicas, evitando uma estruturação patológica da personalidade dos sujeitos”* (DAL PAZ e MORAES, 2019 p. 17).

Já a abordagem educativa da psicomotricidade consiste em estimular as crianças para um desenvolvimento adequado, a reeducativa se ocupa em trabalhar estímulos capazes de suprir imperfeições no desenvolvimento, já a Terapia Psicomotora está mais vinculada a aspectos psicológicos do indivíduo *“destinada a indivíduos com conflitos mais profundos na sua estruturação psíquica, associados aos conceitos funcionais ou com desorganização total de sua harmonia corporal e pessoal. Nesse sentido, dificuldades e falhas devem ser analisadas considerando a história da criança, suas experiências anteriores ou a falta delas, que podem incidir em problemas de comportamento ou de aprendizagem”* (BUENO, 2014 P. 71).

As escolas, reconhecidamente, desempenham papel importantíssimo para o desenvolvimento da psicomotricidade das crianças, tendo em vista que elas permanecem por um período bastante significativo nas escolas, cabendo ressaltar que o ambiente escolar é repleto de desafios e surpresas.

“a expressão corporal, se torna o ponto inicial a ser trabalhado na infância (Escolas de Educação Infantil) considerando a enorme amplitude de variáveis de linguagem corporal disponíveis, pois mediante esse processo ela descobre um universo de possibilidades, o mundo a sua volta, o outro e a si mesmo. Importante destacar a importância do brincar, do lúdico nas aulas, sendo um espaço no qual as práticas corporais, brincadeiras, ginásticas, danças e atividades diversas cooperam para o desenvolvimento psicomotor das crianças. O brincar é a forma pela qual as crianças aprendem sobre seus corpos além do enriquecimento afetivo e cognitivo e, não menos importante, contribuem, também, para o desenvolvimento das habilidades motoras finas e grossas” (AYOUB, 2001 p. 73).

Em relação à Educação Infantil, que é a etapa da educação que compreende alunos até seis anos de idade, é a primeira fase formal do ensino e o local no qual ocorrem os primeiros contatos da criança com o ensino estruturado, segundo as determinações legais no âmbito da Educação Infantil brasileira. Nesta fase, o aluno está começando a conhecer o seu corpo, permanecendo em contato constante com os desafios motores, e interagindo com seus pares no ambiente escolar. Portanto, oferecer atividades desafiadoras nessa etapa é muito importante, desde que tais exercícios respeitem a capacidade individual dos alunos, e sempre que possível, realizá-los por meio de ações lúdicas que estimulem as brincadeiras e a criatividade. *“Com crianças muito pequenas, atividades manipulativas e de deslocamento do corpo no espaço podem ser desenvolvidas pelos professores. Essas atividades podem ter diferentes objetivos, como a coordenação motora ampla e fina, o esquema corporal, o tônus, ou o desenvolvimento das percepções visuais e auditivas, entre outros conceitos funcionais psicomotores”* (DAL PAZ e MORAES, 2019 p. 82).

“Na fase dos 2 a 4 anos, a criança aprecia música e canto, tico-tico, caminhões grandes, carrinhos, locomotivas, balanças e redes, tintas, cola, lápis de cera grossos, quadro-negro, papéis grandes para desenhar, fantoches, panos, almofadas, pneus, caixas, bijuterias, dominós, quebra-cabeças simples, casa com mobiliário, panelinhas, bonecas com roupas, água, terra e areia. As crianças de 4 a 6 anos possuem interesse por jogos de encaixe, sequência lógica, quebra-cabeça, jogos de praia, modelagem, construções, números, letrinhas, fantasias, jogos geométricos, loto, bandinha, livrinhos, lápis de cor, pincéis, recortar e colar” (BUENO, 2014 P. 77).

Portanto, é fundamental para os alunos da Educação Infantil que desempenhem atividades que estimulem o desenvolvimento perceptivo e espacial, como sentir e compreender as diferentes texturas das coisas (água, areia, madeira e mato). Além de perceber o sabor e o cheiro dos alimentos, aprender a diferenciar os sons do ambiente,

dos instrumentos, dos objetos e aqueles que podem ser produzidos pelo próprio corpo. Entretanto, quanto mais lúdicas forem essas atividades, mais alegria e prazer elas serão para os alunos, trazendo melhores resultados nos aspectos psicomotores e no aproveitamento escolar.

OS BENEFÍCIOS QUE A EDUCAÇÃO FÍSICA OFERECE PARA OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Os benefícios que a Educação Física proporciona aos alunos da Educação Infantil são diversos, sendo que o principal deles é o de proporcionar um estilo de vida ativo e saudável para as crianças, por meio das atividades físicas praticadas na escola, as quais devem seguir um planejamento apropriado. Os objetivos planejados são alcançados conforme os alunos desenvolvem um autoconhecimento corporal construído pelo movimento, envolvendo aspectos psicomotores em conexão com aspectos sociais e culturais. Este cenário favorece as crianças numa compreensão do quanto as atividades físicas contribuem para a saúde delas.

“As atividades físicas são essenciais para saúde física e mental, direito fundamental de todo ser humano. Promover essas práticas também é um dever do estado, da sociedade, e, sobretudo, da escola. Nesse sentido, a Educação Física na escola se propõe a promover a saúde por meio de atividades físicas, sob um caráter preventivo de diversas doenças provocadas pelo sedentarismo. Os exercícios físicos também contribuem com a saúde do cérebro, pois estimulam funções cognitivas, como a atenção, a memória e o raciocínio lógico, o que melhora o desempenho escolar” (BLOG SAE DIGITAL, 2021).

Além destes benefícios que a Educação Física proporciona aos alunos da Educação Infantil, ainda existem outros como: socialização, conhecimento do próprio corpo, alívio do estresse, crescimento da autoestima, cooperação, empatia e desenvolvimento motor. A relevância destes benefícios se acentua ainda mais quando se observa que a própria OMS (Organização Mundial de Saúde) recomenda ao menos 60 minutos diários de atividade física de intensidade moderada para crianças. Esta ação tem por objetivo não apenas considerar os aspectos físicos, apesar de ser uma das mais efetivas ferramentas para o combate à obesidade infantil, mas também o fato de que realizar atividades físicas permite que as crianças tenham uma boa noite de sono, sofram menos lesões, reduzam o risco de depressão e aprimorem seu desenvolvimento psicomotor.

“Estimular o crescimento e o desenvolvimento corporal mediante o fortalecimento da coordenação motora, e em consequência, melhorar a concentração, a autoestima, e a interação social. Fortalecimento da musculatura, das articulações e a parte óssea com impacto no equilíbrio, lateralidade e coordenação motora. Reduzir as chances de obesidade, diminuição da ansiedade, aumento da autoconfiança inibindo a depressão. Todos estes benefícios valem para crianças de todas as idades. Ao praticar atividades físicas, as crianças desfrutam de um melhor aproveitamento acadêmico, em comparação aos alunos sedentários” (BLOG DR JOÃO FERRO, 2022).

Todas as atividades físicas exercidas na etapa da Educação Infantil são direcionadas ao movimento do corpo. Tais movimentos são fundamentais, pois também expressam emoções, desenvolvem aspectos como a postura corporal e a capacidade relacional, afetiva e intelectual.

“Assim, habilidades motoras do desenvolvimento, adquiridas mediante o caminhar, correr e saltar, as habilidades manipulativas do movimento adquiridas pó meio do arremesso de objetos, chutes na bola, recepção de algum item, ou mesmo cortando papel, e habilidades estabilizadoras do movimento, adquiridas mediante as tentativas de manter a postura vertical, ter domínio do corpo, rolar, andar sobre uma faixa ou uma corda no chão, enfim, todas essas habilidades devem ser estimuladas dentro das atividades de Educação Física na infância, e uma vez que esta etapa não seja trabalhada, a criança perde, e infelizmente não recupera na idade adulta” (BLOG EDUCAÇÃO FÍSICA, 2021).

As atividades físicas planejadas para os alunos da Educação Infantil devem trabalhar conteúdos cujos processos de ensino e aprendizagem considerem sempre as características individuais dos alunos, respeitando e concentrando a atenção nas esferas cognitiva, corporal, ética, afetiva, estética, interação social e relações interpessoais do alunos. Dessa forma, as crianças da Educação Infantil alcançarão um desenvolvimento físico e uma aprendizagem plenamente favoráveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se propõe a apresentar algumas reflexões sobre a importância da Educação Física no contexto da Educação Infantil, destacando seus impactos na vida das crianças, visando o desenvolvimento dos aspectos psicomotor, social, cognitivo, relacional, e afetivo. Cabe resaltar as muitas inovações tecnológicas e incremento científico que surgem quase que diariamente, os quais tem produzido atualizações que também atingem a área da Educação Física, ainda mais considerando ser ela uma ciência relativamente nova, e que com o passar do tempo vem alcançando maior

relevância e notoriedade na sociedade. Assim, torna-se importante destacar a Educação Física como disciplina efetiva, devidamente inserida no contexto educacional brasileiro, tendo sua relevância reconhecida há bastante tempo, mesmo que se utilizando, inicialmente, de modelos adestrativos e com foco exclusivo no público masculino, com o objetivo de formar cidadãos fortes e saudáveis, aptos e preparados para defender a pátria e os ideais políticos da época. Assim, a importância da Educação Física só tende a crescer, isto porque já existe um grande reconhecimento quanto aos impactos positivos que ela exerce no seu desenvolvimento cognitivo e psicomotor.

Assim, torna-se fundamental cumprir os objetivos propostos pelas escolas na aplicação das atividades físicas planejadas para cada faixa etária da Educação Infantil, considerando sempre as preferências e interesses de cada faixa. Devem ser realizadas mediante atividades lúdicas compatíveis e bem elaboradas, para, assim, obter os resultados planejados. Para isso, a Educação Física deverá se empenhar em oferecer sempre práticas que voltadas ao movimento corporal associado ao lazer, ao cuidado com a saúde e com o bem-estar, mantendo sempre o foco no desenvolvimento da criança, e jamais como uma atividade cujo propósito é somente um mero entretenimento ou passatempo.

Portanto, compreender estes conceitos e aplicá-los de forma objetiva e estruturada, possibilitará que se alcancem os resultados planejados, além de proporcionar benefícios inquestionáveis para as crianças. A Educação Física oferece aos alunos da Educação Infantil uma proposta de vida saudável, focada nos aspectos psicomotores, emocionais e sociais, contribuindo para a prevenção de distúrbios e disfunções como obesidade, depressão e baixa autoestima.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, E. e COELHO, José Maia Tereza. **Problemas de aprendizagem**. São Paulo: Ática, 1997.

ABP, Associação Brasileira de Psicomotricidade. **Histórico da Psicomotricidade**. Disponível em <http://psicomotricidade.com.br/histórico-da-psicomotricidade/>. Acesso em 08 jun. 2024.

AYOUB, E. **Reflexões sobre a educação física da educação infantil educativas**. Revista Paulista de Educação Física, São Paulo. 2001.

BETTI, M.; ZULIANI, L. **Educação Física Escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas**. Rev. Mackenzie de Educação Física e Esporte, 2002.

BLOG DR JOÃO FERRO, **Benefícios da atividade física para crianças**. Disponível em <https://drjoaoferro.com.br/blog/3-beneficios-da-atividade-fisica-para-crianca>. Acesso em 09 jun. 2024.

BLOG SAE DIGITAL, **Educação Física na Escola**. Disponível em <https://sae.digital/educacao-fisica-na-escola/>. Acesso em 11 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1.996, Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília-DF, Disponível em <http://www.psicomotricidade.com.br/sobre.br/civil-03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em 06 jun. 2024

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais, Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental**, 1998. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/seb/arquivos>. Acesso em 09 jun. 2024.

BUENO, J. M, *Psicomotricidade, teoria e prática*. São Paulo, Cortez, 2014.

DAL PAZ, CLAUDINARA B.; MORAES, Vera L. R. de, **Psicomotricidade no contexto escolar**. Curitiba: IESDE, 2019.

DANIACHI, Heloísa F. T, **Introdução à Educação Física**. Curitiba, IESDE, 2019.

DARIDO, S. **Os Conteúdos da Educação Física escolar: Influências, tendências, dificuldades e possibilidades. Perspectivas em Educação Física Escolar**, Niterói, v. 2, nº 1, 2001.

FREIRE, João Batista. **Educação de Corpo Inteiro: Teoria e Prática da Educação Física** (Pensamento no magistério). São Paulo: Scipione, 1997.

OLIVEIRA, V. M. **O que é Educação Física?** São Paulo, Brasiliense, 2014.

UNIBRASIL – Centro Universitário, **A Importância da Educação Física na Educação Infantil**. Disponível em <https://www.unibrasil.com.br/a-importancia-da-educacao-fisica-na-educacao-infantil/>. Acesso em 09 jun. 2024.

LIBRAS NO ESPAÇO ESCOLAR: A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE LIBRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL



Mônica de Fátima Baptista

Especialista na Área de Educação em Psicopedagogia, Educação infantil, Educação musical, Alfabetização e letramento, Ludo pedagogia, Pedagogia Sistêmica, Gestão e mediação de conflitos, ABA “Análise do comportamento aplicado ao autismo”.



Eliana Guedes de Melo

Especialista na Área de Educação em Psicopedagogia Institucional e Clínica, Alfabetização e Letramento, Alfabetização Matemática, Pedagogia Sistêmica e ABA Análise do Comportamento Aplicado ao Autismo.



Elislaine Aparecida Peres Legaspe

Especialista na Área de Psicomotricidade, Alfabetização e letramento, Alfabetização Matemática, Pedagogia Sistêmica e ABA Análise do Comportamento Aplicado ao Autismo.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir a importância do ensino de Libras na Educação Infantil, considerando as leis que garantem os direitos dos surdos e as leis que falam sobre a inclusão. Para isso, serão apresentadas pesquisas científicas fundamentada de autores que dialogam sobre a mesma opinião referente ao tema. A inclusão da língua de sinais na educação desde a infância é fundamental para promover a igualdade de acesso à educação e garantir o desenvolvimento pleno das crianças surdas. Estimulando a empatia, sonoridade, socialização, aprendizado de forma lúdica, por parte dos alunos e ensino humanizado por parte de professores. O estudo irá

demonstrar que ainda grande parte da população não está familiarizada com a Libras, mesmo ela sendo uma linguagem utilizada para comunicação. Ficará exposto a importante ação de toda a sociedade para a disseminação de Libras resultando na premissa que todos os alunos têm direito de aprendizado.

Palavras-chave: Educação Infantil; Inclusão; LIBRAS.

INTRODUÇÃO

A questão da garantia de um ensino eficiente para indivíduos surdos é um tema de grande complexidade e amplitude discutidas no Brasil, abrangendo desafios ainda não solucionados no âmbito escolar. A inclusão de pessoas surdas na sociedade tem sido um tema cada vez mais discutido, e o ensino de Libras na Educação Infantil desempenha um papel fundamental nesse processo.

Como humanos nascem uns diferentes dos outros, a comunicação não seria diferente, ela existe de diversas formas, e a comunicação verbal não é a única utilizada, podemos afirmar que a Libras é uma forma de comunicação muito importante, para aqueles que não podem falar.

Contudo, a Libras tem uma enorme importância na Educação Infantil, pois possibilita que crianças surdas tenham acesso à comunicação e ao aprendizado de forma integral. Além disso, ao aprender Libras desde a Educação Infantil, crianças ouvintes também podem desenvolver empatia aprender a nova linguagem, respeito ao próximo e inclusão em relação às diferenças e diversidades. Dessa forma, a Libras na Educação Infantil contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

O artigo apresentado tem o objetivo explicar opiniões com embasamento teórico acerca do processo de ensino de Libras, que tem o significado de Língua Brasileira de Sinais, é importante ressaltar que quanto mais cedo, a Libras é inserida no cotidiano do indivíduo, mais fácil fica a comunicação entre ouvintes e surdos, com a extrema necessidade que o ser humano tem de comunicação, o professor entende que o resultado dessa ação é benéfico a todos os envolvidos.

O assunto escolhido é resultado de revisão bibliográfica, o ensino de Libras pode corroborar para o desenvolvimento cognitivo, sensorial e para o processo de ensino-aprendizagem de crianças ouvintes e surdas, compactuando com a disseminação de

forma lúdica, pelos alunos que tem contato com aulas que propiciam o aprendizado de Libras.

Esta perspectiva sugere que o desenvolvimento do ser humano não é determinado unicamente por fatores genéticos, mas também pela interação com o ambiente social, cultural e educacional. Tais interações influenciam no desenvolvimento ontogenético de indivíduos com e sem deficiências, resultando na formação de gêneros humanos particulares emancipados, dependendo das oportunidades mediadoras disponíveis.

Em suma, a Libras não tem muita divulgação, por consequência, não temos profissionais qualificados em grande número para ensinar as crianças na educação infantil e sucessivamente nas series posteriores, isso acarreta a falta de informação e conseqüentemente, quando um aluno ingressa na educação infantil e ele é surdo, o professor por vezes improvisa ou busca informações de formas paralelas para auxiliar e ensinar a criança para o convívio dentro do espaço escolar.

Em nosso país, mesmo existindo muitos surdos, e sendo reconhecida como uma língua oficial segundo a Lei nº 10.436., não é considerada a 2º língua oficial no Brasil. Uma informação preocupante, pois os espaços escolares não podem realizar acepção de alunos, tendo a necessidade de estar preparado para receber todo aquele aluno que tem o direito de estudar, conforme a Lei nº 9.394/1996, onde informa no artigo 29, a seguinte informação:

“A educação infantil, primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 5 (cinco) anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

Diante disso, todas as crianças até cinco anos, tem o direito de participar da educação infantil, para a sua socialização e desenvolvimento social e cognitivo, colaborando para que este, tenha experiências significativas e prazerosas na educação infantil.

Esta perspectiva sugere que, o desenvolvimento do ser humano não é determinado unicamente por fatores genéticos, mas também pela interação com o ambiente social, cultural e educacional. Tais interações influenciam no desenvolvimento ontogenético de indivíduos com e sem deficiências, resultando na formação de gêneros humanos particulares emancipados, dependendo das oportunidades mediadoras disponíveis.

OS OBSTÁCULOS AO ENSINO DE LIBRAS NO BRASIL

Ao refletir sobre a Libras na Educação Infantil, pode-se contextualizar que pouco é divulgada nas salas, ainda que existam crianças surdas, os conteúdos são voltados exclusivamente para crianças ouvintes, e ainda que exista por parte do professor o interesse em aprender a linguagem para incluir este aluno em suas aulas, as dificuldades esbarram na falta de qualificação obrigatória e qualificada para ministrar a aula.

Ainda assim, somatizando aos obstáculos é notório que se o professor não for buscar a informação e elaborar um material minimamente didático e inclusivo, havendo um aluno surdo, a aula se perderá, existira uma grande necessidade de o professor caso não seja certificado em Libras, elaborar conteúdos de próprio punho pensando no processo de ensino-aprendizagem do aluno em questão.

Mesmo que a Libras faça parte da vida de um número de indivíduos no Brasil, ainda é gritante o desconhecimento de gestores e professores sobre o quão importante é o ensino de Libras, e tal ação esbarra na falta de informação e precariedade na divulgação da importância da inclusão desse público tão importante e necessário no contexto escolar, para a socialização das crianças, entendimento de sonoridade, respeito ao seu semelhante e desenvolvimento cognitivo por parte dos ouvintes que participam da comunidade escolar.

Em relação a inclusão da Libras na Educação Infantil (Quadros, 2016), a inserção tem importantes lacunas a serem excluídas, pois quando não existe conhecimento daquilo que é novo no contexto social, no início muito se perde ao tentar resolver algo acima daquele que está em sala de aula, é preciso que exista um conhecimento e preocupação do poder político para que o direito da criança surda em ter um processo de ensino aprendizagem de qualidade, se estabeleça quando necessário para esse aluno.

É fundamental garantir que todas as crianças tenham acesso à educação de qualidade, independentemente de suas necessidades específicas, por meio das leis que asseguram os direitos dos surdos e promovem a inclusão. Portanto, é crucial que o ensino de Libras seja reconhecido como uma ferramenta para promover a inclusão, conforme mencionado a seguir:

Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Libras como a língua oficial da comunidade surda no Brasil. Além disso, a Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também assegura o direito das pessoas surdas à educação, à saúde, ao trabalho e à acessibilidade.

Portanto a criança surda é assegurada por lei, dentro da Constituição a frequentar a sala de aula, de forma que aprenda as habilidades necessárias para seu desenvolvimento educacional.

É imprescindível que haja um investimento maior na formação e capacitação dos professores. Infelizmente, as leis não especificam de que forma essa capacitação deve ocorrer, resultando em cursos superficiais que não preparam efetivamente os educadores para lidar com alunos surdos, que possuem uma língua distinta do Português. Além disso, apesar de as Políticas Públicas mencionarem a necessidade de cursos de capacitação, a realidade é que a maioria das escolas que recebem alunos surdos não participa dessas iniciativas, o que dificulta ainda mais a inclusão desses estudantes no ambiente escolar.

Pouco se conhece os direitos da criança surda, a falta de multiplicação das informações implica em informações desconhecidas e errôneas em relação a partilhar o espaço escolar, é necessário que o poder público tenha olhos voltados para tomar uma ação efetiva e concreta para a importância do ensino da Libras no espaço escolar infantil, segundo a lei, A Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, prevê a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares.

As crianças são indivíduos em pleno desenvolvimento e com isso aprende de forma rápida e podem ser desenvolvidas cognitivamente de maneira lúdica, aprendendo a Libras na escola, e, ao privar a criança de um novo aprendizado, para sensibilizar e humanizar o convívio, muito se perde em diversos sentidos, sejam eles experiências de vida, um novo olhar sobre si e o outro e também corrobora para o desinteresse em aprender uma nova linguagem.

A educação inclusiva é um direito de todas as crianças, e as leis que falam sobre a inclusão reforçam a importância de proporcionar um ambiente educacional que respeite a diversidade e as necessidades específicas de cada aluno.

OS BENEFÍCIOS DO ENSINO DE LIBRAS PARA OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E A SOCIEDADE

Ensinar Libras para crianças na educação é vantajoso, pois pode ser feito de forma simples e divertida por meio de brincadeiras. As atividades lúdicas são excelentes para que as crianças absorvam facilmente os conceitos, inclusive os níveis básicos da língua de sinais, tanto para crianças surdas quanto ouvintes. Quando a Libras é ensinada na educação das crianças, esse aprendizado se estende para além das paredes da escola., e assim a criança poderá se interessar em disseminar de forma lúdica, a maneira

dela, o seu aprendizado dentro da escola, rompendo obstáculos existentes entre a escola e a comunidade a sua volta.

É sabido que o lúdico, ao utilizar uma linguagem característica do mundo infantil, proporciona um aprendizado quase inconsciente, de forma mais agradável e eficiente. Adicionalmente, as atividades recreativas auxiliam na compreensão das normas sociais e da cidadania, além de desenvolverem a memória, as habilidades físicas e ensinarem as crianças a lidar com suas emoções.

"A inclusão de Libras na Educação Infantil não é apenas uma questão de garantir o direito das crianças surdas à educação, mas também de promover a diversidade e a igualdade de oportunidades para todos os alunos." (FERNANDES, 2019).

Na educação infantil, a presença da Libras é fundamental, uma vez que as crianças surdas têm direito a aprender na sua língua oficial, da mesma forma que as crianças ouvintes. Com a lei 10.436 reconhecendo a Libras como uma língua, é necessário agora garantir na prática essa realidade. Quando a criança surda recebe ensino de Libras desde cedo, ela se torna autônoma e tem domínio de sua língua natural, sendo essencial que as escolas ofereçam um ensino de qualidade para garantir a inclusão e independência do aluno surdo.

Ainda que com toda a dificuldade encontrada em sala de aula para inserir a criança surda na Educação Infantil quando necessário essa inserção e isso acontece, o ensino-aprendizagem é benéfico para todos, pois a criança surda irá vivenciar outras realidades no cotidiano escolar, e o processo de ensino aprendizagem entra em ação.

Segundo estudos realizados por Santos e Silva (2018), o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na Educação Infantil traz inúmeros benefícios para o desenvolvimento das crianças. A aprendizagem da Libras desde cedo estimula a criatividade, a comunicação e a socialização dos pequenos, promovendo a inclusão e a diversidade na sala de aula.

De acordo com Oliveira et al. (2020), a introdução da Libras na fase inicial da vida escolar contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e respeitosos em relação às diferenças. As crianças que aprendem Libras desde cedo tendem a desenvolver habilidades de empatia, compreensão e solidariedade, tornando-se mais tolerantes e acolhedoras com colegas surdos ou com deficiência auditiva.

Pesquisas realizadas por Souza e Almeida (2019), apontam que o ensino da Libras na Educação Infantil também auxilia no desenvolvimento da coordenação motora, da concentração e da memória das crianças. Além disso, a prática da Libras estimula o

cérebro a trabalhar de forma mais abrangente, desenvolvendo habilidades cognitivas e linguísticas essenciais para o processo de aprendizagem.

Diversos estudos e pesquisas apontam diversos benefícios do ensino-aprendizagem de Libras na Educação Infantil para crianças surdas. Alguns dos principais benefícios são:

1. Desenvolvimento da linguagem: Segundo Quadros (2004), aprender a Libras desde cedo permite que a criança surda desenvolva a linguagem de forma natural, possibilitando a comunicação de forma mais eficaz, com isso a autonomia da criança é desenvolvida todos os dias, para que esta tenha desenvolvimento social para alcançar futuros objetivos.

2. Inclusão social: Aprender Libras desde cedo permite que a criança surda se comunique de forma mais eficaz com seus pares surdos e ouvintes, facilitando sua inclusão social e interação com o mundo ao seu redor aprendendo e ensinando a sua linguagem, assim, cada vez que a Libras é difundida, torna-se parte importante para um todo.

3. Desenvolvimento cognitivo: Aprender Libras estimula o desenvolvimento cognitivo da criança surda, melhorando sua capacidade de raciocínio, concentração e resolução de problemas corroborando para a sua autoestima e confiança.

4. Autoestima e identidade surda: O aprendizado de Libras na Educação Infantil ajuda a criança surda a construir sua identidade surda, fortalecendo sua autoestima e se sentindo parte de uma comunidade linguística e cultural, algumas crianças surdas, têm medo ou receio de brincar com outras, pois muitas vezes o outro desconhece sua condição e quando a identidade surda é construída e motivada a criança sente-se acolhida e tem senso de pertencimento à aquele grupo a qual participa.

5. Melhoria do desempenho acadêmico: Estudos mostram que crianças surdas que aprendem Libras desde cedo têm um desempenho acadêmico melhor, pois conseguem compreender melhor os conteúdos e se comunicar de forma mais eficaz com seus professores e colegas, por esse motivo é importante o professor, e quem se interessar, aprender Libras, pois assim a inclusão é feita de forma eficaz e positiva.

Em resumo, o ensino-aprendizagem de Libras na Educação Infantil proporciona diversos benefícios para as crianças surdas, contribuindo para o seu desenvolvimento linguístico, cognitivo, social e emocional, a importância da participação da criança surda na escola desde a Educação Infantil, é efetiva e deve ser cada vez mais evidente na sociedade e para isso, o poder público precisa ter seus olhos voltados aos professores da

Educação Infantil e proporcionar cursos eficazes e materiais adequados para uma inclusão assertiva e humanizada.

Nessa visão o espaço escolar da Educação Infantil pode proporcionar de forma lúdica e leve a Linguagem de Sinais uma troca entre crianças surdas e ouvintes, proporcionando um aprendizado com conteúdos essenciais não só para a vida acadêmica das crianças mas também, desenvolver a interatividade entre as crianças, a socialização entre elas, estimulando os laços afetivos resultando em uma futura diminuição de desigualdade social, intelectual, e de ataques com o propósito de inferiorizar o próximo por conta de sua condição seja ela qual for.

Conclui-se, portanto, que ensinar Libras na Educação Infantil não só beneficia as crianças surdas ou com deficiência auditiva, mas também proporciona um ambiente mais inclusivo, diversificado e enriquecedor para todos os alunos. A valorização da Libras desde cedo na escola contribui para a formação de indivíduos mais conscientes, empáticos e preparados para conviver em uma sociedade cada vez mais plural e inclusiva.

A discussão que propomos nos leva a entender que para criar uma nova forma de convivência na sociedade atual, é preciso rever antigas ideias, seguir os caminhos que nos levam a uma compreensão mais profunda sobre as pessoas, considerando-as como um todo, respeitando suas limitações e valorizando suas habilidades. O processo de educação exige que deixemos de lado conceitos baseados em preconceitos e normas que impedem as pessoas de se conectarem, de serem reconhecidas em suas diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, fica evidente a importância do ensino de Libras na Educação Infantil como forma de promover a inclusão e garantir o acesso igualitário à educação para todas as crianças, independentemente de suas necessidades específicas. É fundamental que as escolas e os educadores estejam preparados para acolher e atender as demandas dos alunos surdos, oferecendo um ambiente educacional inclusivo e acessível a todos.

A inclusão de pessoas surdas na sociedade é um tema crucial que deve ser discutido e promovido de forma efetiva. O ensino de Libras na Educação Infantil desempenha um papel fundamental nesse processo, pois proporciona às crianças surdas acesso à comunicação e ao aprendizado de forma plena. Além disso, o aprendizado de

Libras desde cedo também beneficia as crianças ouvintes, pois desenvolve empatia, respeito e inclusão em relação às diferenças e diversidades.

No entanto, existem desafios a serem superados para garantir a efetiva inclusão das crianças surdas na Educação Infantil. A falta de profissionais qualificados para ensinar Libras, a escassez de recursos e materiais didáticos em Libras, o desconhecimento sobre a importância do ensino de Libras por parte dos gestores e professores, a resistência dos pais e da comunidade escolar, a dificuldade de comunicação e interação entre crianças surdas e ouvintes, e a falta de suporte especializado para as crianças surdas são alguns dos obstáculos a serem enfrentados.

É imprescindível que as leis que garantem os direitos dos surdos e promovem a inclusão sejam cumpridas e respeitadas, assegurando que todas as crianças tenham acesso à educação de qualidade. O ensino de Libras na Educação Infantil deve ser visto como um meio de promover a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos, garantindo que as crianças surdas sejam acolhidas, respeitadas e tenham suas necessidades atendidas de forma adequada.

Em conclusão, a inclusão de pessoas surdas na sociedade deve ser uma prioridade, e o ensino de Libras na Educação Infantil desempenha um papel fundamental nesse processo. É necessário que haja esforços conjuntos por parte das escolas, educadores, gestores, famílias, ordem política e comunidade em geral para garantir que todas as crianças, independentemente de suas necessidades, tenham acesso a uma educação inclusiva e de qualidade. A promoção da diversidade e da igualdade de oportunidades é essencial para a construção de uma sociedade mais justa, acolhedora e inclusiva para todos.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, A. **A importância do ensino de Libras na Educação Infantil**. Revista Brasileira de Educação Especial, 15(2), 123-135.

PORTAL EDUCAÇÃO INCLUSIVA - **Ensino de Libras na Educação Infantil** - Disponível em: <https://www.educacaoinclusiva.net/2020/01/ensino-de-libras-na-educacao-infantil.html>. Acesso em 01 mai. 2024.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Artigos sobre a importância do ensino de Libras na Educação Infantil podem ser encontrados na publicação**. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1413-6538&lng. Acesso em 02 mai. 2024

SILVA, B. **Educação inclusiva e o ensino de Libras: perspectivas e desafios**. Educação em Debate, 20(3), 45-58.

LUDICIDADE E O PAPEL DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL



Mislaine Fernandes Benedito

Formada em Pedagogia.



Patrícia Fernandes Benedito

Formada em Pedagogia.

RESUMO

O conceito de infância nos leva a imaginar que trata-se de uma fase caracterizada por atividades prazerosas. Imagina-se que nessa idade, o principal trabalho da criança é o de brincar. Pois ela vive em um mundo de fantasia, de encantamento e de sonhos, sendo que todas as emoções, as interações com os outros, as representações e assimilações feitas pelas crianças por meio da ludicidade, serão decisivas para sua formação integral. Tendo em vista que a criança aprende brincando e de que a criança tem contato com a música, de certa forma, desde antes do seu nascimento, pois ainda no ventre da mãe o bebê já ouve sons, o sangue fluindo nas veias e todo o funcionamento do organismo. —A voz materna também constitui material sonoro especial e referência afetiva para eles. Como descrito por BRITO (2003, p. 35). Desta forma buscarei no seguinte projeto enfatizar a importância da musicalização na educação infantil, e de como o docente precisa pensar na música como um grande instrumento para suas práticas pedagógicas, não só como algo para acalmar ou distrair, mas como uma forma de potencializar a interação, motricidade, raciocínio, fala entre outros estímulos que a música proporciona a todos inclusive aos professores.

Palavras-chave: Educação Infantil; Ludicidade; Música.

INTRODUÇÃO

Este projeto tem por objetivo enfatizar a importância da ludicidade na educação infantil por meio da musicalização, e sua importância e relevância em ser trabalhada pelos professores, repensando seus currículos, e dando ênfase a essa prática tão importante para o desenvolvimento da criança.

O referencial curricular nacional para a educação infantil (RECNEI) enfatiza a importância da música considerando que ela é um meio de expressão e forma de conhecimento acessível para as crianças pequenas, inclusive aquelas que apresentam necessidades especiais. A linguagem musical é excelente meio para o desenvolvimento da expressão, do equilíbrio, da autoestima e autoconhecimento, além de poderoso meio de interação social. (1998, p. 49).

Assim podemos assegurar que a música auxilia no desenvolvimento da criança, e precisa ser proposta como uma ferramenta de ensino pelos professores da Educação Infantil, como Betti, Silva & Almeida, afirmam:

Sendo uma atividade indispensável no processo de desenvolvimento da criança, a música pode auxiliar no seu desenvolvimento cognitivo e, por isso, deve ser valorizada no âmbito escolar a fim de potencializar a imaginação, a linguagem, a atenção, a memória e outras habilidades, além de contribuir de forma eficaz no processo de ensino-aprendizagem. Gordon (2000) enfatiza que por intermédio da música, as crianças passam a se conhecer melhor e também aos outros. A música torna capaz o desenvolvimento da imaginação e da criatividade audaz. Ainda que se passe um dia, de uma maneira ou de outra, em que as crianças não ouçam ou participem da música, se faz necessário que a entendam. Só então, poderão compreender que a música é boa e é por meio desse saber que a vida ganha mais sentido (2014, p.97)

Dessa forma podemos afirmar a importância da ludicidade por meio da musicalização na educação infantil e como ela é uma grande ferramenta no processo de ensino das crianças, auxiliando no desenvolvimento cognitivo, social, cultural e social, o RCNEI afirma que a criança aprende a memorizar com as canções, por conseguinte, aprende com mais facilidade e com interesse, sem perceber e sem a intenção, naturalmente como um arquivo de informações referentes a desenhos melódicos e rítmicos que utiliza com frequência nas canções que inventa. Portanto ao inventar ela está criando, podemos então afirmar que a música estimula na criança a criatividade, o que é muito importante na educação infantil, para isso, é de imprescindível que o professor

tenha sensibilidade, e realizar um planejamento analisando as principais possibilidades que podem ser exploradas para um bom aproveitamento deste recurso. Portanto é importante que o professor tenha o conhecimento da importância da linguagem musical para a Educação Infantil, pois para a criança pouco importa se o professor canta bem ou mal, o que importa é permitir a ela essa linguagem, proporcionar esse momento de prazer desenvolvimento do conhecimento.

JUSTIFICATIVA

A pouco tempo começou se a pensar na educação infantil e sua importância para a vida adulta, a criança era vista como um adulto em miniatura, sua importância na família era irrelevante, as crianças tinham que aprender, ou adquirir conhecimento a partir da imitação do adulto, tanto no trabalho como em outros aspectos de vida em geral., com a revolução industrial começou-se a surgir as creches com uma metodologia assistencialista, onde as crianças eram cuidadas para as mães trabalharem.

No Brasil a partir da constituição federal, começou a se pensar na educação infantil e sua importância para o desenvolvimento, gradativamente e com estudos direcionados percebeu se e a importância da brincadeira direcionada, desenvolvendo atividades lúdicas.

A ludicidade possui grandes benefícios à educação, auxilia no desenvolvimento afetivo e cognitivo da criança, através da ludicidade a criança se desenvolve, tendo esse projeto o objetivo de enfatizar a música na educação infantil, e a importância de se pensar não só como algo para distrair e confortar a criança, mas como uma ferramenta importante para o desenvolvimento e o aprendizado. Como afirma Nogueira (1991, p. 110) —Ao mesmo tempo em que a música possibilita essa diversidade de estímulos, ela, por seu caráter relaxante, pode estimular a absorção de informações, isto é, a aprendizagem, harmonizando situações de aprendizagem, permitindo que a criança ultrapasse seus limites, vença seus anseios e dificuldades, ainda segundo o autor, A música também traz efeitos muito significativos no campo da maturação social da criança. É por meio do repertório musical que nos iniciamos como membros de determinado grupo social.

Dessa forma, é importante se pensar na ludicidade e na música como grandes auxílio ao professor no desenvolvimento da aprendizagem da criança, da afetividade, da socialização, uma vez que ouvir música, brincar de roda cantando uma canção, realizar brincadeiras com ritmos, acalma, estimula a socialização a fala e tantos outros benefícios, de forma prazerosa e significativa para a criança.

OBJETIVOS

Meu objetivo em enfatizar a ludicidade através da música e sua importância na educação infantil, é de que os professores comecem a pensar nos benefícios da música, sua importância, de que não precisa ser um profissional para cantar, ou utilizar instrumentos que podem ser confeccionados de forma simples, mas que tem uma grande importância e significado para a criança.

A música ajuda no desenvolvimento da criança, proporciona a interação com os que estão próximo a eles em seu dia-a-dia na escola, pode ser uma forma de aliviar tensões e alguns problemas que talvez vivenciem fora da escola. Ao cantar voamos no mundo maravilhoso da imaginação.

De acordo com Betti, Silva & Almeida, a musicalização é uma atividade indispensável no processo de desenvolvimento da criança, a música pode auxiliar no seu desenvolvimento cognitivo e, por isso, deve ser valorizada no âmbito escolar a fim de potencializar a imaginação, a linguagem, a atenção, a memória e outras habilidades, além de contribuir de forma eficaz no processo de ensino-aprendizagem.

PROBLEMATIZAÇÃO

No estágio obrigatório que tive a oportunidade de participar, observei que na educação infantil os professores trabalham com a música de forma natural, pois a música tem poder de acalmar, e distrair as crianças dessa faixa etária, também notei como as crianças gostam até mesmo as que ainda não sabem falar, interagem dançando e tentam reproduzir o que é cantado pela professora.

Observei que as músicas que eram cantadas, não eram direcionadas pela professora que naturalmente cantava o que as crianças mais gostavam e sempre as mesmas, observei que muitos cursos de graduação em licenciatura plena em Pedagogia no Brasil têm falhado com seus formandos nesse sentido, pois em todos os semestres estudados, não se tem uma disciplina de música. Trabalha-se a Arte Plástica, Geografia, Matemática, Língua Portuguesa, Ciência, História, etc., mas a música não tem tido o reconhecimento das universidades, embora se encontre muitos trabalhos de conclusão de curso com esse tema, destacando a importância da música na educação, em especial na Educação Infantil. A importância da música é destacada no RCNEI que afirma:

O trabalho com a música deve considerar, portanto, que ela é um meio de expressão e forma de conhecimento acessível aos bebês

e crianças, inclusive aquela que apresentam necessidades especiais. A linguagem musical é excelente meio para o desenvolvimento da expressão, do equilíbrio, da autoestima e autoconhecimento, além de poderoso meio de interação social. (1998, p. 49).

Assim muitos professores chegam carentes desse conhecimento em suas práticas, após terem concluído o seu curso. Nessa perspectiva podemos afirmar que uma parte dos pedagogos em atividade desconhece a importância da linguagem musical na prática pedagógica, trazendo uma grande perda para essa modalidade de ensino tão importante quanto qualquer outra na área educacional. Como descrito por Ribeiro,

A linguagem musical é uma área de conhecimento em construção, mas necessita ser repensada à luz de novos paradigmas educacionais e musicais. Garantir a presença da música nos currículos dos cursos que formam professores e, por conseguinte, assegurar a formação musical para o docente, não é suficiente para fomentar a prática da musicalização no contexto escolar, mas é o começo para a reconstrução da sua identidade dentro das instituições de ensino. (2012, P. 40).

Nesse sentido podemos dizer que os cursos de Pedagogia precisam repensar seus currículos, e dar mais ênfase a essa prática tão importante para o desenvolvimento da criança.

REFERENCIAL TEÓRICO

Lúdico se origina do latim ludus que significa brincar, O conceito de atividades lúdicas relacionado às atividades de jogos e ao ato de brincar, significando um elemento muito importante para a aprendizagem. Segundo Santos, é uma necessidade do ser humano em qualquer idade. Platão em meados de 367 a.C. ressaltava a importância dos jogos para o aprendizado das crianças, asseverava que em seus primeiros anos de vida os meninos e meninas deveriam praticar juntos, atividades educativas através dos jogos. Ao brincar, as crianças estão expostas a um ambiente muito favorável ao desenvolvimento físico e cognitivo. O ato lúdico está presente na maioria das manifestações do homem, bem como em outras espécies animais, sobrelevando durante a infância é brincando que os animais aprendem a caçar a lutar, defender o território se defender etc. Luckesi dizia a respeito da atividade lúdica:

A atividade lúdica é aquela que dá plenitude e, por isso, prazer ao ser humano, seja como exercício, seja como jogo simbólico, seja como jogo de regras. Os jogos apresentam múltiplas

possibilidades de interação consigo mesmo e com os outros. (LUCKESI, 1998, p. 29).

Kishimoto em suas obras tributa com o seguinte relato:

A criança é um ser em pleno processo de apropriação da cultura, precisando participar dos jogos de uma forma espontânea e criativa. (KISHIMOTO, 2000).

Na antiguidade as leis atenienses explicitavam a importância dos jogos para a educação defendendo que

Brincando, aprenderá, o futuro construtor, a medir e a usar a trena; o guerreiro, cavalgar e a fazer qualquer outro exercício, devendo o educador a esforçar-se por dirigir os prazeres e os gostos das crianças na direção que lhes permita alcançar a meta a que se destinaram (PLATAO apud SILVEIRA, 1998, P.41).

Na Grécia antiga era através dos jogos que se ensinava às crianças. Os índios aprendem e passam sua cultura, crenças, suas atividades cotidianas, caçar, pescar, as lutas defensivas, nadar, etc., através dos jogos e brincadeiras, dessa forma sempre fizeram valer de seus costumes, os indiozinhos constroem seus próprios brinquedos com materiais extraídos da natureza; caçam e pescam com o olhar diferente dos adultos e seus objetivos são sempre o de brincar e se divertir sem que de fato o façam para sua real necessidade de sobrevivência. Os negros também trouxeram seus costumes, semelhante aos dos índios, formando e transmitindo sua cultura através da ludicidade, e da mesma forma os filhos dos portugueses, e todos os povos desde os primórdios passam e transmitem seus conhecimentos e aprendem através das brincadeiras.

Segundo Aragão, a respeito da ludicidade:

O lúdico exerce um fascínio muito grande, uma vez que é inerente ao ser humano. E o que é melhor, sua parte alegre reporta-se aos momentos em que ele está feliz. O lúdico pode ser manifestar através de atos que podem ser de estratégia, quando falamos de jogos; de imaginação, quando falamos em histórias; e dramatização ou construção, quando falamos em artesanato. (2007, p. 62):

O lúdico tem um papel importante, pois sua contribuição para o processo de aprendizagem é no exercício da criatividade, construção do sujeito, respeito, a interação da criança com o meio social. Vygotsky entende que:

É como se ela fosse maior do que na realidade. Com no foco de uma lente de aumento, o brinquedo contém todas as tendências do desenvolvimento sob forma condensada, sendo ele mesmo uma grande fonte de desenvolvimento. Apesar da relação

brinquedo – desenvolvimento o brinquedo fornece ampla estrutura básica para mudanças das necessidades e da consciência. (1988, p. 134).

Para entendermos o desenvolvimento da criança, segundo Vygotsky é necessário observar e respeitar suas necessidades, através do incentivo e da motivação que é exposto, como por exemplo, o que desperta interesse em um bebê, provavelmente não despertará em uma criança um pouco maior. Para Vygotsky (1998), a imaginação surge originalmente da ação.

“Definir o brinquedo como atividade que dá prazer é insuficiente, porque existem outras experiências que podem ser mais agradáveis à criança. O que atribui ao brinquedo um papel importante é o fato de ele preencher uma atividade básica da criança, ou seja, de um motivo para ação”.

Através da brincadeira e da interação com os jogos, brinquedos com músicas direcionadas e com a instrumentação a criança desenvolve a linguagem, o pensamento, o interesse a brincar e socializar com os pares, a imaginação a resolver problemas e a solucionar-los, assim preparando-se para a vida adulta sendo um cidadão capaz de enfrentar desafios e participar na construção de um mundo melhor.

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, é onde a criança passa a frequentar o ambiente escolar, por isso é importante conhecermos a importância das informações referentes ao desenvolvimento infantil, como base Abreu (2004, p.3), —No Brasil, a educação das crianças menores de 7 anos tem uma história de cento e cinquenta anos. Seu crescimento, no entanto, deu-se principalmente a partir dos anos 70 e vem se acelerando com a entrada cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho. Nessa perspectiva, é importante ressaltar que a história de atendimento escolar das crianças pequenas foi marcada por ações que priorizavam a guarda das mesmas, A criança tinha que aprender, ou adquirir conhecimento a partir da imitação do adulto, tanto no trabalho como em outros aspectos de vida em geral. Conforme nos afirma Zilberman:

[...]. Essa faixa etária não era percebida como um tempo diferente, nem o mundo da criança como um espaço separado. Pequenos e grandes compartilhavam dos mesmos eventos, porém nenhum laço amoroso especial os aproximava. A nova valorização da infância gerou maior união familiar, [...] (1998, p. 13).

Dessa forma pode-se dizer que, antes dessa mudança de conceitos, a sociedade não reconhecia a existência da criança, ou seja, da infância como uma etapa da vida diferenciada do ser humano. De acordo com Nascimento, Brancher e Oliveira:

Durante a Idade Média, antes da escolarização das crianças, estas e os adultos compartilhavam os mesmos lugares e situações, fossem eles domésticos, de trabalho ou de festa. Na sociedade medieval não havia a divisão territorial e de atividades em função da idade dos indivíduos, não havia o sentimento de infância ou uma representação elaborada dessa fase da vida. [...] (2009, p. 4).

No entanto com a evolução industrial a mulher foi conquistando outros espaços, até mesmo pela necessidade de auxiliar no orçamento familiar e passou a trabalhar fora dessa forma, precisavam deixar seus filhos aos cuidados de outros. Assim surgem às primeiras creches e pré-escolas destinadas para o atendimento às crianças pobres, filhos de mães trabalhadoras, tendo caráter de assistencialismo, ou seja, a função dessas eram cuidar, alimentar e proteger essas crianças.

Com o passar do tempo foi se pensando e problematizando a importância de uma educação direcionada para essa faixa etária, buscando afirmar a importância de uma educação de qualidade para todas as crianças e pode-se observar um avanço em relação à educação de crianças de 0 a 5 anos no Brasil. Nos afirma Carvalho:

[...] no Brasil, o cuidado e a educação das crianças pequenas iniciaram a partir da metade do século XX, período marcado pela urbanização, industrialização, divulgação do discurso médico-higienista, constituição de um novo estatuto familiar e criação da república (2006, p. 302).

Assim começou se a busca em afirmar a importância de uma educação de qualidade para as crianças pequenas, é que vários documentos relacionados ao trabalho com crianças começaram a emergir em nosso país. A Constituição de 1988, estabeleceu a garantia à Educação Infantil para todas as crianças de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas, com diretrizes de que o Estado tem obrigação de garantir o acesso da criança neste segmento de ensino. As mudanças na educação infantil continuaram como descritas por Oliveira:

A década de 90 assistiu a alguns novos marcos. Um deles foi a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, que concretizou as conquistas dos direitos das crianças promulgados pela constituição. Na área de educação infantil, o debate que acompanhou a discussão de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) na câmara de Deputados e no Senado Federal 14 impulsionou diferentes setores educacionais, particularmente universidades e instituições de pesquisa, sindicatos de educadores e organizações não governamentais, à defesa de um novo modelo de educação infantil. (2005, p.117).

Outro documento importante foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), que considera a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação

Básica. A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos de idade, em seu aspecto físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Diante disso, as escolas começaram a pensar e a trabalhar direcionada para essa faixa etária reconhecendo os direitos de cada aluno de ir à busca de seu próprio conhecimento, permitindo e instigando a curiosidade de cada criança.

A APRENDIZAGEM ATRAVÉS DA MÚSICA

Junqueira Filho nos fala acerca dos conteúdos-linguagem e linguagens geradoras, afirmando que todo e qualquer objeto de conhecimento é linguagem e passível de ser explorado pelas crianças, o autor nos explica claramente esta situação a seguir:

O que as crianças querem saber? E quando eu digo —querem saber, não estou me referindo a caprichos, modismo ou à volubilidade das crianças, mas a saberes que indicam desejo se necessidades das crianças, aqueles que as crianças —querem porque precisam saber mais que quaisquer outros, em diferentes momentos do processo de produção de sua vida em família e na escola de educação infantil. (2005, p.11).

Sendo assim, música tem feito parte da história da humanidade, exercendo as mais diferentes funções, como uma linguagem universal, que ultrapassa as barreiras do tempo e cada vez mais vem ganhando espaço. Ainda antes de nascer o ser humano já tem contato com a música, através do ritmo dos batimentos cardíacos da mãe, ao nascer continua esse contato por meio das canções de ninar e outras ouvidas no ambiente familiar, junto com a mãe e com outros membros da família. Portanto, a música pode possibilitar uma diversidade de estímulos na criança, por ter assim um caráter relaxante podendo então estimular a absorção de informações, isto é, a aprendizagem. Diante disso nos afirma Nogueira:

Por todas essas razões, a linguagem musical tem sido apontada como uma das áreas de conhecimentos mais importantes a serem trabalhadas na Educação Infantil, ao lado da linguagem oral e escritas, do movimento, das artes visuais, da matemática e das ciências humanas e naturais. Em países com mais tradição que o Brasil no campo da educação da criança pequena, a música recebe destaque nos currículos, como é o caso do Japão e dos países nórdicos. Nesses países, o educador tem, na sua graduação profissional, um espaço considerável dedicado à sua formação musical [...] (1991, p. 111).

A importância da música é destacada no RCNEI que afirma a importância do trabalho com a música, exercendo uma forma de expressão e conhecimento acessível

aos bebês e crianças, inclusive aquela que apresentam necessidades especiais. A linguagem musical é um fantástico meio para o desenvolvimento da expressão, do equilíbrio, da autoestima e autoconhecimento, além de poderoso meio de interação social. (1998, p. 49). Como afirma Ribeiro:

[...] A linguagem musical é uma área de conhecimento em construção, mas necessita ser repensada à luz de novos paradigmas educacionais e musicais. Garantir a presença da música nos currículos dos cursos que formam professores e, por conseguinte, assegurar a formação musical para o docente, não é suficiente para fomentar a prática da musicalização no contexto escolar, mas é o começo para a reconstrução da sua identidade dentro das instituições de ensino. (2012, P. 40).

A música auxilia o professor no desenvolvimento da aprendizagem da criança, da afetividade, da socialização, uma vez que ouvir música, brincar de roda cantando uma canção, realizar brincadeiras com ritmos, desperta nos pequenos estímulos e desenvolve o gosto pelas atividades musicais. Além disso, a música auxilia o trabalho do professor da educação infantil, pois de acordo com Betti, Silva & Almeida:

Sendo uma atividade indispensável no processo de desenvolvimento da criança, a música pode auxiliar no seu desenvolvimento cognitivo e, por isso, deve ser valorizada no âmbito escolar a fim de potencializar a imaginação, a linguagem, a atenção, a memória e outras habilidades, além de contribuir de forma eficaz no processo de ensino-aprendizagem (GORDON, 2000).

METODOLOGIA

O projeto de ensino proposto neste projeto, buscara abrir espaço para que o aluno vivencie a música de forma contextualizada e significativa.

O Referencial Curricular Nacional garante que a música é uma linguagem universal capaz de comunicar e expressar sentimentos e pensamentos, está presente em diversas culturas em inúmeros eventos vivenciados pelos alunos tais como; festas, rituais, comemorações, manifestações cívicas, entre outros.

Para Bréscia (2003) Charelli e Barreto (2005) a musicalização é um processo de construção do conhecimento, que tem como objetivo despertar e desenvolver o gosto musical, favorecendo o desenvolvimento da sensibilidade, criatividade, senso rítmico, do prazer de ouvir música, da imaginação, memória, concentração, atenção, autodisciplina, do respeito ao próximo, da socialização e afetividade, também contribuindo para uma efetiva consciência corporal e de movimentação.

Diante disso, será proposto nos planos de aula musicais e diversas atividades direcionadas, tais como:

- Buscar expor as crianças a vários estilos musicais.
- Exploração da linguagem corporal para explorar sons e ritmos diversos.
- Apreciação musical.
- Memorização das letras das músicas.
- Participação em situações de identificação de elementos sonoros do dia a dia.
- Utilização de gestos para cantar expressando-se livremente.
- Danças de diferentes culturas, e ritmos.
- Incentivo à criação e a livre expressão musical e motora.
- Rodas de conversa.
- Filmes musicais.
- Teatros, cantatas, apresentações musicais.
- Fabricação de instrumentos musicais com material reciclável.
- Tapetes sensoriais.

Assim explorando o mundo musical, dentro da ludicidade, tudo o que ele proporciona para a educação infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo esse projeto que teve como tema a ludicidade por meio da música na educação infantil, constatasse a sua importância para o desenvolvimento cognitivo, social etc., a criança aprende a ser adulto, desde dos primórdios e muitas culturas as crianças aprendem no ato de brincar, e uma grande ferramenta dentro da ludicidade é a musicalização, os professores a utiliza na maioria das vezes involuntariamente com se constatou no estudo, por ser uma forma cultural de se ensinar mesmo sem intenção.

Por isso busquei autores e diretrizes que falam de sua importância e de se pensar na musicalização como uma ferramenta essencial na educação infantil, pois ela auxilia no desenvolvimento intelectual da criança, ajuda a desenvolver a socialização com as demais pessoas que convivem com ela. Como também desenvolve a criatividade, a expressividade, a percepção sonora, percepção espacial, a estética, o raciocínio lógico, matemático entre outros. Nesse aspecto é possível concluir que a contribuição da música

vai além da aprendizagem de conceitos musicais, podendo desenvolver a fala ampliar o vocabulário, melhorar a participação e concentração

Portanto, para a música pode contribuir muito, mas para que isso aconteça é necessário que ela seja trabalhada de forma lúdica e dinâmica, com comprometimento por parte do educador, pois ela traz experiências gratificantes para as crianças, contribuindo assim para a sua formação e desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mariza. **Educação infantil no Brasil**: legislação, matrículas, financiamento e desafios. Consultoria Legislativa, Brasília, 2004. Disponível em:< portal.educacao.salvador.ba.gov.br>. Acesso em 11 abr. 2024.

AMADO, João. **Manual de Investigação Qualitativa em Educação**: Coimbra Portugal. Imprensa da Universidade de Coimbra, outubro 2014.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº9394, 20 de Dezembro de 1996. Disponível em:< mso285.doc (mec.gov.br)>. Acesso em 15 abr. 2024.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BETTI, Leilane Cristina Nascimento. SILVA, Deise Ferreira da. ALMEIDA Flávio Fernandes de. **A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA PARA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DA CRIANÇA** Revista Interação 12.ed., ano VII ---v.1,n.2

BRITO, Teca Alencar de. **Música na educação infantil: Propostas para a formação integral da criança**. Editora Peirópolis. São Paulo SP, 2003.

JUNQUEIRA FILHO, Gabriel de Andrade. Linguagens Geradoras: **Seleção e articulação de conteúdos em educação infantil**. Porto Alegre. Editora Mediação, 2005

LIMA, Grasielle Perdigão de. SANT'ANNA, Vera Lucia Lins. **A MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E SUAS CONTRIBUIÇÕES**. Artigos Periódicos. Puc minas 2015. Disponível em:< 9227-Texto do artigo-33414-4-10-20150428.pdf> Acesso em 21 abr.2024.

MELLO, Maria Inês de Souza Azevedo. **A música como instrumento de intervenção psicopedagógica**. 2012. 79 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem do Centro de Ciências do Homem. 2012.

OLIVEIRA, M. de S. L.; BERNARDES, M. J.; RODRIGUEZ, M. A. M. **A música na creche**. In: ROSSETI-FERREIRA, M. C. et all (Orgs.). Os fazeres na educação infantil. São Paulo: Cortez, 1998. p. 103-104.

OLIVEIRA, Zilda Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo, SP. Cortez Editora 2005.

RECNEI - **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil** /Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

RIBEIRO, Maria Rosa. **Música na educação infantil: Um mapeamento das práticas pedagógico-musical na rede municipal de ensino de Belo Horizonte**. Escola de música da UFMG. 2012

ZAGONEL, Bernadete. **Brincando com a música na sala de aula**. São Paulo-SP. Editora Saraiva 2012.

IMPACTOS DO TDAH PARA A APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL I



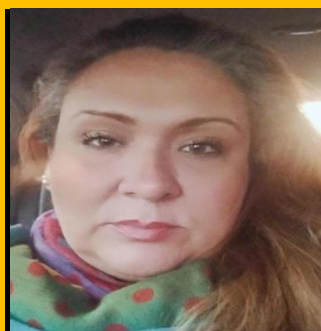
Raquel Gomes

Formada e em Pedagogia, com Pós-graduação em Neuropsicopedagogia; Gestão Escolar; Alfabetização e Letramento; Psicopedagogia Institucional; Ludopedagogia e Oralidade Escrita.



Valéria Cristina dos Santos Goes

Formada e em Pedagogia, com Pós-graduação em Educação Especial e Inclusão; Alfabetização e Letramento e Pedagogia Sistemática.



Paula Eniza Santos Teles de Medeiros

Formada em Pedagogia, com Pós-graduação em Neuropsicopedagogia Clínica, Neurociência da Educação, Gestão e Mediação de Conflitos e Atendimento Educacional Especializado.

RESUMO

O Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é uma condição neuropsiquiátrica que impacta significativamente a vida acadêmica e socioemocional de milhões de pessoas em todo o mundo. Este artigo visa explorar os impactos do TDAH na aprendizagem e destacar a importância do acompanhamento especializado para lidar com essa condição. Por meio de uma revisão bibliográfica e análise crítica de estudos científicos, investigaremos a conceituação do TDAH, os desafios enfrentados pelos alunos afetados, as estratégias de intervenção multidisciplinares e o papel dos educadores e profissionais da saúde no suporte aos alunos com TDAH. O objetivo é

fornecer insights valiosos para promover um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor para aqueles que vivenciam o TDAH.

Palavras-chave: TDAH; Aprendizagem; Impactos.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é uma condição neuropsiquiátrica que afeta significativamente a vida de milhões de pessoas em todo o mundo. Caracterizado por dificuldades de atenção, impulsividade e hiperatividade, o TDAH apresenta uma série de desafios, especialmente no contexto educacional, onde a capacidade de concentração e organização são fundamentais para o sucesso acadêmico.

A problemática em torno do TDAH reside não apenas na sua prevalência crescente, mas também na complexidade de suas manifestações e nos impactos profundos que causa na aprendizagem e no desenvolvimento socioemocional dos indivíduos afetados. Diante desse cenário, torna-se imperativo compreender as nuances desse transtorno e explorar estratégias eficazes para lidar com seus desafios.

Nesse contexto, justifica-se a realização deste estudo, que visa aprofundar o conhecimento sobre o TDAH, analisando seus impactos na aprendizagem e destacando a importância do acompanhamento especializado para mitigar esses efeitos. Ao compreendermos melhor as características e demandas dos alunos com TDAH, podemos desenvolver intervenções mais eficazes e promover um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor.

O objetivo geral deste artigo é investigar os impactos do TDAH na aprendizagem e destacar a importância do acompanhamento especializado para o manejo dessa condição. Para alcançar esse objetivo, propomos os seguintes objetivos específicos: analisar a conceituação e características do TDAH; identificar os principais desafios enfrentados pelos alunos com TDAH no contexto educacional; explorar estratégias de intervenção multidisciplinares para o TDAH; e discutir o papel dos educadores e profissionais da saúde no suporte aos alunos com TDAH.

Para alcançar esses objetivos, será adotada uma abordagem metodológica que combina revisão bibliográfica e análise crítica de estudos científicos, permitindo uma compreensão abrangente e fundamentada do tema. A análise cuidadosa das evidências disponíveis nos permitirá fornecer insights valiosos para educadores, profissionais da

saúde e demais interessados no tema, contribuindo para uma abordagem mais eficaz e empática do TDAH na educação.

CONCEITUANDO O TDAH

De acordo com a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) está classificado na categoria de transtornos hipercinéticos, descrito como "grupo de transtornos caracterizados por início precoce - habitualmente durante os cinco primeiros anos de vida -, falta de perseverança nas atividades que exigem envolvimento cognitivo e tendência a passar de uma atividade a outra sem acabar nenhuma, associadas a uma atividade global desorganizada, descoordenada e excessiva. Os transtornos podem se acompanhar de outras anomalias. São impopulares com as outras crianças e podem se tornar isoladas socialmente. Estes transtornos se acompanham frequentemente de um déficit cognitivo e de um retardo específico do desenvolvimento da motricidade e da linguagem, as complicações secundárias incluem um comportamento dissocial e uma perda de autoestima.

Segundo Barkley (2008), o TDAH é um transtorno do desenvolvimento do autocontrole que ocasiona problemas com o período de atenção, com o nível de atividade e com o controle do impulso, a manifestação deste transtorno, persiste durante todo o desenvolvimento das crianças, ele ocorre nas mais variadas situações, o que acaba prejudicando a capacidade das crianças de responderem de acordo com sua idade às demandas solicitadas. Esse transtorno se relaciona com a anormalidade no desenvolvimento ou funcionamento do cérebro, e podem estar relacionados a fatores de ordem biológica.

Para Poeta e Neto (2006), o TDAH é um dos distúrbios de comportamento que mais são diagnosticados em crianças, durante a história, o transtorno aparece com variações em sua nomenclatura, como por exemplo, lesão cerebral mínima, reação hipercinética da infância, distúrbio do déficit de atenção ou distúrbio de hiperatividade com déficit de atenção/hiperatividade.

De acordo com os autores citados acima, os sintomas do TDAH, geralmente, começam antes dos sete anos de idade, ainda que a maioria dos casos sejam diagnosticados após a manifestação dos mesmos por diversos anos, podendo ser observados na escola, em casa ou ainda no trabalho. Algumas das vezes, quando a

criança ingressa na escola é que o distúrbio é reconhecido, pois é nessa época em que as dificuldades de atenção e inquietude são potencializadas, sendo percebidas com bastante frequência pelos professores, quando comparam outras crianças da mesma idade, no mesmo ambiente.

Segundo Wilens et al (2002), geralmente, as crianças com TDAH são descritas como desmotivadas, aborrecidas e desligadas em relação as suas tarefas, sendo vistas também como bagunceiras, desorganizadas e sem força de vontade. Essas crianças podem apresentar também outras características, como frustração, troca bastante contínua de atividades, dificuldade de se organizar, presença de sonhos durante o dia e baixa tolerância. Os fracassos escolares também podem estar relacionados ao TDAH, assim como as dificuldades de relacionamento e emocionais.

A hiperatividade é entendida como uma inquietação motora e agressiva, com a presença não leve de espasmos, muitas vezes, passando uma sensação de que a criança está ligada na tomada, pois estão sempre em atividade. É caracterizada pela dificuldade de manter se quieto na carteira da escola e inquietação, quase sempre apresenta atitudes inesperadas em situações inapropriadas, a criança apresenta também dificuldade em realizar atividades de brincar ou de lazer em silêncio, pois fala excessivamente.

Para Sam Goldstein (2006), o TDAH pode aparecer comumente na primeira infância e atingir mais ou menos 3% a 5% da população, sem importar os graus de inteligência, escolaridade, classe econômica ou etnia, geralmente, o TDAH é percebido mais em meninos do que nas meninas, em uma proporção de 2/1, os sintomas principais apresentados por esses meninos são hiperatividade e impulsividade, e nas meninas o mais comum é a desatenção.

Para Dias (2011), com grande frequência, o TDAH está associado a outras comorbidades e transtornos mentais, como o transtorno de conduta, de oposição e desafio, de ansiedade, depressão e personalidade antissocial, aumentando significativamente a gravidade do quadro clínico das pessoas com TDAH.

A maioria das crianças desenvolve o transtorno precocemente, mas antes de quatro ou cinco anos, um diagnóstico preciso é bem difícil de se realizar. Diversos pesquisadores acreditam que o TDAH não seja hereditário, e sim uma consequência de um desequilíbrio da química no cérebro. Na visão de Sam Goldstein (2006), algumas crianças apresentam os sintomas de hiperatividade como resultado de alguma ansiedade, frustração, depressão ou ainda de uma criação imprópria.

Sam Goldstein (2006), nos traz ainda a informação de que muitas vezes o TDAH é apresentado como um tipo específico de problema de aprendizagem, porém, é o contrário, crianças com TDAH são muito capazes de aprender, suas dificuldades em sobressair se na escola, são justificadas pelo impacto que o transtorno tem sobre sua boa atuação. Em torno de 20% a 30% das crianças com TDAH apresentam também algum problema de aprendizagem, portanto, a identificação correta do transtorno e um tratamento adequado, ficam ainda mais complicados.

Quanto ao tratamento de crianças que apresentam TDAH, são recomendadas intervenções psicológicas, pedagógicas e médicas, sendo esta questão para o psicopedagogo, é necessário também técnicas de mudança de comportamentos. Faz-se preciso uma abordagem envolvendo todas as áreas, inclusive um treinamento dos pais para controle de comportamento, programas pedagógicos adequados, aconselhamento individual e familiar, e medicamentos quando forem necessários.

Nos dias atuais, diagnósticos de TDAH tem sido bastante comum para explicar transtornos ligados a problemas de comportamento e fracasso escolar, um dos grandes desafios hoje nas escolas diz respeito ao professor, que frequentemente por falta de conhecimento e orientação, não tem preparo para auxiliar nas questões pertinentes a inclusão do aluno com TDAH. É muito importante que pais e professores estabeleçam limites para essas crianças, pois muitas das vezes, a dificuldade na aprendizagem é apenas uma questão relacionada a obediência.

Na educação infantil, já é possível perceber algumas crianças com TDAH, neste sentido, Barkley (2008), traz algumas orientações que podem auxiliar o professor da educação infantil: para ele, as instruções e regras devem ser bastante claras e apresentadas de forma física em cartazes e listas, que as crianças devem ser orientadas pelo professor a repeti-las. O ideal é que as salas de aula sejam bem estruturadas e com poucos alunos, ambiente escolar previsível e a presença de rotinas diárias são essenciais para auxiliar as crianças da educação infantil a manter seu controle emocional, bem como atividades físicas relacionadas ao processo de aprendizagem são bastante importantes.

Barkley (2008), traz ainda que as tarefas propostas pelo professor não devem ser em demasia longas, devendo ser explicadas passo a passo, o aluno com TDAH deve receber atendimento individualizado, deve estar na primeira fileira em sua sala, próximo a professor e longe da janela, em um local onde a probabilidade do mesmo se distrair seja a mínima possível. Pode ser que seja necessário um reforço de conteúdos

em algumas disciplinas, já que esses alunos apresentam lacunas de aprendizado no momento do diagnóstico, devido ao TDAH.

Na educação infantil, os sintomas de TDAH podem se manifestar de forma bastante perceptível, pois é nessa fase que surgem as maiores dificuldades, a criança não consegue seguir e se adaptar as regras e a rotina, atraindo atenção para si e causando desordem na sala de aula, devido ao seu comportamento impulsivo, desatento e agitado. Futuramente, o TDAH irá comprometer sua escrita, leitura e até mesmo outras áreas, que podem afetar a aprendizagem cognitiva dessa criança.

Na concepção de Dias (2011), quando o TDAH não é reconhecido, diagnosticado de forma precoce e corretamente tratado, pode causar consequências graves, representando o transtorno mais frequente da infância, para ele, ainda há quem relute e não reconhecer o TDAH como um transtorno ou um problema de saúde mental de grande importância.

Para Poeta e Neto (2006), o papel do professor é mediar a aprendizagem e orientar a produção da criança com TDAH, onde o estímulo deve ser o foco de seu trabalho, exercendo um acompanhamento efetivo para que o aluno se sinta seguro, uma relação adequada é essencial para que ocorra aprendizagem. O professor deve utilizar estratégias que auxiliem no controle ao comportamento do aluno, tais como valorizar os pontos fortes, motivação, recompensas e regras.

[...] o professor tem papel fundamental no desenvolvimento das habilidades e controle do comportamento da criança com TDAH. Desse modo, ele deve ser instruído, tanto na formação inicial como na continuada, como também deve ser auxiliado em sua prática pedagógica e deve ter conhecimento sobre o transtorno e as estratégias adequadas em sala de aula para que esses alunos sejam efetivamente incluídos na escola (REIS, 2011, p.7).

É necessário um acompanhamento pedagógico, onde o objetivo seja prevenir lacunas na aprendizagem, o professor precisa estar atento as dificuldades apresentadas, pois o transtorno afeta diversos aspectos da vida da criança, muitas vezes, apresentando melhoras em alguns dos sintomas. O encontro da realidade, trará conceitos que auxiliarão na percepção, compreensão do diferente, aceitação da inclusão e entendimento dos conflitos.

A escola deverá desenvolver um trabalho que esteja em consonância com a realidade de seus alunos, cujo foco seja o trabalho em conjunto, cujas ações oportunizem a interação com o apoio de abordagens, espaços de convivência como estratégias no auxílio de alunos e professores, e ainda nos processos cognitivos, visando promover uma aprendizagem que esteja alicerçada na valorização e no respeito humano.

IMPACTOS DO TDAH PARA A APRENDIZAGEM

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que o TDAH não é simplesmente uma questão de falta de concentração ou energia. Estudos neurocientíficos demonstram que indivíduos com TDAH apresentam diferenças estruturais e funcionais no cérebro, especialmente em áreas relacionadas ao controle cognitivo e à regulação emocional. Essas diferenças neurobiológicas interferem diretamente na capacidade de concentração, organização e planejamento, fundamentais para a aprendizagem eficaz.

Além disso, o TDAH está frequentemente associado a comorbidades como transtornos de aprendizagem, ansiedade e depressão, o que complica ainda mais o quadro clínico e acadêmico dos indivíduos afetados. A presença dessas comorbidades amplifica os desafios enfrentados na sala de aula, tornando a adaptação às demandas acadêmicas mais árduas.

Segundo Barkley (2006), renomado pesquisador na área do TDAH, as dificuldades de atenção e impulsividade podem resultar em desempenho acadêmico abaixo do potencial cognitivo do indivíduo, levando a problemas de autoestima e autoconfiança. Esses aspectos psicossociais têm um impacto direto na motivação para aprender e na persistência diante das dificuldades, afetando assim o desenvolvimento acadêmico e profissional a longo prazo.

Importante refletir sobre o fato de que, o ambiente escolar muitas vezes não está preparado para atender às necessidades específicas dos alunos com TDAH. A falta de adaptações curriculares, estratégias de ensino diferenciadas e apoio psicopedagógico adequado podem resultar em um ciclo de frustração e fracasso acadêmico para esses alunos.

É essencial, portanto, que educadores e profissionais da saúde estejam atentos aos sinais precoces do TDAH e ofereçam suporte multidisciplinar desde o diagnóstico até a implementação de estratégias de intervenção. Intervenções que combinam abordagens farmacológicas, psicoterapêuticas e pedagógicas têm mostrado eficácia em melhorar o desempenho acadêmico e a qualidade de vida dos indivíduos com TDAH.

A variabilidade de sintomas do TDAH, que pode incluir dificuldades de memória, organização e autorregulação emocional, pode levar a uma ampla gama de desafios acadêmicos. Pesquisas indicam que crianças e adolescentes com TDAH têm maior probabilidade de apresentar problemas de aprendizagem, como dificuldades na leitura, escrita e matemática, bem como menor desempenho em testes padronizados.

Estudos longitudinais destacam ainda os impactos de longo prazo do TDAH na trajetória educacional e profissional dos indivíduos afetados. Indivíduos com TDAH têm maior probabilidade de repetir de ano, serem suspensos ou até mesmo abandonarem precocemente a escola. Além disso, enfrentam desafios adicionais na transição para a vida adulta, como dificuldades de emprego e menor realização acadêmica e profissional.

Barbaresi et al. (2013) conduziram um estudo de longo prazo que acompanhou crianças diagnosticadas com TDAH até a idade adulta. Os resultados demonstraram que esses indivíduos apresentavam taxas significativamente mais altas de fracasso acadêmico, desemprego, transtornos mentais e envolvimento com o sistema de justiça criminal em comparação com seus pares sem TDAH.

Além dos desafios acadêmicos diretos, o TDAH também pode impactar negativamente a autoestima, autoimagem e bem-estar emocional dos alunos. A falta de compreensão e apoio por parte dos colegas e professores pode levar a sentimentos de inadequação e isolamento social, agravando ainda mais os desafios enfrentados na escola.

Os impactos do TDAH na aprendizagem são multifacetados e exigem uma abordagem integrada que leve em consideração tanto os aspectos neurobiológicos quanto os psicossociais da condição. A compreensão profunda desses impactos, aliada a intervenções precoces e eficazes, é fundamental para promover o sucesso acadêmico e o bem-estar emocional dos alunos com TDAH.

As evidências científicas são claras: o TDAH exerce uma influência significativa na aprendizagem, tanto a curto quanto a longo prazo. Reconhecer e abordar esses impactos de forma eficaz requer uma abordagem integrada que combine intervenções farmacológicas, psicoterapêuticas e pedagógicas, além de um entendimento profundo das necessidades individuais dos alunos com TDAH. Somente assim podemos garantir que esses alunos tenham acesso igualitário a uma educação de qualidade e oportunidades de sucesso acadêmico e profissional.

IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO ESPECIALIZADO PARA O TDAH

O Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é uma condição neuropsiquiátrica complexa que afeta indivíduos em diferentes aspectos de suas vidas, especialmente no ambiente escolar e no trabalho. A necessidade de um acompanhamento especializado para o TDAH é fundamental para proporcionar um

suporte abrangente e personalizado que atenda às necessidades específicas dos pacientes.

Evidências científicas destacam a importância de uma abordagem multimodal no tratamento do TDAH. Isso inclui intervenções farmacológicas, terapêuticas e educacionais que abordam os sintomas do TDAH de forma holística. Por exemplo, medicamentos estimulantes, como metilfenidato e anfetaminas, são frequentemente prescritos para controlar os sintomas de desatenção, hiperatividade e impulsividade. No entanto, esses medicamentos devem ser combinados com terapias comportamentais, como terapia cognitivo-comportamental (TCC) e treinamento de habilidades sociais, para maximizar os resultados do tratamento.

Para Corso (2007), o acompanhamento especializado para o TDAH envolve a educação e o suporte dos pais e cuidadores. Os pais desempenham um papel crucial no manejo do TDAH de seus filhos, fornecendo apoio emocional, estabelecendo rotinas consistentes e implementando estratégias de gerenciamento de comportamento. Programas de treinamento para pais também podem ser úteis para capacitá-los a lidar eficazmente com os desafios associados ao TDAH.

No ambiente escolar, os educadores desempenham um papel fundamental no suporte aos alunos com TDAH. É essencial que os professores estejam cientes das necessidades específicas desses alunos e implementem adaptações curriculares e estratégias de ensino diferenciadas para promover o sucesso acadêmico. O uso de reforço positivo, feedback regular e estruturas de recompensa também pode ser eficaz para incentivar o engajamento e o comportamento adequado na sala de aula.

Além disso, o acompanhamento especializado para o TDAH pode incluir o envolvimento de profissionais de saúde mental, como psicólogos, psiquiatras e terapeutas ocupacionais. Esses profissionais podem oferecer avaliação diagnóstica, terapia individualizada e suporte contínuo para lidar com os desafios emocionais e comportamentais associados ao TDAH.

O acompanhamento especializado é essencial para garantir que os indivíduos com TDAH recebam o suporte necessário para alcançar seu pleno potencial. Uma abordagem integrada e colaborativa, que envolva profissionais de saúde, educadores, pais e cuidadores, é fundamental para promover o sucesso acadêmico, social e emocional dos pacientes com TDAH. Ao reconhecer e investir nesse acompanhamento especializado, podemos ajudar a melhorar a qualidade de vida e o bem-estar desses indivíduos, capacitando-os a superar os desafios do TDAH e alcançar seus objetivos pessoais e profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) representa um desafio significativo para aqueles que o vivenciam, impactando não apenas a vida acadêmica, mas também aspectos emocionais, sociais e profissionais. A compreensão aprofundada dos sintomas e impactos do TDAH, aliada a um acompanhamento especializado e multidisciplinar, é fundamental para proporcionar suporte eficaz e promover o bem-estar desses indivíduos.

Ao longo deste artigo, examinamos cuidadosamente a complexidade do TDAH, desde sua conceituação até seus impactos na aprendizagem e a importância do acompanhamento especializado. Evidenciamos como o TDAH transcende simplesmente a falta de concentração ou hiperatividade, envolvendo diferenças neurobiológicas, comorbidades associadas e consequências de longo prazo.

Destacamos a necessidade de uma abordagem integrada e colaborativa no tratamento do TDAH, que envolva profissionais de saúde, educadores, pais e cuidadores. Intervenções que combinam estratégias farmacológicas, psicoterapêuticas e pedagógicas têm demonstrado eficácia em melhorar o desempenho acadêmico, social e emocional dos indivíduos com TDAH.

Reconhecemos os desafios enfrentados pelos educadores no apoio aos alunos com TDAH e ressaltamos a importância do conhecimento e da capacitação adequada para proporcionar um ambiente escolar inclusivo e de apoio. Além disso, enfatizamos a necessidade de adaptações curriculares, estratégias de ensino diferenciadas e suporte emocional para esses alunos.

Por fim, reiteramos a importância de investir no acompanhamento especializado para o TDAH, visando não apenas mitigar os desafios enfrentados, mas também capacitar esses indivíduos a alcançarem seu pleno potencial. Ao reconhecer e valorizar as necessidades únicas dos pacientes com TDAH, podemos contribuir para uma sociedade mais inclusiva, empática e acolhedora.

REFERÊNCIAS

BARBARESI, W. J., COLLIGAN, R. C., WEAVER, A. L., VOIGT, R. G., KILLIAM, J. M., KATIUSK, S. K. (2013). **Mortalidade, TDAH e Adversidade Psicossocial em Adultos com TDAH na Infância: Um Estudo Prospectivo**. *Pediatria*, 2014.

BARKLEY, R. A. Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade Manual para diagnóstico e Tratamento. 3 ed. Artmed Porto Alegre, 2008.

CORSO H. V. Dificuldades de aprendizagem e atrasos maturativos: atenção aos aspectos neuropsicomotores na avaliação e terapia psicopedagógicas. Rev Psicopedagogia. 2007.

DIAS, Irineu. **Preconceito x Desconhecimento de causa: uma luta de classes.** In: Ciranda da INCLUSÃO. Grupo Ciranda Cultural. 2011; ed. 14.

POETA, L. S. e NETO, F. R. **Estudo epidemiológico dos sintomas do transtorno do déficit de atenção/hiperatividade e transtornos de comportamento em escolas da rede pública de Florianópolis usando a EDAH.** Rev. Bras. Psiquiatr., 26 (3).

REIS, G. V. **Alunos Diagnosticados com TDAH: reflexões sobre a prática pedagógica utilizada no processo educacional.** Parnaíba. 2011. Disponível em: <http://www.uems.br/portal/biblioteca/repositorio/2011-12-15_13-12-05.pdf>. Acesso em 24 abr. 2024.

AS DIFICULDADES PARA INCLUSÃO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE ASPERGER NA ESCOLA REGULAR



Elisabete Maria da Silva Cardoso

Formada em Letras



Roselene Costa Barros

Formada em Pedagogia,

RESUMO

Este trabalho aborda teoricamente a Síndrome de Asperger no ambiente escolar, destacando os desafios e oportunidades enfrentados por essas pessoas ao serem integradas na escola. Explora a importância da parceria entre escola e família para facilitar o aprendizado e a socialização dos alunos com essa síndrome. Utilizando uma abordagem descritiva, o estudo baseia-se em uma revisão bibliográfica, guiada por autores especializados na área. As conclusões buscam validar teorias com base na realidade estudada, promovendo uma nova perspectiva sobre a educação inclusiva e seu impacto social na vida dos alunos com Síndrome de Asperger. Além disso, o estudo considera as estratégias pedagógicas e os recursos didáticos que podem ser empregados para atender melhor às necessidades desses alunos, ressaltando a importância de um ambiente escolar acolhedor e adaptado. Assim, busca-se contribuir para a construção de práticas educacionais mais inclusivas e equitativas, que possibilitem o pleno desenvolvimento e a participação ativa dos alunos com Síndrome de Asperger na comunidade escolar.

Palavras-chave: Síndrome de Asperger; Inclusão; Aprendizagem; Escola; Socialização.

INTRODUÇÃO

A Síndrome de Asperger continua sendo um mistério para muitos profissionais de saúde e estudiosos, frequentemente confundida com questões emocionais ou até mesmo com o autismo clássico. No entanto, aprofundando-se nessa síndrome, percebemos características distintas que ajudam a entender melhor seu quadro.

Embora as pessoas com Síndrome de Asperger possuam características bem definidas, muitas podem levar uma vida normal, adaptando-se às suas dificuldades e limitações, desde que recebam diagnóstico precoce e intervenções terapêuticas adequadas, além do apoio familiar e escolar.

Com o advento da Educação Inclusiva, mais pessoas com Síndrome de Asperger estão frequentando escolas regulares, visando garantir seus direitos educacionais em conformidade com legislações nacionais, o que promove seu desenvolvimento tanto educacional quanto social.

Ao tentar compreender como uma pessoa com Asperger vive, seja em seu ambiente familiar, social ou escolar, torna-se evidente as dificuldades enfrentadas por suas famílias nesses contextos variados. Observando a presença crescente de crianças com essa síndrome nas escolas regulares, surge a necessidade de entender melhor suas características e aprofundar os estudos a respeito.

Diante dessa preocupação, surge a questão central sobre como o desenvolvimento de uma criança com Síndrome de Asperger é influenciado pelo meio familiar, escolar e social, considerando que suas limitações e necessidades podem impactar de maneira significativa seu desenvolvimento geral.

SÍNDROME DE ASPERGER

A Síndrome de Asperger é caracterizada com um Transtorno, especificamente: Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD), resultante de uma desordem genética, e que apresenta muitas semelhanças com relação ao Autismo. Existem alguns estudiosos que relatam ser o Asperger uma linha tênue do Autismo, porém com algumas características que o diferem.

Ao contrário do que ocorre no Autismo, contudo, crianças com Asperger não apresentam grandes atrasos no desenvolvimento da fala e nem sofrem com

comprometimento cognitivo grave. Eles podem até apresentar uma linguagem “diferente”, com traços característicos da síndrome, mas não deixam de se expressar oralmente.

Na escola, esses alunos costumam escolher temas de interesse, que podem ser únicos por longos períodos de tempo - quando gostam do tema "dinossauros", por exemplo, falam repetidamente nesse assunto. Habilidades incomuns, como memorização de sequências matemáticas ou de mapas, são bastante presentes em pessoas com essa síndrome.

Na infância, essas crianças apresentam déficit no desenvolvimento motor e podem ter dificuldades para segurar o lápis para escrever (por exemplo), neste sentido, necessitam de avaliação e acompanhamento de profissionais da área, como terapeuta ocupacional e ou fisioterapeuta.

Outra característica é que estruturam seu pensamento de forma bastante concreta e não conseguem interpretar metáforas e ironias, o que interfere no processo de comunicação. Além disso, não sabem como usar os movimentos corporais e os gestos na comunicação não verbal e se apegam a rituais, tendo dificuldades para realizar atividades que fogem à rotina.

Como as características são bem evidentes, na sala de aula, o professor pode atentar-se nas estereotípias e quando as observarem em uma criança, fazer os encaminhamentos com o auxílio da equipe multidisciplinar que atua na escola.

CONCEITOS

A Síndrome de Asperger, também conhecida como transtorno de Asperger, é uma condição dentro do espectro autista que se diferencia do autismo clássico por não incluir atrasos significativos no desenvolvimento cognitivo ou da linguagem. A validade do diagnóstico de Asperger como uma entidade distinta dentro do autismo tem sido questionada, e houve propostas para sua remoção do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), sugerindo sua fusão com outras formas de autismo.

Estudos indicam que a Síndrome de Asperger é mais comum em indivíduos do sexo masculino do que feminino. Muitos adultos com Asperger conseguem levar vidas funcionais e integradas, podendo estudar, obter formação superior e construir carreiras sólidas. Um exemplo notável é Vernon Smith, que recebeu o Prêmio Nobel de Economia em 2002 e é professor universitário.

O termo "Síndrome de Asperger" foi introduzido por Lorna Wing em 1981, em um periódico médico, como uma homenagem a Hans Asperger, um psiquiatra e pediatra austríaco cujo trabalho não foi amplamente reconhecido internacionalmente até a década de 1990. A síndrome foi oficialmente reconhecida pela primeira vez no DSM na sua quarta revisão, em 1994 (DSM-IV).

Segundo o CID-10 (2000, p. 369):

A Síndrome de Asperger é um transtorno de validade nosológica incerta, caracterizado por uma alteração qualitativa das interações sociais recíprocas, semelhante à observada no autismo com um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Ele se diferencia do autismo essencialmente pelo fato de que não se acompanha de retardo ou deficiência de linguagem ou do desenvolvimento cognitivo. Os sujeitos que apresentam este transtorno são em geral muito desajeitados. As anomalias persistem frequentemente na adolescência e idade adulta. O transtorno se acompanha por vezes de episódios psicóticos no início da idade adulta. Este transtorno também é conhecido como psicopatia autística ou transtorno esquizóide da infância.

Apesar do transtorno ou síndrome de Asperger ter algumas diferenças em relação ao autismo, seus sintomas, por vezes, se assemelham a este, pois um dos principais é a dificuldade de interação social, busca pelo isolamento e olhar "perdido", além destes, apresenta falta de empatia, interpretação muito literal da linguagem, dificuldade com mudanças, perseverança em comportamentos estereotipados. No entanto, isso pode ser conciliado com desenvolvimento cognitivo normal ou alto.

Em meio aos grandes nomes ou personalidades da História que possuíam fortes traços da síndrome de Asperger, podemos citar os físicos: Isaac Newton e Albert Einstein, o compositor Mozart, os filósofos Sócrates e Wittgenstein, o naturalista Charles Darwin, o pintor renascentista Michelangelo, os cineastas Stanley Kubrick e Andy Warhol e o enxadrista/xadrezista Bobby Fischer.

O diagnóstico da SA é complexo em virtude de que mesmo através do uso de vários instrumentos de avaliação não existe um exame clínico que a detecte. Os critérios de diagnóstico podem ser avaliados sob o CID-10 da OMS, o de Szatmari, o de Gillberg e o Critério de Descoberta de Attwood & Gray.

Entretanto, há ainda grande controvérsia de SÁ é um transtorno distinto e separado ou se é equivalente ao Autismo de alta funcionalidade, ou mesmo a outras condições.

Ainda temos que considerar que o diagnóstico da SA em indivíduos adultos é uma tarefa difícil e imprecisa, uma vez que indivíduos adultos com Asperger já aprenderam de

forma racional a mascarar os seus erros sociais. Quando distraídos demonstram os sintomas de SÁ, mas se concentrados em uma interação social específica, como o relacionamento com o psicanalista no momento do teste, podem se comportar de forma aparentemente normal.

Além disso, há pouco acordo entre os vários critérios de diagnóstico da síndrome. Um estudo realizado em 2008 comparando quatro conjuntos de critérios (DSM, CID, Gillberg e Szatmari) concluiu que o diagnóstico apenas coincide em 39% dos casos.

Para complicar ainda mais esta questão, os diagnósticos de SÁ são usados indistintamente, complicando as estimativas de prevalência, onde a mesma criança pode receber diferentes diagnósticos, dependendo do método aplicado pelo médico, e vários estudos indicam que quase todas as crianças diagnosticadas com “Síndrome de Asperger” têm na realidade autismo e não SA, tal como é definida no DSM-IV.

Por outro lado, também tem sido argumentado que o diagnóstico de Síndrome de Asperger tornou mais confusa a fronteira entre o autismo e a simples excentricidade, e que, sobretudo quanto o diagnóstico é feito por profissionais pouco preparados, haverá vários casos de falsos positivos.

A partir desse panorama, em 2010, a American Psychiatric Association divulga a proposta para o DSM-V, onde a Síndrome de Asperger desaparece como diagnóstico distinto, passando a estar incluída no autismo.

Estes fatores tornam, portanto, o diagnóstico mais difícil, pois suas características em muito se assemelham com as do autismo clássico, o que pode correr o risco de facilitar os falsos laudos em termos dessa síndrome.

CARACTERÍSTICAS DA SÍNDROME DE ASPERGER

As principais características da Síndrome de Asperger são:

- Interesses específicos e restritos ou preocupações com um tema em detrimento de outras atividades;
- Rituais ou comportamentos repetitivos;
- Peculiaridades na fala e na linguagem;
- Padrões de pensamento lógico/técnico extensivo;
- Comportamento social e emocionalmente impróprio e problemas de interação interpessoal;
- Problemas com comunicação;

- Habilidade de desenhar para compensar a dificuldade de se expressar verbalmente;
- Transtornos motores, movimentos desajeitados e descoordenados;
- Imaginação e criatividade fantasiosa mais reduzida do que uma criatividade com base em fatos reais;
- Frequentemente, com um Q.I. verbal significativamente mais elevado que o não verbal.

Além disso, as características mais comuns e importantes da SA podem ser divididas em várias categorias amplas:

- As dificuldades sociais;
- Os interesses específicos e intensos;
- E as peculiaridades na fala e na linguagem.

Outras características são comumente associadas com essa síndrome, mas nem sempre são tomadas como necessárias ao diagnóstico. Esta seção reflete principalmente as visões de Attwood, Gillberg e Wing sobre as características mais importantes da SA; os critérios DSM-IV representam uma visão ligeiramente distinta. A SA é geralmente camuflada, e muitas pessoas com o transtorno convivem perfeitamente com os que não têm. Os efeitos da SA dependem de como o indivíduo afetado responde à própria síndrome.

SÍNDROME DE ASPERGER E A FAMÍLIA

Sabemos que toda família fica extremamente ansiosa em receber um novo integrante para compor a casa. Todos na expectativa de como este será, quais serão suas características. Quando a família recebe a notícia de seu filho tem alguma deficiência se cai sobre esta, inúmeras perguntas, questionamentos, dúvidas, medos, etc.

A família que tem uma criança com Síndrome de Asperger não é diferente. Talvez pelo desconhecimento a família passe por momentos de muita tristeza e angústia. Porém necessitam buscar ajuda profissional para entender e buscar subsídios para desde cedo auxiliar e estimular a criança acometida pela Síndrome.

Síndrome de Asperger não é doença, mas a criança necessitará de um acompanhamento sistemático talvez por toda sua vida e cabe aos pais disponibilizar este acompanhamento.

A pessoa com SA deve ser aceita, respeitada e auxiliada pela sua família em todos os momentos da vida, constituindo, sobremaneira, a construção de um ambiente

saudável e com características naturais, apesar da deficiência. Entretanto, não tem sido tarefa fácil para os familiares do Asperger, tendo em vista que o mesmo apresenta variadas dificuldades na sua relação com o meio em que vive, tornando mais difícil a sua integração social, porém, não é mais difícil se a família procurar ajuda profissional o mais cedo possível, já que o diagnóstico precoce auxilia no tratamento ou diminuição dos sintomas.

Em todos os momentos da vida dos indivíduos, a família desempenha papel fundamental, onde os laços consanguíneos, bem como as relações afetivas, podem construir um ambiente salutar, dependendo de como a dinâmica familiar se estabelece e, ainda, fortalece as relações sociais das mais variadas formas, constituindo, desta forma, o equilíbrio emocional, afetivo, social e educacional destas pessoas no seio da sociedade.

Apesar da pessoa com SA apresentar suas limitações e dificuldades em suas relações interpessoais, a família pode auxiliar na adequação da realidade destes com o meio em que vivem, mas sempre procurando facilitar sua vida e suas relações, pois o Asperger sente muitas dificuldades para se relacionar. Em torno dessa questão, porém, estão as famílias que pouco conhecem a deficiência, o que torna mais difícil o entendimento do comportamento que seus filhos apresentam.

Neste sentido, o primeiro obstáculo das famílias dos Aspergers é acertar o diagnóstico, pois muitas vezes percorrem verdadeiras maratonas em psicólogos, psiquiatras e neurologistas que chegam a confundir a síndrome com hiperatividade ou déficit de atenção.

Contudo, outro fator importante a ser considerado é o fato de que muitas famílias de crianças com SA sentem dificuldade em aceitar tal deficiência, o que prejudica, a princípio, sua forma de se relacionar, pois com as dificuldades de compreensão da deficiência, aumentam os casos em que a família não sabe como agir diante das necessidades do filho com Asperger. Por isso, é importante o diagnóstico precoce para que a deficiência seja compreendida e, ao mesmo tempo, a família possa procurar auxílio profissional específico, visando facilitar o desenvolvimento educacional de forma geral da pessoa com SA.

Tão importante quanto o papel da família na compreensão dos aspectos positivos e negativos que envolvem a SA, são os mecanismos educacionais pessoais que esta deve construir no lar da criança Asperger, como por exemplo, o incentivo aos cuidados pessoais e individuais em prol da saúde e autonomia desse indivíduo. Mas, para que o papel da família seja eficaz, é necessário que a busca por melhores condições de vida do Asperger seja o tempo todo reforçado objetivando alcançar os melhores resultados

possíveis no convívio familiar e social dos envolvidos. Do ponto de vista da participação familiar no desenvolvimento de estratégias que facilitem o comportamento da criança com SA, estão as formas naturais de se comunicar, envolvendo fatores de natureza sócio comportamental, a paciência e o carinho dos parentes do Asperger.

Assim, diante das dificuldades enfrentadas pela família, a aceitação e o respeito ao filho com Asperger é o primeiro passo na busca da felicidade de todos os familiares, fazendo com que o amor seja a mola propulsora da harmonia no lar dessa criança, mesmo sabendo que suas limitações ainda o impedem de conviver de forma natural com as pessoas, tanto em casa quanto na escola ou na sociedade como um todo.

Frente a este desafio, sabemos que a família é o primeiro grupo social que fundamenta os princípios e valores de respeito, amizade afeto, entre outros aspectos importantes na vida das pessoas, sejam estas deficientes ou não. De acordo com essa assertiva, o afeto é o primeiro elo entre mãe e filho, o que tem o poder de superar qualquer dificuldade, seja esta de natureza orgânica ou psíquica.

Diante deste quadro, Winnicott (1983, p. 58) afirma que a mãe é a figura que constitui um papel importantíssimo no desenvolvimento da afetividade de crianças com ou sem deficiência, quando revela que [...] há um desenvolvimento emocional "primitivo", cujos efeitos, segundo ele, são de importância crucial para o indivíduo por se estenderem para além da infância.

Muitos problemas da fase adulta estariam vinculados a disfunções ocorridas entre a criança e o "ambiente", representado geralmente pela mãe. Vem daí a ideia da "mãe suficientemente boa", que segundo o autor (ibidem) aquela cuja percepção - consciente ou inconsciente - das necessidades do bebê a leva a responder adequadamente aos diferentes estágios do desenvolvimento dele. Isso faz com que se crie um ambiente - nomeado por ele de holding (cuja melhor tradução para o português, seria "colo") - propício a um processo de formação de um ser humano independente. "O holding é o somatório de aconchego, percepção, proteção e alegria fornecidos pela mãe", diz ele. Começa como algo vital, como o oxigênio e a alimentação, e se dilui conforme o bebê cresce.

Apesar desta característica winnicottiana responder pela adequação de um ambiente onde a criança possa melhor se desenvolver, há muitos outros aspectos que podemos analisar, do ponto de vista da família. Em primeiro lugar, a família do Asperger precisa aceitar o seu filho com a síndrome, em segundo lugar, a família precisa de um diagnóstico preciso e confirmador para em seguida tomar as suas medidas mais adequadas em relação à condução dos comportamentos entre seus membros, para

então, poder facilitar o ambiente da criança e não a constranger pela “diferença” que carrega em si. Em terceiro lugar, é necessário que, diante do diagnóstico, a família possa desenvolver atitudes positivas em relação ao filho com SA, onde o carinho, o respeito e o amor possam ser construídos ao longo da sua vida, permitindo assim, o melhor desempenho possível das suas atividades cotidianas, evitando, desta forma, os conflitos em torno do comportamento isolado do Asperger. Por isso, um dos primeiros obstáculos dessas famílias é acertar o diagnóstico. Muitas vezes percorrem verdadeiras maratonas em psicólogos, psiquiatras e neurologistas que chegam a confundir a síndrome com hiperatividade ou déficit de atenção, pois “são sintomas sutis e muitas vezes os pais não identificam porque acham que é o jeito da criança”.

Diante desse quadro, fica difícil para a família poder caracterizar uma síndrome que desconhecem ou que conhecem muito pouco em seu filho, em meio a tantas contradições, o que requer, por parte dos profissionais da saúde, um olhar atento e cuidadoso na hora de diagnosticar essa síndrome.

Contudo, hoje já se observa manifestações positivas em torno da SA, principalmente quando esta é bem assistida, tanto por profissionais capacitados, quanto da família que procura entender cada vez mais seu filho e a síndrome que ele carrega.

Não podemos deixar de salientar que em posse do diagnóstico é imprescindível que ao matricular o filho na escola, a família esteja informando sobre a Síndrome da criança e como conhecedora das características que acometem o seu filho ou filha, estejam, se possível, passando o maior número de informações para a escola, coordenadores, professores e cuidadores, para que estes, possam, da melhor maneira possível auxiliar a criança com SA no processo de aprendizagem escolar e nas relações sociais que virão a acontecer na escola.

Se houver uma parceria harmoniosa entre família e escola com certeza o desenvolvimento escolar e social da criança com Síndrome de Asperger acontecerá de forma mais significativa.

OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA

Depois de refletirmos sobre a importância da parceria entre família e escola, chegou a vez de pensarmos como será a participação das crianças com SA na escola. Será que por ser portador de deficiência, a criança necessariamente não vai aprender? Muito pelo contrário, nem todos apresentam comprometimento cognitivo e muitos deles se destacam por meio das inteligências múltiplas.

A história, por muitos anos, mostrou que a deficiência costumeiramente foi considerada um impeditivo para a aprendizagem escolar (MAZZOTTA, 2001). Na contramão desta perspectiva, vêm à nossa mente pessoas ilustres, como Antônio Francisco Lisboa, conhecido como Aleijadinho por causa da doença que sofreu e o deformou sem piedade.

Considerado um dos mais importantes artistas da História do Brasil em pleno ciclo do ouro no século XVIII, Aleijadinho encantou a sociedade colonial com suas esculturas e obras de arquitetura. Nem mesmo a doença, que foi lhe tirando os movimentos do corpo aos poucos, impossibilitou o trabalho do gênio do Barroco mineiro. Considerado atualmente o mais importante artista plástico desse estilo, ele mostrou que sua limitação física não era obstáculo à produção do seu talento.

Lembramos também de Beethoven, que foi um dos maiores gênios da música de todos os tempos. Consolidada sua fama como pianista explosivo e inovador, aos 30 anos começou a compor. Sua sinfonia nº 3, Heróica, foi um ponto de mudança radical na história da sua música e na sua vida de um modo geral. Sua genialidade passou a ser reconhecida.

Mesmo surdo, por incrível que pareça, Beethoven continuou tocando piano, regendo orquestras e, sobretudo, compondo. Vale ressaltar que suas obras mais famosas foram compostas quando ele estava parcialmente surdo e, sua obra-prima, a nona sinfonia, Coral, foi composta quando ele já estava totalmente surdo, não podendo ouvir sua própria música.

O tenor, compositor e produtor musical Andrea Bocelli que, desde o nascimento, possuía evidentes problemas de perda de visão e, após vários estudos clínicos foi diagnosticado com glaucoma, perdeu definitivamente a capacidade de ver após ser atingido por uma bola enquanto jogava futebol. Com sua deficiência visual, podemos citar também o gênio — e provavelmente o maior pianista do século —, Glenn Gould, que era portador da Síndrome de Asperger. Entretanto, todas estas pessoas, para além de suas limitações, muitas vezes impostas por um entendimento equivocado de deficiência, também escreveram suas histórias. (GOERGEN, 2013).

Neste sentido, concordamos com a ideia de Vasques (2011) quando nos diz que:

“O homem [num contexto macro] pode ser lido. A vida humana é análoga a um texto. A hermenêutica contemporânea estende esta noção para todos os campos da existência humana. Assim como um texto, a vida expressa sentimentos construídos através da leitura, da interpretação e da compreensão. Dessa maneira, a leitura torna-se uma metáfora para problematizar a pluralidade das formas de ser e estar, incluindo fenômenos sociais, culturais,

educacionais, subjetivos. Somos todos livros/textos inacabados à espera de leitores generosos” (VASQUES, 2011, p. 2).

No âmbito desta reflexão, pensar o desenvolvimento humano como processo de apropriação histórico-cultural difere de pensá-lo como processo de atualização de capacidades já potencialmente dadas desde o nascimento, dependendo apenas do aspecto maturacional, e de analisá-lo exclusivamente do ponto de vista de mudanças quantitativas, como processos de aquisições cumulativas, hierarquicamente organizadas, configurando um repertório que se amplia de forma gradual e linear (VYGOTSKY, 1994).

Rocha (2000) afirma que a Teoria Histórico-Cultural entende que o desenvolvimento humano representa um processo complexo e dialético, caracterizado por desproporcionalidade no desenvolvimento de várias funções, complexas combinações de processos de evolução e involução, complexas misturas de fatores externos e internos, e pelo processo de adaptação e de superação de dificuldades.

Neste sentido, podemos inferir que o desenvolvimento não está pronto, que o humano é um sujeito em constante constituição. Esta concepção foi amplamente defendida por Vygotsky (1994), que ensina, em sua obra, que não há um sujeito epistêmico que atravessa fases fixas do desenvolvimento, pois este é concebido de forma não linear e está amparado na aprendizagem que o meio sociocultural oportuniza. Sendo assim, no processo de educação, quanto mais conhecermos as possibilidades dos nossos alunos e assim os estimularmos, teremos resultados que por muitas vezes nos surpreenderão.

Neste contexto, nos desafiamos, neste trabalho, a olhar pessoas com Síndrome de Asperger que, assim como Aleijadinho, Beethoven, Glenn Gould e Andrea Bocelli, também têm um conjunto de características que foram socialmente construídas sobre eles. São pessoas que podem apresentar processos diferenciados na comunicação e na interação com o outro, mas que a Teoria Histórico-Cultural de Vygotsky ajuda a compreendê-los como sujeitos complexos, singulares, que possuem várias questões a serem desvendadas, que podem não falar dentro dos padrões que nós construímos, mas que podem produzir outras possibilidades de comunicação. São sujeitos que não simbolizam o mundo dentro dos métodos, estratégias convencionais, mas que podem constituir outras maneiras de simbolizar e entender o mundo, relacionando-se com seus pares, consigo mesmos, com seus afetos e desafetos.

Cabe então aos educadores, de posse de todo o conhecimento que for possível a respeito do aluno e da síndrome que o acomete, esteja sempre estimulando, o

desafiando, possibilitando novas aprendizagens e construindo um saber que seja para todos de muito valor com resultados surpreendentes.

A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O PAPEL DA ESCOLA

A pessoa com deficiência carrega muito o “não”: não enxerga, não anda, não ouve, não fala, não se socializa, dentre tantas outras construções sociais que poderíamos, aqui, elencar.

Esse conjunto de conhecimentos produzidos socialmente sobre o sujeito com deficiência é que precisa ser visto como algo que ajude a pensar sobre ele, mas não como uma situação que não nos permite avançar. Podemos considerar que o sujeito com deficiência não fala convencionalmente, mas que há outras maneiras que podemos utilizar para que ele se comunique. Já temos um conjunto de conhecimentos produzidos sobre as pessoas com deficiência, mas é possível criar outros, através de um contínuo questionamento, para entender melhor esse sujeito que está em constante desenvolvimento. E assim deve ser na sala de aula e na escola. O professor deve conhecer seu aluno para poder possibilitar a ele atividades que sejam favoráveis ao seu desenvolvimento.

Neste sentido, o processo de inclusão convida a olhar a pessoa com deficiência de outra maneira, na busca pelos seus potenciais. É justamente por fazer uma aposta nestes sujeitos, e tentando investigar o processo de aprendizagem, que objetivamos pensar o impacto da escola no desenvolvimento dessas pessoas, que não podem ser vistas como sujeitos limitados pelas deficiências que apresentam. É preciso desvendar quem é esse sujeito, como e em que condições ele aprende, e como produzir nele o desejo de aprender. Já vimos que as crianças, jovens e adultos com Síndrome de Asperger podem com certeza ter um processo de desenvolvimento bastante satisfatório quando estimulados.

Destarte, surgem os seguintes questionamentos: Qual o papel da escola comum para o trabalho pedagógico com pessoas com deficiência? Será que a escola é o único espaço onde a aprendizagem do conhecimento sistematicamente produzido pode acontecer? Essas e outras questões têm feito parte de nossas preocupações e têm dado a tônica de nossas pesquisas (DRAGO, 2012).

Partindo da perspectiva de que a escola e a sala de aula são lugares do processo de ensino-aprendizagem, temos, nesta teia, uma grande diversidade de alunos que aprendem em locais diferentes, tanto dentro da própria escola e sala de aula, quanto em

outros locais, além da escola e sala de aula. Contudo, a escola, a todo instante, busca a homogeneização, enquadrando os sujeitos nas amarras institucionais, não atendendo, assim, às suas especificidades e diferenças individuais, o que pode gerar uma relação paradoxal entre inclusão e exclusão, em grosso modo. Hoje não se pode mais pensar desta forma. As crianças aprendem cada um do seu jeito e no seu tempo, e assim é também com as crianças com deficiência.

Entendendo que a escola é um espaço social pensado para ter acesso ao conhecimento e para troca de experiências, entendemos que ela precisa se adaptar para atender a todos os sujeitos que dela participam, inclusive aqueles que demandam maior apoio no processo educacional. Assim, é necessário repensar uma abrangente educação inclusiva. Se Vygotsky (1994) afirma que o sujeito se desenvolve pelo acesso à cultura, a escola é o espaço pensado para garantir que uma geração mais nova se aproprie do conhecimento que as gerações anteriores deixaram. O trabalho da escola, neste sentido, sempre é intencional.

Nesta perspectiva, a educação inclusiva tem, como características principais, o ensino para todos, a qualidade de ensino, e a permanência na escola regular. Portanto, o desenvolvimento do trabalho pedagógico cotidiano em sala de aula é um fator essencial, que necessita estar fundamentado em bases sólidas, tanto teóricas quanto práticas para, assim, formar um indivíduo integrado à sociedade que o cerca.

A Educação Especial objetiva garantir constitucionalmente o direito de todo cidadão a frequentar a escola. Para ele, a escola precisa respeitar as características/individualidade de cada discente, e cumprir seu papel social, tornar-se um espaço de convivência com a diversidade e com as singularidades dos sujeitos, sejam ou não possuidores de alguma deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este estudo sobre a Síndrome de Asperger, sentimos uma gratificação em ampliar nosso entendimento sobre um tema tão relevante. É crucial reconhecer que, no contexto das instituições escolares, podemos encontrar alunos com essa deficiência e, portanto, estamos mais preparados para contribuir efetivamente para o aprendizado deles.

Ficou evidente a importância de um diálogo aberto e de uma parceria sólida entre Escola e Família para o sucesso educacional da criança com SA. Este estudo destaca um movimento transformador na educação, especialmente em relação à inclusão de pessoas

com deficiência nas escolas regulares. É um direito constitucional fundamental garantir a todos o acesso à educação, e a educação inclusiva é parte essencial dessa jornada.

Ao identificar as dificuldades enfrentadas e as oportunidades de avanço na educação de alunos com Síndrome de Asperger, percebemos a necessidade contínua de adaptação e melhoria por parte das escolas para atender às necessidades individuais de cada aluno, com ou sem deficiência.

Neste novo cenário educacional, os educadores têm o desafio de reinventar suas práticas pedagógicas para integrar todos os alunos de forma eficaz e inclusiva. Apesar das inseguranças e dificuldades enfrentadas, muitos professores estão empenhados em aprimorar suas abordagens para melhor atender às necessidades diversificadas de seus alunos.

Portanto, é essencial reconhecer que a educação inclusiva ainda está evoluindo nas escolas e requer tempo, recursos adequados e compromisso de todos os envolvidos para ser verdadeiramente eficaz. A escola desempenha um papel crucial em facilitar o desenvolvimento social e educacional dos alunos com Síndrome de Asperger, em colaboração estreita com suas famílias.

Em conclusão, enfrentamos desafios significativos na jornada rumo a uma educação mais inclusiva e socialmente responsável para pessoas com deficiência, incluindo aqueles com Síndrome de Asperger. É fundamental promover uma mudança de paradigma nas escolas, afastando-se de práticas conservadoras e preconceituosas, em favor de uma abordagem que valorize e apoie a diversidade em todas as suas formas.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Política pública de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, 2008.

DRAGO, R. Síndromes: conhecer, planejar e incluir. Rio de Janeiro: WAK, 2012.

DSM-IV (1995). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. Porto Alegre: Artes Médicas.

GEORGEN, S. M. Para entender a Síndrome de Asperger. Porto Alegre: Artmed. Revista Pátio, nº 65, Fevereiro 2013.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 5. ed. – São Paulo: Cortez, 2001.

OMS - Organização Mundial da Saúde. CID-10 Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. 10a rev. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2000.

ROCHA, M. S. P. de M. L. **Não brinco mais: a (des) construção do brincar no cotidiano educacional.** Ijuí: Ed. INIJUÍ, 2000.

VASQUES, C. K. **Uma leitura sobre o atendimento educacional de alunos com transtornos globais do desenvolvimento: diálogos sobre o acontecer da compreensão.** In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL, 6, 2011, Serra. Anais... Serra: UFES, UFGRS, UFSCar, 2011.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.

WINNICOTT, D. W. 1965b: **O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

A FORMAÇÃO DO DOCENTE ALFABETIZADOR



Márcia Regina Leão Acosta Brochieri

Formada em Pedagogia, com Pós-graduação em Educação em Tempo Integral; Arte de Contar Histórias e Arte Terapia.



Miriam Souza Maciel

Formada em Pedagogia, com Pós-Graduação em Neurociência da Educação; ABA - Análise do Comportamento Aplicado ao Autismo e Inteligência Emocional no Ambiente Escolar.

RESUMO

O artigo colabora para a formação inicial concreta para professores que desejam atuar, em especial na alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental. A função da pesquisa na formação continuada como forma de contribuir para aprimorar os resultados e alertar para riscos de modismos na educação, acabando, assim, de privarmos os nossos alunos da verdadeira aprendizagem, ressaltando que desde o início a aprendizagem deve ser significativa para atingirmos qualquer objetivo de conteúdo. A educação deve acompanhar o processo de mudança que a sociedade exige como contribuição para a formação de novos cidadãos, e com isso, muito se tem discutido a respeito da formação inicial e continuada de professores, sendo a segunda vista com maior preocupação, por ser esta a responsável pela atualização dos conteúdos e conceitos. Por vivermos em uma época de muitas transformações e incertezas a respeito do que é certo e errado a partir do ato de lecionar, cada vez mais é exigido do professor uma formação inicial e continuada de qualidade para sua valorização profissional e também para que assim seja valorizado o seu ato pedagógico.

Palavras-chave: Formação Docente; Alfabetização; Ensino.

INTRODUÇÃO

Descrevendo a formação docente, principalmente dos anos iniciais e destacando a aquisição da criança na leitura e escrita, a formação continuada do docente também se faz necessária para esclarecer e analisar os pontos que são necessários para as mudanças na escola, abandonar o tradicional e não correr o risco de imitações.

Desde a década de 80, as discussões sobre a formação de professores se intensificaram em decorrência das mudanças que permearam (e ainda permeiam) o pensamento educacional e, conseqüentemente, a formação de professores. Então, na atualidade (mais precisamente, desde a década de 90 do século XX), a formação de professores é considerada um processo contínuo de profissionalização, sendo a formação inicial apenas o primeiro momento.

DESENVOLVIMENTO

Desde a década de 80, as discussões sobre a formação de professores se intensificaram em decorrência das mudanças que permearam (e ainda permeiam) o pensamento educacional e, conseqüentemente, a formação de professores. Então, na atualidade (mais precisamente, desde a década de 90 do século XX), a formação de professores é considerada um processo contínuo de profissionalização, sendo a formação inicial apenas o primeiro momento. A profissão docente, nos dias de hoje, exige que o professor:

Lide com um conhecimento em construção – e não mais imutável – e que analise a educação como um compromisso político, carregado de valores éticos e morais, que considere o desenvolvimento da pessoa e a colaboração entre iguais e que seja capaz de conviver com a mudança e a incerteza (MIZUKAMI, 2002, p.12).

Segundo Freire (2011), uma prática docente alicerçada por reflexões, críticas, pesquisas, são aspectos necessários e indispensáveis durante o processo de formação inicial e continuada. É necessário que o professor tenha consciência de que, ao ensinar, não está apenas transmitindo conhecimento, mas também anunciando possibilidades para que esses conhecimentos sejam construídos. Explica que “não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que as conotam,

não se reduzem a condição de objetivo, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (2011, p. 25), e argumenta, ainda, no que diz respeito à formação permanente, na qual se espera com grande relevância a reflexão crítica sobre a prática. O educador, enquanto educador, enquanto quem ensina, e quem pratica o ensinar, supera a si mesmo quando na reflexão crítica acerca da sua prática se vê capaz de mudar e se desenvolver (FREIRE, 2011).

Para Freire (2011, p. 25), “o professor, ao exercer seu papel, deverá considerar a necessidade de pesquisar, pois, ao pesquisar, poderá constatar, constatando, poderá intervir, intervindo, poderá educar e se educar”. Assim, pesquisar é importante para investigar a realidade em que está inserido, bem como a de seus alunos. O alfabetizador deve buscar, com o seu trabalho, conhecimento sobre a linguagem, pois os alunos fazem parte desse processo comunicativo. É fundamental reconhecer que o processo alfabetizador é um processo de interação com a língua, em que os alunos se tornam produtores e realizam ações de reflexão sobre a linguagem.

Ainda como parte de uma boa formação, e sabendo que sempre haverá situações que não existem soluções imediatas, mas que ao professor cabe alguns princípios fundamentais no desenvolvimento de aulas significativas e de aprendizado realista, tal como: O respeito aos educandos, e como sugestão, promover discussões com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Ou seja, aproveitar as experiências dos alunos para o desenvolvimento da aula (FREIRE, 2011 p.31).

Outro aspecto é o da prática ética da educação,

[...] a prática educativa tem de ser, em si, um testemunho rigoroso de decência e de pureza. Não é possível pensar em seres humanos longe sequer, da ética. É considerado uma transgressão mulheres e homens estarem longe da ética no exercício da prática educativa. (FREIRE, 2011 p. 34).

SCHÖN (1995, p. 83), explica três diferentes aspectos que integram o pensamento prático.

Reflexão na ação: evidencia – se no saber fazer. Permeia os conhecimentos que um professor possui ou alcança ao longo de sua experiência ou reflexões profissionais vivenciadas ao longo da realização de seu trabalho. Reflexão sobre a ação: é pensar sobre o que faz ao mesmo tempo em que atua. A reflexão sobre a ação e sobre a reflexão na ação: é uma análise realizada pelo professor, a posteriori, sobre sua ação. A partir dessa análise, o professor pode analisar sua prática e reconstruí-la a partir da compreensão de tal análise.

Segundo Garcia (2003), o trabalho de formação de professores alfabetizadores visa ajudar o professor a desenvolver suas metodologias de pesquisa e atuação docente, ajudando este professor alfabetizador a se transformar em professor pesquisador, que pesquisa seu próprio ambiente de trabalho e quais metodologias se encaixam melhor, seu desempenho como profissional e a sua posição frente aos obstáculos presentes, colocando a teoria em prática e analisando se este processo está dando certo. Fornecer instrumento teórico indispensável para que o professor possa mudar as lentes com que foi ensinado a olhar os seus alunos e melhor compreendendo, possa contribuir para uma efetiva aprendizagem de todos.

O olhar do professor alfabetizador deve sempre estar atento, saber olhar com um olhar novo sem vícios anteriores e saber ouvir os alunos de uma forma nova buscando um significado para cada fala e para cada olhar, cada expressão facial e corporal do aluno é uma busca incessante do professor pesquisador, ele deve estar sempre atento para o *feedback* fornecido pelo aluno, pois a criança traz para a escola uma visão sincrética da realidade, construída a partir de suas vivências cotidianas, de modo que seus conhecimentos estão referenciados no contexto do qual faz parte, sendo guiado essencialmente pelos sentidos (GARCIA, 2003). “As crianças vivem em um mundo de imaginação e sentimento... Elas aplicam a forma que lhes agrada ao objeto mais insignificante, e veem nele tudo o que desejam ver” (OEHLENSCHLAGER, 1857, *apud* PAPALIA, OLDS, FELDMAN, 2013, p. 239).

A leitura significativa faz com que o aluno aprenda sendo ele uma criança ou um adulto, ler por ler porque lhe foi recomendado não acrescentará muito em seu conhecimento, pois a leitura descontextualizada não será incorporada às redes de conhecimento já existentes do aluno. Para isso, o direcionamento e a intervenção docente se fazem necessárias em toda a prática pedagógica, para ajudar o aluno a avançar em seus processos de significados e de leitura de si e do mundo (GARCIA 2003). O aluno, para que possa incorporar a prática a seus circuitos de aprendizagem, necessita desta intervenção do pedagogo a fim de estimular a curiosidade e os impulsos que o causam alvoroço para fazê-lo e absorvê-lo de forma concreta. “O exercício da curiosidade convoca a imaginação, a intuição, as emoções, a capacidade de conjecturar, de comparar, na busca da perfilização do objeto ou do achado de sua razão de ser” (FREIRE, 2011, pg. 53).

A nossa sociedade é excludente não apenas de bens materiais, mas também de bens culturais e espirituais, e sendo o professor vindouro de uma classe subalterna, como iria conseguir socializar seus alunos se a ele também foi negado esse direito de acesso a

esses bens? Você só pode dar o que você tem, e o que o professor tem é o mínimo do mínimo de conhecimento; isto é, o que a elite quer que seja reproduzido, professores despreparados que não tiveram acesso à Cultura Universal para reproduzir uma classe subalterna alienada a estes saberes (GARCIA,2003).

O professor que foi escolarizado no modelo tradicional onde não havia espaço para criar e sequer pensar como produzir seu próprio conhecimento tornou-se um profissional engessado que apenas segue os modelos pré-estabelecidos sem os questionar, por não ter aprendido uma postura crítica durante o seu processo de escolarização, foi podado em todos os sentidos tanto crítico quanto de criação. Esse profissional se vê em apuros quando não tem um manual em suas mãos para reproduzir um modelo de repetição sem pensar sem criticar se aquele modelo é o certo ou não (GARCIA, 2003).

Conforme afirma Garcia (2003), o professor que não pensa de forma crítica o seu ato pedagógico, só reproduz o que aprendeu, o que é de regra e que é imposto por seus superiores. Os cursos de formação de professores servem exatamente para isso, para repensar a prática pedagógica, e muitas vezes o professor ou a professora se recusa a fazer esse exercício de repensar sua prática e perceber suas falhas como profissional muitas vezes por medo de ter que mudar e de não saber como se deve fazer esta mudança tão necessária. Freire (2011) retrata sobre a condição de se construir criticamente uma liberdade, uma liberdade que na posição de educador pode ser retratada como uma visão de si mesmo e de sua reprodução automatizada de práticas cômodas, de reprodução conceitual dissertadora. Exige, assim, que o educador pratique uma educação que o permita superar a falsa consciência do mundo, enquanto se faz sujeito do seu próprio processo (FREIRE, 1987).

Discutir a ação mecânica do professor que costuma ter uma rotina de ensino engessada, e instigá-lo à uma busca de como fazer para sair da rotina e ter um novo enfoque, uma nova forma de se aplicar a alfabetização, sabendo que esta mudança é um trabalho difícil por não se saber como fazer, é um desafio, para isso é necessário que o professor tenha espaço para ousar, coragem para sair dos limites do já conhecido e se confrontar com seus próprios desconhecimentos, se aventurar é fundamental, abrir mão do seguro caminho das certezas aprendidas e lançar-se no desafiador e envolvente mar de conhecimentos por construir (GARCIA, 2003). “Para que a educação não fosse uma forma política de intervenção no mundo era indispensável que o mundo em que ela se desse não fosse humano” (FREIRE, 2011pg. 69).

O papel da pesquisa na formação do professor é torná-lo reflexivo, crítico e ajudá-lo na prática. Nem sempre quem ensina é um bom pesquisador e vice-versa, pois cada um exige habilidades diferentes. A prática de ensino e a atividade de pesquisa são complexos e devem estar juntas (SANTOS, 2011).

A investigação teórica é cansativa, mas é o único caminho que possibilita esclarecimentos diante das dificuldades que os professores encontram em sua rotina escolar. A finalidade da pesquisa é mostrar novos caminhos e esclarecimentos frente a situações diversas e nunca um manual (MIRANDA, 2011).

A reforma educacional que se pretende, não está somente na qualificação profissional do professor; tanto o professor, a pesquisa e o sistema de ensino não são individuais e solitários e a desvalorização social do professor é um grande problema a ser enfrentado, porque muitos acabam optando por capacitações. Segundo Lerner (2002) são capacitações em efeito cascata, poucos organizam o curso e aplicam para o dobro de pessoas, esse dobro de pessoas capacitam mais pessoas e assim sucessivamente, quando os últimos fazem o curso toda a essência da primeira organização já se perdeu.

A pesquisa deveria ser em conjunto com quem pesquisa e quem está na área, só que existe resistência por parte principalmente das escolas pois acham cansativo o levantamento de dados e registros (MARLI, 2011).

Segundo Marli (2011), toda essa preparação e graduação inicial, continuada e constante, refletirá nos futuros discentes, e particularmente numa reflexão do trabalho docente, que deve ser uma ação constante do profissional.

Garcia (2003), faz uma reflexão da prática de ensino e como está sendo transferido o saber para o aluno e será que está tendo para ele algum significado esse “aprender”. É necessário parar e fazer uma reflexão sobre a formação de professores e analisar as formas de ensinar.

O nosso país já tem histórico de que a educação, a cultura, a arte só chegam para aqueles que são privilegiados, mas e o restante da população não necessita de uma educação de qualidade, de ter acesso à cultura, às artes e a outros eventos que venham enriquecer a sua bagagem cultural? (GARCIA, 2003).

A reflexão é sobre a atitude para com os alunos dentro da sala de aula, conhecer o aluno e saber a comunidade que ele está inserido, levar em consideração o que esse aluno já sabe, pois todos chegam na escola com algum tipo de conhecimento. Fazer experiências e estudos que tenham um significado, um objetivo claro para os alunos, investigar, perguntar para as crianças o tema que elas querem trabalhar, levantar uma pesquisa junto com elas para todos juntos fundamentarem o conhecimento. Tornar este

momento de aprendizagem de construção de conhecimento rico para a criança e para o professor também (GARCIA, 2003).

É necessária uma mudança radical sobre as formas de ensinar e aprender, não ter medo do que vai encontrar, das barreiras que juntos irão encontrar. Os alunos têm sede de mudança e necessitam urgente de professores reflexivos e pesquisadores, buscando sempre um embasamento teórico para transformar a sala de aula em seu laboratório prático e essa prática será fundamental para a mudança (GARCIA, 2003).

O professor alfabetizador tem que explorar tudo o que as crianças produzem e a escola tem que ser um lugar privilegiado para plantar a semente do aprender e com isso reconhecer a criança como alguém que está sempre indagando e procurando respostas para tudo o que vê, ouve ou toca, e através dessas indagações ela vai produzindo o seu conhecimento sobre o mundo (GARCIA, 2003).

A alfabetização em termos escolares vem acompanhada com letramento, pois não é apenas uma aquisição de técnica, é usá-la em sua vida. A língua é um sistema que se estrutura no uso, escrito e falado, sempre contextualizado. E a condição básica para o uso escrito da língua, que é a apropriação do sistema alfabético, envolve, da parte dos alunos, aprendizados muito específicos, independentes do contexto de uso. E é dentro desse contexto que atua o professor alfabetizador das séries iniciais do ensino fundamental (Pró-letramento, 2007 p. 15- 20).

O professor alfabetizador concilia a alfabetização e o letramento para assegurar aos alunos a apropriação do sistema alfabético-ortográfico e condições que possibilitem o uso da língua nas práticas sociais de leitura e escrita (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007).

O professor alfabetizador em sua formação inicial e continuada deve ser claro às hipóteses a construção da aquisição da escrita e da fala. Atualmente tem-se dado grande importância ao construtivismo, que no início não se destacou a importância do professor para mediar o conhecimento do aluno, deixando e acreditando que ele construía sozinho (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007). O educador tem o papel de preparar a curiosidade daquele a sofrer sua intervenção. Seu papel na educação do aluno não se limita a deferir conteúdo ininterruptamente, a transferir conteúdo sem se indagar acerca da compreensão ou não do aluno. Há de ser metodicamente crítico quanto à absorção do aluno, se permitindo estabelecer uma comunicação entre professor e aluno que torne claro a concepção objetual que o aluno virá a adquirir, que torne palpável para o aluno, na condição em que ele se encontrar, a sua própria capacidade de integração do

aprendizado. Age, desta forma, como um mediador para a assimilação da escrita e da fala (FREIRE, 2011).

As práticas de ensino não se resumem em uma postura positiva do professor diante do aluno. Vão além, é muito complexa a aquisição da leitura e escrita para a criança, para o professor alfabetizador desde sua formação inicial ele só conhece e fica claro diante de sua atuação em sala de aula (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que o ato reflexivo no processo de formação e na prática pedagógica constitui razões fundamentais para a produção de conhecimento e transformação do contexto escolar. A postura reflexiva do professor a partir de sua prática deve ser um ato rotineiro e integrado à sua prática diária, sendo este ato reflexivo uma ferramenta usada pelo professor para se ter um aprimoramento de sua ação docente e assim se obter o resultado esperado. Não há como separar teoria da prática, as duas estão ligadas e o professor deve fazer essa relação para superar os obstáculos perante o seu ato pedagógico.

Sendo o professor protagonista fundamental do processo educativo, é cada vez mais solicitado a dar resposta a questões que lhe são colocadas e para os quais não recebeu uma formação adequada. Por fim, embora a reflexão venha se tornando uma exigência para o ato docente, esta prática é vista como um trabalho difícil, porém, não impossível, o professor deve se desprender de seus pontos de vista fixos e rever toda a sua prática a partir de uma nova ótica sem vícios para que assim, com um novo método, possa alcançar seu objetivo esperado.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. Campinas: Papyrus, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARCIA, Regina Leite. **A formação da professora alfabetizadora: reflexões sobre a prática**. São Paulo: Cortez, 2003.

LERNER, Delia. **Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Pró-letramento: Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries iniciais do Ensino Fundamental: alfabetização e linguagem.** ed. rev. e ampl. incluindo SAEB/Prova Brasil matriz de referência/ Secretaria de Educação Básica - Brasília: 2007.

PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento humano.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: **Introdução aos parâmetros curriculares nacionais/Secretaria de Educação Fundamental.** 2ed – Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SCHÖN, Donald. **A didática e formação de professores-formação inicial e continuada.** Unidade 4. 1995 p.83.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS E ALIANÇAS ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA



Carolina Maurício de Oliveira

Licenciatura Plena em Pedagogia e em Educação Física, com Pós-graduação em Psicomotricidade, Gestão Escolar, Educação Especial, Educação Física Escolar, Novas Tecnologias e TDAH.



Paulo Vitor Alexandrino

Graduação em Educação Física e Licenciatura Plena em Pedagogia, com Pós Graduação em Psicopedagogia Institucional e Clínica; Jogos e Brincadeiras na Educação Básica e em Psicomotricidade.

RESUMO

A escola e a família são interdependentes e uma não deveria existir sem a outra. Ambas têm o objetivo comum de proporcionar o melhor futuro para o filho e educando, e, conseqüentemente, para toda a sociedade. A participação ativa dos pais no cotidiano escolar é um fator crucial para os bons resultados na educação, colaborando com o trabalho diário dos professores e demais profissionais da escola. Contudo, poucas escolas conseguem estabelecer uma relação próxima com os pais ou promovem ações nesse sentido. No dia a dia escolar, muitos desafios surgem, especialmente no atendimento a estudantes com necessidades especiais. Esses desafios são enfrentados pela família, escola e profissionais envolvidos, o que aumenta a dificuldade na aprendizagem desses estudantes, refletindo-se em problemas significativos na aquisição e uso da escrita, fala, leitura e raciocínio. As diferenças estão se tornando cada vez mais presentes além dos "muros" educacionais, permitindo que os estudantes sejam incluídos social, emocional e cognitivamente em nosso contexto social. Apesar dos avanços, o caminho não foi simples. Foi necessário construir alicerces sólidos e moldar estruturas para alcançar o nível de inclusão que temos hoje, e ainda há muito a ser feito para

completar essa construção. Além disso, a inclusão plena continua a ser um grande desafio.

Palavras-chave: Inclusão; Escola; Família.

INTRODUÇÃO

Antes do século XX, a ideia de inclusão era inexistente e a maioria das pessoas não tinha direito ou condições de frequentar a escola. A luta pelos direitos de igualdade social das pessoas com deficiência marcou o início da inclusão escolar na nossa sociedade, refletindo a íntima relação entre direitos conquistados e educação.

Nos anos 70, algumas escolas começaram a aceitar alunos com deficiência em salas comuns, desde que eles se adaptassem aos métodos de ensino. No entanto, essa adaptação dependia exclusivamente dos alunos, o que raramente acontecia. Somente após a nova Constituição Federal de 1988 é que os primeiros movimentos em direção à educação inclusiva começaram a se concretizar no Brasil, estabelecendo uma única educação para todos.

A Declaração de Salamanca, de 1994, foi um marco significativo para a educação inclusiva. Baseada em várias declarações da ONU, ela promoveu a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência. O Projeto de Resolução CNE/CEB 02/2001 reforçou essa visão, estabelecendo que as escolas da rede regular devem proporcionar condições para a reflexão e elaboração teórica da educação inclusiva, com protagonismo dos professores.

A Lei de Diretrizes e Bases de 1996 também foi crucial, estabelecendo serviços especializados nas escolas regulares para atender crianças com qualquer tipo de deficiência. Essa lei destacou a importância de transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo a formação de gestores e educadores para garantir o direito de todos à escolarização, à organização do atendimento educacional especializado e à promoção da acessibilidade.

Em 2004, o Ministério Público Federal divulgou o documento “Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular”, reafirmando o direito e os benefícios da inclusão de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular. O Decreto nº 5.296/04 regulamentou as leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com

deficiência ou mobilidade reduzida. Nesse contexto, foi criado o Programa Brasil Acessível para apoiar o desenvolvimento de ações que garantam a acessibilidade.

O Decreto nº 5.626/05 regulamentou a Lei nº 10.436/2002, visando a inclusão dos alunos surdos. Este decreto dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e certificação de professores, instrutores e tradutores/intérpretes de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos, e a organização da educação bilíngue no ensino regular.

A ideia de uma sociedade inclusiva se baseia numa filosofia que reconhece e valoriza a diversidade como característica fundamental de qualquer sociedade. Com base nos princípios éticos dos Direitos Humanos, é essencial garantir o acesso e a participação de todos em todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo.

O papel do professor é crucial nesse contexto, pois repensar práticas habituais é um desafio, especialmente em escolas estruturadas para trabalhar com a homogeneidade. As escolas inclusivas propõem um sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos, estruturando-se em função dessas necessidades.

A inclusão promove uma mudança de perspectiva educacional, beneficiando não apenas os alunos com dificuldades, mas também professores, alunos e pessoal administrativo, contribuindo para o sucesso de todos na educação geral. As escolas de qualidade são espaços onde se constrói a autonomia e criticidade das personalidades humanas, onde crianças e jovens aprendem a ser pessoas. São contextos educacionais em que todos os alunos têm a possibilidade de aprender juntos, em uma mesma turma.

A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

A educação especial, tradicionalmente, se organizou como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, utilizando diferentes compreensões, terminologias e modalidades. Isso levou à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, essa organização determinou formas de atendimento clínico-terapêutico fortemente ancoradas em testes psicométricos, que definiam, por meio de diagnósticos, as práticas escolares para os alunos com deficiência.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência começou na época do Império com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant (IBC), e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857,

atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES), ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX, foram fundadas outras instituições, como o Instituto Pestalozzi em 1926, especializado no atendimento a pessoas com deficiência mental, e a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) em 1954. Em 1945, foi criado o primeiro atendimento educacional especializado para pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff.

A Lei nº 5.692/71, que alterou a LDBEN de 1961, definiu 'tratamento especial' para os alunos com deficiências físicas e mentais, os que estavam em atraso significativo em relação à idade regular de matrícula, e os superdotados. Em 1973, foi criado no MEC o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que, sob a égide integracionista, impulsionou ações educacionais voltadas para as pessoas com deficiência e superdotação.

A Constituição Federal de 1988 foi um marco significativo, estabelecendo objetivos fundamentais como "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" (art.3º, inciso IV). No artigo 205, define a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No artigo 206, inciso I, estabelece a "igualdade de condições de acesso e permanência na escola" como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

A educação especial é organizada para atender especificamente alunos com determinadas necessidades especiais. As escolas voltadas para a educação especial contam com materiais, equipamentos e professores especializados.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), no artigo 55, reforça os dispositivos legais ao determinar que "os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino". Na década de 1990, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) influenciaram a formulação de políticas públicas para a educação inclusiva.

Em 1994, a Política Nacional de Educação Especial foi publicada, orientando o processo de 'integração instrucional' que condicionava o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que "possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais".

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e a aceleração de estudos aos superdotados para a conclusão do programa escolar. Dentre as normas para a organização da educação básica, há a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) e “oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37).

Em 1999, o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, definiu a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular. Acompanhando o processo de mudanças, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2/2001), no artigo 2º, determinam que: *“os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento ao educando com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (MEC/SEESP, 2001, p.23).*

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica ampliam o caráter da educação especial, propondo um atendimento educacional especializado que complemente ou suplementa a escolarização. No entanto, ao permitir a substituição do ensino regular, essas diretrizes não fortalecem a política de educação inclusiva na rede pública de ensino, conforme previsto no artigo 2º.

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001, destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. Estabelecendo objetivos e metas para que os sistemas de ensino atendam às necessidades educacionais especiais dos alunos, o PNE aponta um déficit na oferta de matrículas para alunos com deficiência nas classes comuns do ensino regular, na formação docente, na acessibilidade física e no atendimento educacional especializado.

A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas. Ela define como discriminação com

base na deficiência qualquer diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais.

Na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem incluir em sua organização curricular uma formação docente voltada para a atenção à diversidade, contemplando conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Para apoiar os sistemas de ensino, a Secretaria de Educação desenvolve programas como o Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial (presencial e a distância), o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, o Programa Escola Acessível (adequação de prédios escolares para a acessibilidade), o Programa BPC na Escola e o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. Esses programas formam gestores e educadores para o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos.

A inclusão é um processo ainda em construção. Muitas vezes, crianças com deficiência intelectual estão integradas na rede regular de ensino, mas não verdadeiramente incluídas. Isso contrasta com as escolas especiais, que possuem professores capacitados e equipes multidisciplinares preparadas para lidar com as complexidades da aprendizagem e as situações adversas do cotidiano dessas crianças. Os profissionais da rede regular de ensino frequentemente não têm a mesma preparação, e a direção das escolas muitas vezes não reconhece o potencial funcional desses indivíduos, que só precisam de um trabalho adequado para desenvolverem suas capacidades.

COMPREENDENDO O AUTISMO

Autismo é um transtorno que normalmente se manifesta antes dos três anos de idade e apresenta vários níveis de gravidade. Este transtorno é caracterizado por atrasos no desenvolvimento da criança em áreas como comunicação, socialização e comportamento, sendo classificado como Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD).

Algumas características comportamentais comuns em pessoas com autismo incluem:

Retraimento e isolamento: Tendência a se afastar e se isolar das outras pessoas.

Falta de contato visual: Dificuldade ou resistência em manter contato visual.

Desligamento do ambiente externo: Falta de resposta ao que acontece ao redor.

Resistência ao contato físico: Desconforto ou aversão a ser tocado.

Inadequação a metodologias de ensino: Dificuldade em se adaptar a métodos de ensino tradicionais.

Ausência de medo diante de perigos: Falta de resposta apropriada a situações de risco.

Não responder quando chamado: Falta de resposta ao ouvir o próprio nome.

Birras: Comportamentos descontrolados ou crises de birra.

Resistência a mudanças de rotina: Preferência por rotinas fixas e dificuldade em lidar com mudanças.

Apego a manuseio inadequado de objetos: Uso não convencional de objetos.

Sensibilidade a barulhos: Reação exagerada ou desconforto com certos sons

O autismo também é conhecido como Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e afeta crianças independentemente de raça ou credo.

DIREITOS DAS PESSOAS COM AUTISMO NO AMBIENTE ESCOLAR

As pessoas com autismo possuem os mesmos direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988 e outras leis do país que asseguram direitos a todos os cidadãos. Esses direitos estão previstos em leis específicas para pessoas com deficiência, como as Leis 7.853/89, 8.742/93, 8.899/94, 10.048/2000, 10.098/2000, entre outras. Além disso, normas internacionais assinadas pelo Brasil, como a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, também garantem esses direitos.

De acordo com o Art. 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é obrigação do Estado garantir atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Isso visa assegurar o pleno desenvolvimento dessas pessoas, preparando-as para o exercício da cidadania e qualificando-as para o trabalho.

A proposta de educação inclusiva defende que todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências ou transtornos de comportamento, têm o direito de integrar-se ao ensino regular. Para atender às necessidades desses alunos, as escolas precisam passar por mudanças significativas na estrutura, no funcionamento, na formação dos professores e nas relações entre família e escola.

O atendimento educacional especializado para pessoas com autismo deve ocorrer na rede regular de ensino, embora nem todas as crianças com autismo se

beneficiem do ensino em salas comuns. A equipe pedagógica e de saúde que acompanha cada criança deve analisar os casos individualmente. Algumas crianças se adaptam bem à inclusão em escolas regulares, especialmente em salas menores, enquanto outras, dependendo do grau de deficiência, se adaptam melhor em escolas especiais.

A IMPORTÂNCIA DA VIVÊNCIA ESCOLAR PARA CRIANÇAS COM AUTISMO

Um momento crucial no desenvolvimento infantil é a entrada na escola. Este evento vai além do aprendizado acadêmico, contribuindo significativamente para o desenvolvimento integral da criança. O direito à vivência escolar é essencial para todas as crianças, pois é na escola que elas aprendem a conviver em grupos, interagindo com professores e colegas, dando seus primeiros passos rumo à vida adulta.

Para crianças autistas, a transição para a escola e a mudança na rotina podem trazer desafios. Na escola, a criança não terá a mesma liberdade de fazer tudo o que estava acostumada a fazer em casa, e terá o auxílio da professora para realizar atividades em grupo. O desenvolvimento de uma criança com autismo depende do nível de suporte que ela necessita. Crianças com nível de suporte 1 podem apresentar atraso cognitivo e necessitar de assistência permanente, enquanto aquelas com autismo suporte 2 podem acompanhar bem as aulas e assimilar os conteúdos didáticos.

O autismo clássico se caracteriza por dificuldades na socialização, comprometimento da linguagem e comportamentos repetitivos, evidenciando a necessidade de atenção individualizada. Geralmente, o diagnóstico do autismo é feito antes da vida escolar, mas nem sempre. É importante destacar que não é função do professor diagnosticar autismo, já que eles não recebem treinamento para identificar os sintomas (Eugênio Cunha).

Embora os professores não sejam especialistas no assunto, podem apoiar crianças autistas com amor, carinho, dedicação e paciência. Idealmente, o professor deve contar com um auxiliar na sala de aula para ajudar no ensino e oferecer atenção especial à criança autista. Seria benéfico que os professores recebessem treinamento específico para compreender melhor o funcionamento das pessoas com autismo (Eugênio Cunha).

É essencial que o professor adapte sua abordagem ao se comunicar com crianças autistas, mantendo contato visual ao se posicionar à altura delas. As explicações devem ser simples e diretas, e é benéfico descobrir os interesses dos alunos para criar atividades estimulantes e fortalecer o vínculo afetivo.

As dificuldades no desenvolvimento da linguagem podem levar a problemas sociais e práticos, como a falta de comunicação para expressar necessidades básicas. O professor pode trabalhar as habilidades de comunicação dos alunos, promovendo interações sociais e atividades que incentivem a comunicação e a interação com os colegas.

A falta de habilidades de atenção compartilhada dificulta a participação em conversas e brincadeiras sociais, destacando a importância de desenvolver essas habilidades para a interação social adequada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto pais quanto professores enfrentam desafios na educação de crianças com necessidades especiais no ambiente escolar. Isso se deve a diversos fatores, como falta de tempo e compromissos, muitas vezes associados à entrada das mulheres no mercado de trabalho. Apesar das melhorias nas estruturas e capacitações nas escolas, ainda há dificuldades em garantir uma educação de qualidade.

Um ponto destacado é a existência de transtornos de aprendizagem que afetam crianças desde o nascimento, dificultando o trabalho dos educadores devido à falta de recursos materiais, pedagógicos e humanos, incluindo o apoio da escola, coordenadores e pais. A preparação insuficiente de professores e especialistas para lidar com diversas necessidades especiais também é mencionada como um obstáculo.

O foco principal é conscientizar a escola sobre seu papel na construção dessa parceria, buscando intervenções pedagógicas que considerem as necessidades das famílias, promovendo reflexões que reforcem a autoestima e a compreensão mútua entre todos os envolvidos. A inclusão dos estudantes e pais em discussões sobre os pontos positivos e negativos da escola, por meio de conselhos participativos, é uma prática recomendada para uma maior compreensão e cooperação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº9394 de 23 de dezembro de 1996. Lei que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, 1996.

_____. **Ação de Salamanca e linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

_____, **Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional.** Casa Civil, Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm>. Acesso em: 19 mai. 2024.

_____, **Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus.** Casa Civil, Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm>. Acesso em: 19 mai. 2024.

_____, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Casa Civil, Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 19 mai. 2024.

_____, **Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990.** Casa Civil, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 19 mai. 2024.

_____, **LEI 7853/89** Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109358/lei-7853-89>. Acesso em: 19 mai. 2024.

_____, **DECRETO LEI 3298/99** Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec3298.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2024.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente.** São Paulo: EDUC, 1993.

BUENO, J. G. S. "**Educação especial brasileira: a integração/segregação do aluno diferente**". São Paulo: PUC, tese de doutoramento, 1991.

COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação – necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar.** Ed. Artes Médicas, Porto Alegre. V.3, 1995.

DECHICHI, C. **Transformando o ambiente da sala de aula em um contexto promotor do desenvolvimento do aluno deficiente mental.** Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

FERREIRA, J. R. **A construção escolar da deficiência mental.** Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1989.

GADOTTI, A & Romão, J.R.I.. **Construindo uma Escola Cidadão, um Salto para o Futuro.** MEC - SEED, 1998.

JANNUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil.** Campinas/SP: Editores Associados, 1992.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Matrículas de crianças com necessidades educacionais especiais na rede de ensino regular: do que e de quem se fala?** In: GÓES, Maria Cecília Rafael;

LAPLANE, Adriana Lia Friszman. **Políticas e práticas de educação inclusiva.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 1996.

MENDES, E. G. **Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: A GESTÃO ESCOLAR PARTICIPATIVA FRENTE À RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS NO AMBIENTE ESCOLAR



Alessandra Negrão Dominato Barros

Formada em Pedagogia, com Pós-graduação em Ludopsicopedagogia, Psicopedagogia Institucional e Clínica, Alfabetização e Letramento, Educação Especial com ênfase em Transtorno do Espectro Autista e Pedagogia Sistemática.



Silviane Oliveira

Formada em Pedagogia, com Pós-graduação em Atendimento Educacional Especializado, Metodologia do Ensino da Matemática, Educação Infantil e Alfabetização e Letramento.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo explicar a importância da Gestão Democrática e explorar os desafios enfrentados pelos gestores escolares na gestão escolar através de uma pesquisa bibliográfica envolvendo vários estudiosos no assunto. Hoje em dia o papel do gestor escolar vai muito além de apenas organizar e dirigir a escola, ele tem que gerir e contabilizar os recursos estaduais e federais recebidos pela escola, além de ter que lidar com o problema da falta de funcionalismo e do excesso de conflitos, fato comum que ocorre dentro das escolas, gerando um acúmulo de funções. O gestor escolar deve ter como principal objetivo a ser alcançado na escola a efetividade do processo de Gestão Democrática, envolvendo toda a comunidade escolar na decisão, na administração dos recursos financeiros recebidos e no fortalecimento do Conselho Escolar. Além de tudo isso, o gestor tem que desempenhar um papel de liderança junto aos profissionais da educação.

Palavras-chave: Gestão Democrática; Gestão Escolar; Desafios; Líder.

INTRODUÇÃO

O referido trabalho tem como objetivo conhecer e implantar estratégias para a inserção da Gestão Democrática este estudo pretendeu-se analisar e compreender as ações da escola e do gestor para resolução dos diversos problemas enfrentados no ambiente escolar em especial sobre a dificuldade de relações humanas no ambiente escolar. Pensando que uma gestão efetiva deve prover as condições, os meios e os recursos necessários para um ótimo funcionamento da escola e dos trabalhos dos professores e alunos em sala de aula de modo a buscar a efetiva aprendizagem por todos. Também é inegável a importância da ação do gestor da escola para garantir a efetivação das conquistas legais e a democratização das relações de ensino. Buscou-se o rompimento com o modelo autoritário, burocratizado e centralizador no diretor escolar, para se ter um gestor escolar, aquele que busca uma maior participação de todos nas decisões, bem como tem o compromisso com os interesses coletivos e a construção conjunta do projeto da escola. Após explanar e argumentar sobre o conceito e a importância da Gestão dentro do ambiente escolar e na administração dos recursos financeiros recebidos pela escola. Também deve evidenciar a importância que exercem o Conselho Escolar dentro do processo de gestão democrática. Na escola a gestão escolar é definida como um conjunto de processos e procedimentos que envolvem decisões tomadas exclusivamente pelo diretor na parte administrativa, pedagógica e financeira da escola. O poder é centralizado na mão do diretor, destacando uma relação de subordinação em que uns tem mais autoridade que outros. Contudo o fator mais difícil na gestão é definir quem é quem.

A Gestão Democrática é um modelo de administração escolar que veio para substituir o antigo modelo burocrático, onde tudo era centrado na mão do diretor, tanto a administração da escola, bem como no que os recursos financeiros seriam aplicados. Na Gestão Democrática a administração é integrada ao contexto escolar e social, mas essa integração deve envolver todos os segmentos da escola. No atual modelo, o diretor passa ser denominado gestor escolar. Transparência autonomia, participação, liderança, trabalho coletivo são objetivos que devem ser perseguidos e almejados pelo gestor escolar.

“Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se opõe diante de nós,

o que é o de assumir esse país democraticamente” (FREIRE, p.124, 1998).

Para que ocorra o processo de democratização da escola torna-se imprescindível que o gestor compartilhe com todas as pessoas as informações e recursos financeiros oriundos de programas estaduais e/ou federais e que juntos decidam o que é melhor para a escola.

A gestão escolar passa a ser sinônimo de ambiente autônomo e participativo, o que implica trabalho coletivo e compartilhado por várias pessoas para atingir os mesmos objetivos.

Assim sendo este artigo vem a ser realizado através do questionamento de como pode-se implementar a Gestão Democrática na escola com tantos conflitos existentes no ambiente escolar, por conta da falta de preparo funcional, tal como os problemas enfrentados pelo conselho escolar na formação e escolha dos seus membros.

A escola precisa envolver professores, alunos, pais, funcionários e outras pessoas da comunidade na administração da escola, pois quando as decisões são tomadas por todos que têm interesse na qualidade da escola, há uma chance bem maior de serem bem sucedidos, visando esclarecer todos essas questões buscou-se o embasamento do trabalho através da pesquisa bibliográfica de artigos e livros relacionados ao assunto.

Desta forma, a gestão escolar deve ser desenvolvida de modo coletivo, buscando sempre a participação de todos e principalmente do Conselho Escolar em todas as decisões, sejam elas: pedagógicas, administrativas ou financeiras.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

A importância da Gestão Democrática surgiu a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, proporcionando uma maior autonomia para as escolas na área pedagógica, administrativa e financeira. Veio também para alertar que uma escola não é composta por somente um gestor, pois todos os agentes diretos e/ou indiretos são gestores da educação, fazendo parte de todo o processo da Gestão Democrática. *“A participação é o principal meio de se assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar”*. LIBÂNEO, 2013, p.89).

Gestão Democrática assume o compromisso de fortalecimento nos procedimentos de participação da comunidade escolar na administração da escola e na

busca da descentralização da tomada de decisões. Tem como objetivo envolver-se na construção de projetos, propostas pedagógicas escolares, no Projeto Político Pedagógico e na administração dos recursos financeiros.

A Gestão Democrática proporcionou uma maior participação de toda a comunidade escolar na tomada de decisões, na destinação e na fiscalização dos recursos financeiros recebidos pela escola, através de Verbas Estaduais ou Verbas Federais.

Repensar a escola como um lugar democrático de trocas e de produção de conhecimentos, é ver a escola e sua administração com outros olhos, sendo este um dos desafios do novo gestor escolar atual.

O gestor desempenha um papel fundamental na eficácia da Gestão Democrática, pois ele pode dificultar ou facilitar a implantação dos procedimentos democráticos e participativos na sua escola. *“Na conquista da autonomia da escola, está presente a exigência da participação de professores, pais, alunos, funcionários e outros representantes da comunidade, bem como as formas dessa participação: a interação comunicativa, a discussão pública dos problemas e soluções, a busca do consenso em pautas básicas, o diálogo intersubjetivo”*. (LIBÂNEO, 2013, p.91).

No atual momento, a escola necessita de gestores capazes de trabalhar em equipe, desenvolvendo um papel de líder, ajudando os professores a melhorarem suas aulas e conseqüentemente a aprendizagem de seus alunos. O gestor deve ser capaz de ouvir o que os outros têm a dizer, delegando autoridade e dividindo o poder na tomada de decisões. É a ele que os membros da equipe levarão as suas dúvidas, angústias, ideias e desafios e ele deve sempre estar aberto ao diálogo.

Para que aconteça de fato uma gestão democrática e participativa, a comunidade deve estar integrada e afinada com a proposta da escola, pois só assim poderão apoiar e incentivar o gestor no desenvolvimento de uma melhora na aprendizagem dos alunos e tornando a escola um espaço agradável e prazeroso.

De acordo com Luck (2001), os gestores participativos baseiam-se no conceito da autoridade compartilhada, cujo o poder é delegado aos representantes da comunidade escolar (Conselho Escolar e Associação de Pais e Mestres).

O Conselho Escolar tem grande destaque no processo de participação democrática, pois são constituídos por representantes de pais, alunos, professores e funcionários, tendo o poder de participar e decidir sobre as questões administrativas, financeiras e pedagógicas de uma escola. É um órgão máximo da escola, definidor de práticas pedagógicas, financeiras ou administrativas que serão implementadas por toda a escola.

O Gestor Escolar deve desempenhar um papel de liderança, impulsionando à autoconstrução, o compromisso, a responsabilidade e a participação de todos na construção de uma escola democrática, participativa e focada na melhora significativa dos processos de aprendizagem, sempre com o apoio de toda a comunidade escolar que a escola está inserida.

Para finalizar deve-se lembrar que a construção de uma escola verdadeiramente democrática passa por um longo período de conscientização que deve ser refletido e discutido por todos os participantes da escola (gestor, alunos, professores, funcionários e comunidade escolar) com o objetivo de a escola desenvolver um papel mais participativo, para que efetivamente se conquiste a mudança e que a escola se torne um ambiente que prioriza a ação coletiva, onde todos dividam as responsabilidades e se integrem a rotina escolar e ao Projeto Político Pedagógico da escola.

Portanto, a escola deve estabelecer uma relação de troca, de ajuda entre a escola, comunidades e alunos, com sensibilidade e engajamento, pois se isto não acontecer, o resultado que a escola deseja alcançar que é uma escola de qualidade, não irá acontecer. O sucesso escolar está intimamente ligado a tudo isso.

A IMPORTÂNCIA DO CONSELHO ESCOLAR NA GESTÃO DEMOCRÁTICA

O Conselho Escolar é uma instituição que coordena a gestão escolar, sendo responsável pelo estudo, planejamento e acompanhamento das ações da escola. Tem atribuições consultivas, deliberativas e fiscais, em questões definidas na legislação estadual ou municipal e no Regimento Escolar. Seus membros devem ter interesses comuns para lutarem juntos na busca por uma escola verdadeiramente democrática. Tem o poder de tomar decisões, de fiscalizar e emitir pareceres relativos as ações pedagógicas, administrativas e financeiras de toda a escola. *“O conselho escolar representa a comunidade escolar e local, atuando em conjunto e definindo caminhos para tomar as deliberações que são de sua responsabilidade.”* (NAVARRO, 2004, p.33).

O Conselho Escolar é órgão máximo da escola, pois delibera sobre assuntos financeiros, pedagógicos e administrativos, exercendo o papel de fiscalizador. Define de que maneira serão aplicados os recursos e as formas de aplicação do Projeto Político.

Pedagógico da escola, respeitando as decisões de cada segmento. O gestor escolar exerce um papel executivo, pondo em prática as decisões decididas pelo conselho.

O Conselho Escolar, por envolverem todos os segmentos da comunidade escolar (professores, funcionários, alunos, pais e comunidade local) se constitui em um dos principais mecanismos de participação escolar, tendo um papel fundamental na gestão dos recursos financeiros recebidos pela escola.

Para que haja uma Gestão Democrática de fato e direito na escola, o Conselho Escolar deve ter um papel de destaque na administração e gestão da escola, sendo reconhecido e respeitado pelo gestor escolar. Deve haver uma parceria na tomada das decisões, sempre buscando o melhor para a escola.

O GESTOR ESCOLAR E OS DESAFIOS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O gestor é aquele que mobiliza, motiva, lidera toda a comunidade escolar em prol da melhoria da escola.

“A direção é um princípio e atributo da gestão, mediante a qual é canalizado o trabalho conjunto das pessoas, orientando-as e integrando-as no rumo dos objetivos. Basicamente, a direção coloca em ação o processo de tomada de decisões na organização, e coordena os trabalhos, de modo que sejam executados da melhor maneira possível”. LIBÂNEO, 2013, p.88).

O gestor deixa de ser a autoridade máxima para ser um grande articulador de todos os segmentos, aquele que prioriza as questões pedagógicas e mantém o ânimo de todos na construção do trabalho coletivo. Partilha decisões com a comunidade escolar trazendo as mesmas dificuldades da convivência democrática presente em nossa sociedade.

Portanto o papel do gestor na perspectiva da Gestão Democrática visa buscar o estímulo e participação da comunidade escolar nas ações e decisões da escola na parte pedagógica, administrativa e financeira, sempre almejando a melhoria de todos os setores da escola.

Atualmente o gestor almeja implantar na escola a prática da gestão democrática e participativa, da liderança, de atitudes flexíveis frente aos problemas e o compromisso com as necessárias mudanças ocorridas no contexto educacional. Suas funções são: administrativas e financeiras, mas muitas vezes com a carência de profissionais na escola, o gestor precisa também cuidar da parte pedagógica, secretaria, acumulando outras tarefas, o que muitas vezes acaba prejudicando o seu trabalho.

Um dos maiores desafios enfrentados pelo gestor escolar é a administração/gestão dos recursos financeiros recebidos pela escola: Verba Estadual e Verba Federal e depois a prestação de conta dos mesmos. A prestação de contas, tanto da Autonomia Financeira, FNDE e Merenda Escolar exige que o gestor conheça profundamente as leis e as exigências impostas pelo governo estadual e federal.

O gestor tem um papel muito importante na tríade GESTOR X ESCOLA X COMUNIDADE que é o de mobilizar todos para que a escola seja respeitada e reconhecida efetivamente como um espaço democrático e participativo.

O GESTOR LÍDER

O Gestor Líder deve ter como valores: integridade, humildade, ética e honestidade como o norteando seu trabalho. Deve respeitar os outros, saber ouvir, reconhecer os seus erros, saber pedir, valorizar o trabalho dos professores e funcionários, ser criativo e acima de tudo ter AMOR pelo que faz. Ter aquela vontade de fazer a diferença.

“Liderança é, pois, um conceito complexo que abrange um conjunto de comportamentos, atitudes e ações voltado para influenciar pessoas e produzir resultados, levando em consideração a dinâmica das organizações sociais e do relacionamento interpessoal”. (LUCK, 2014, p.37).

Compete ao Gestor Líder organizar, articular, mobilizar e liderar toda a comunidade escolar em prol da melhoria e do sucesso da escola na qual ele está engajado. Influenciar a sua equipe em prol de atitudes empreendedoras, comprometidas com a melhora na qualidade da aprendizagem de seus alunos. *“Os líderes expressam a sua liderança em suas ações, pela confluência de firmeza, determinação, vontade e comprometimento, engajamento e mobilização de aspirações humanas”*. (LUCK, 2014, p.71).

O Gestor Líder deve estabelecer um vínculo de confiança com a sua equipe, sendo respeitado e não obedecido. Deve proporcionar condições para que professores e funcionários desenvolvam melhor o seu trabalho e consigam alcançar as suas metas, sempre em prol do melhor para a escola e que a mesma alcance o sucesso na educação. *“O trabalho dos gestores escolares se assenta, pois, sobre a capacidade de liderança, isto é, de influenciar a atuação de pessoas (professores, funcionários, alunos, pais) para a efetivação dos objetivos educacionais propostos pela escola”*. (LUCK, 2014, p.20).

O Gestor Líder deve propor inovações para a escola, incentivar a iniciativa, a confiança e o respeito entre Equipe Diretiva, professores e funcionários, tendo como objetivo maior a aprendizagem dos alunos. É o referencial para todos, é aquele que é seguido, que consegue mobilizar toda a equipe para que as metas da escola sejam conquistadas.

O processo democrático de eleição de diretores tem contribuído para se repensar a gestão escolar e o papel do diretor/ gestor. A tendência atual é ver o diretor como um gestor, sendo este um líder da comunidade e como gestor público da educação e não como mero representante de um governo ou partido.

Por fim, para ser considerado um gestor líder deve ser capaz de criar um clima de participação e confiança dentro da escola, buscando o diálogo entre todos, promovendo a melhora da aprendizagem dos alunos e valorizando sempre professores e funcionários.

O GESTOR ESCOLAR E A RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS

Desde o início da humanidade os conflitos existem, fazem parte do processo de evolução dos seres humanos. Os homens vivem em um mundo social cheio de tensões e contradições, que se manifestam de diferentes formas de conflitos, onde a desigualdade é a força que os move. Esta dinâmica é o ponto central das relações humanas, condição básica para a vida social e, no entanto, indispensáveis para o desenvolvimento e crescimento de quaisquer sistemas sociais organizacionais, seja este familiar, social, político, entre outros.

Homem vive uma vida de conflitos, desde os conflitos próprios da infância, passando pelos conflitos pessoais da adolescência e, quando, visitados pela maturidade, continua a conviver com o conflito intrapessoal ou interpessoal, que surge de uma divergência indivíduos, como, por exemplo, no âmbito escolar entre alunos, professores, pais e demais funcionários. Tuvilla Rayo (2004, p.129) pontua que: “*O conflito pertence à natureza humana, indispensável ao crescimento e desenvolvimento das pessoas e das sociedades*”. Mas, se forem mal gerenciados podem desencadear comportamentos violentos, impossibilitando assim convencia e o bom funcionamento da instituição.

Para que haja um conflito interpessoal é preciso que cada uma das partes interprete a situação, depois que exista alguma forma de oposição e incompatibilidade, e por último que ocorra alguma forma de interação ou de interdependência entre as partes.

Na escola o convívio é diário, e esse contato traz consigo a possibilidade de conhecer o outro mais de perto, percebendo de maneira mais intensa, entendendo as

características, constatando os gostos, as habilidades ou dificuldades. Nesse convívio diário surgem as afinidades, amizades e o convívio tornar-se algo muito importante nesse ambiente relacional de troca de conhecimento, de partilha e de atitudes que ajudam um ao outro. Pode ser também um lugar de conflito, pois nem todos gostam das mesmas coisas, existem diferenças comportamentais e atitudes que podem gerar situações de desigualdade e conflito. Segundo Mosquera e Stobäus (2004), a *“grande parte dos problemas que as pessoas têm provêm de sua própria pessoa ou da relação que estabelece com as outras pessoas”* (2004, p. 92).

O conflito escolar pode ter origem tanto fora como dentro da escola. Os indivíduos normalmente trazem para dentro do ambiente de ensino uma carga de natureza social e individual significativa.

Conflitos gerados por meios extraescolares têm raiz nos problemas sociais, de sobrevivência, de qualidade de vida, de relações familiares ou mesmo problemas de saúde psíquica e isto pode afetar diretamente o ambiente de trabalho, causando baixo rendimento, desmotivação, atrapalhando o bom funcionamento da instituição gerando conseqüentemente conflitos internos, como baixa autoestima, desmotivação, desânimo apatia, etc.

Dentro da escola, os conflitos podem ter origem em aspectos como a proposta curricular, a metodologia do professor, o desinteresse do aluno, as condições do local de trabalho, o salário, a probabilidade de crescimento profissional, o descumprimento das normas internas, dentre outros aspectos.

Não há como ignorar que os conflitos estão presentes na escola e que apontam aspectos essenciais que precisam ser contemplados dentro da proposta pedagógica e da prática educativa, ou seja, é preciso educar para o conflito como destaca Saéz:

Como a convivência entre os seres humanos está cheia de conflitos de todo tipo, os quais habitualmente se resolvem por meio da força, da coerção ou da violência, o objetivo de uma educação para a paz seria a generalização de um tratamento desses conflitos baseado no diálogo, na cooperação e no respeito mútuo entre os principais atores envolvidos nos problemas. Mais do que de educar para a paz, é preciso educar para o conflito. (SAEZ, 2003, p.66).

Ao definirmos conflito como o resultado da diferença de opinião ou interesse de pelos menos duas pessoas ou conjunto de pessoas, devemos esperar que, no universo da escola, a divergência de opinião ocorra entre alunos, professores, pais e demais funcionários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante refletirmos sobre a escola como um espaço democrático, de troca de ideias e saberes e isto só é possível quando é praticada efetivamente a Gestão Democrática dentro do ambiente escolar por todos (Equipe diretiva, professores, alunos, funcionários, pais e comunidade escolar) e fora dele, proporcionando atividades que despertem a participação de toda a comunidade.

A Gestão Democrática significa compartilhar com a comunidade escolar as decisões tomadas na escola: significa envolver pais, alunos, professores e funcionários na gestão da escola e na conquista dos seus objetivos, pois a escola pertence a todos e cabe a eles tomarem as decisões sobre o seu destino, buscando a qualidade, a ética, a transparência, a participação e a excelência.

Deve-se destacar a importância que o Conselho Escolar tem dentro da escola na tomada de decisões sejam elas: administrativas, pedagógicas e financeiras, também como aliados no trabalho do gestor escolar, formando uma parceria de sucesso.

Em uma escola ou em qualquer outro ambiente de trabalho as pessoas não precisam ser melhores amigas, mas elas precisam entender que para trabalhar lá elas devem deixar as questões pessoais, as diferenças e muitas vezes “tirar o olho do seu próprio umbigo”, para se focar em um objetivo maior. Mas, nem sempre é isso o que acontece, no ambiente organizacional é frequente a existência de conflitos decorrentes de uma série de fatores causados pela união de inúmeras culturas, pensamentos diferentes, insatisfações e frustrações, tudo isso em um mesmo ambiente.

Infelizmente, nossa educação até hoje tem privilegiado a fuga dos conflitos, não o seu enfrentamento. Então ficamos com um monte de conflitos pequenos sem solução que vão se acumulando até que viram quase insolúveis. Em segundo lugar, é fundamental estar aberto ao diálogo, ouvir todas as partes que fazem parte do conflito. Dialogar com imparcialidade e tentar encontrar as estratégias adequadas para aquele conflito.

O gestor é mediador nessas relações, é ele que chama para si a responsabilidade de unir o seu grupo em prol de um bem comum a todos, que é a aprendizagem significativa dos alunos.

Por fim, o gestor escolar é responsável pelo sucesso da escola, sendo visto como um líder, um “Gestor Líder”, sabendo ouvir a sua equipe, delegando tarefas e descentralizando o poder, favorecendo o desenvolvimento de uma gestão efetivamente democrática e participativa. Deve construir uma escola baseada nos princípios democráticos e participativos, ouvindo toda a comunidade escolar sobre os problemas e

necessidades da escola, pois só desta forma estaremos construindo uma escola melhor, uma escola de qualidade para todos, onde todos participam e decidem sobre o que é melhor.

REFERÊNCIAS

DIDIO, Lucie. **Como produzir monografias, dissertações, teses, livros e outros trabalhos**. São Paulo: Atlas, 2014.

DOURADO, Luiz Fernando; DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira. **Pro-gestão: como promover, articular e envolver a ação das pessoas no processo de gestão escolar?** Módulo II. Brasília: Consed – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6. ed. São Paulo: Heccus, 2013.

LUCK, Heloísa. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 10.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

LUCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

LUCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

LUCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar**. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LUCK, Heloísa. **Perspectivas da gestão escolar e suas implicações quanto à formação de seus gestores**. In: Em aberto, nº72 (Gestão escolar e formação de gestores, jun de 2000, p11 -34).

NAVARRO, Ignez Pinto. **Programa de fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Cadernos 1 – 8. Brasília: Mec, 2004.

PARO, Vitor Henrique. 2011. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, RIO GRANDE DO SUL. Lei Estadual Nº 10.576/95: **estabelece as diretrizes da gestão democrática do ensino público**. Porto Alegre: Corag, 2012.

SANTOS, Eli Regina Nagel dos. **Cadernos de Estudos: políticas e gestão educacional**. Centro Universitário Leonardo da Vinci. – Indaial: Grupo Uniasselvi, 2013. X; 121 p.:il.

ALFABETIZAÇÃO PARA DISLÉXICOS



Ana Carolina Franco

Formada e em Pedagogia, com Pós-graduação em Neuropsicopedagogia; Psicopedagogia Institucional e Clínica; Especialização em Análise do Comportamento e Intervenção Precoce.



Leandra Aparecida Canuto dos Reis

Formada e em Pedagogia, com Pós-graduação em Docência Universitária.



Flávia Caroline Muniz

Formada e em Pedagogia e em Letras, com Pós-graduação Pedagogia Sistemica.

RESUMO

Este artigo é sobre alfabetização e letramento para pessoas com dislexia, no artigo tem uma retrospectiva da história sobre leitura e escrita, concepções e contestações sobre métodos e práticas pedagógicas, usando como referência autores conceituados no assunto, como Paulo Freire, Emília Ferreira, Magda Soares, Ana Teberosky. E contribuições de atividades e estratégias que podem ser usadas em sala de aula para que o trabalho de alfabetização seja feito de maneira lúdica, para favorecer o educando. Orientações para pais, escolar, professores também foi um tópico para o artigo. O objetivo é informar e sintetizar a importância sobre o assunto e a preocupação em capacitar os

profissionais a identificar o transtorno de aprendizagem e realizar as intervenções e encaminhamentos adequados para indivíduos com dislexia.

Palavras-chave: Dislexia; Alfabetização; Inclusão.

INTRODUÇÃO

O intuito deste artigo é refletir sobre alfabetização e letramento para pessoas com dislexia, no artigo tem uma retrospectiva da história sobre leitura e escrita, concepções e contestações sobre métodos e práticas pedagógicas, usando como referência autores conceituados no assunto, como Paulo Freire, Emília Ferreira, Magda Soares, Ana Teberosky. E contribuições de atividades e estratégias que podem ser usadas em sala de aula para que o trabalho de alfabetização seja feito de maneira lúdica, para favorecer o educando. Orientações para pais, escolar, professores também foi um tópico para o artigo.

Este trabalho tem como objetivo informar e sintetizar a importância sobre o assunto e a preocupação em capacitar os profissionais a identificar o transtorno de aprendizagem e realizar as intervenções e encaminhamentos adequados para indivíduos com dislexia.

ORIGEM, APROPRIAÇÃO E EVOLUÇÃO DA ESCRITA E DA FALA

Ao pensar na alfabetização que é construída atualmente no ambiente escolar, todos os métodos e planejamento que se dá para que as pessoas tenham o domínio da leitura e da escrita, a preocupação e a responsabilidade do educador dê que essa alfabetização seja completa, ou seja, que além de ler e escrever o ser humano seja capaz de usar esses meios para conviver em sociedade e ter opinião própria e crítica nos assuntos que sejam abordados em seu dia a dia (letramento), tudo isso abordado acima não se assemelha com a origem e o objetivo que se tinha quando a escrita foi criada.

Mas é importante lembrar como se deu as primeiras formas de escrita, e o quanto foi importante para que se avançasse até chegar na forma de escrita da atualidade.

As primeiras escritas eram mais simples e em forma de símbolos escritos em paredes de cavernas, uma forma rupestre, onde o objetivo era sinalizar algumas ideias, e

com o passar do tempo percebeu-se a necessidade de expansão desses registros, e foi quando foi surgindo sons para dar outros significados, o que hoje são sílabas, até expandir e chegar no alfabeto que é usado nos dias de hoje.

Fazendo essa pequena retrospectiva sobre a escrita é onde se dá conta de que não poderia se viver sem a escrita, no começo foi uma forma simples, com o intuito de se comunicar apenas, mas com o tempo a necessidade dessa comunicação escrita ficou explícita e não tem como pensar na sociedade atual sem a escrita.

É importante lembrar que além da escrita temos a fala, um processo que também faz parte da evolução do homem, mais que hoje é um importante meio de comunicação, e que o processo de aquisição da fala é mais simples do que a aquisição da escrita, pois o bebê desde quando nasce, tem o contato direto com a fala, mesmo não sendo capaz de falar, pois não está maduro biologicamente para adquirir a fala, ele pode ouvir, todos ao seu redor falar, e durante meses recebe os sons e estímulos que fará dele um falante, pois seus familiares através do exemplo da fala, fez com que em um processo natural o bebê adquirisse a fala, pois a capacidade da fala é inata ao ser humano, então quando interage com o meio ao longo dos primeiros meses de vida, a criança começa a imitar e a responder com sons (fala).

Já a escrita não é um processo inato e sim empírico e acadêmico, precisa de outros mecanismos para que a escrita seja adquirida/ aprendida.

Após fazer uma retrospectiva sobre escrita, e uma abordagem sobre fala, é importante frisar que ambos são importante para o desenvolvimento do ser humano, mais vale lembrar que a maioria das sociedades incluindo o Brasil, são sociedades grafocêntricas, ou seja, onde a linguagem escrita é mais importante e mais respeitada do que a fala, pois quando adquire um imóvel, ou um veículo, para selar a compra assina-se um contrato, esse é o exemplo de que o que mais é evidente é a linguagem escrita.

ALFABETIZAÇÃO: SIGNIFICADO, ORIGEM, EVOLUÇÃO E MÉTODOS

A definição de alfabetização no dicionário Aurélio é: “Ação de alfabetizar, de propagar o ensino da leitura”, e “Conjunto de conhecimentos adquiridos na escola”.

Alfabetização é uma palavra conhecida mundialmente, principalmente pelos profissionais ligados a educação e pelas organizações políticas, essa palavra é muito ouvida e se tornou um marco, porém não é o fato de ouvir a palavra que sabe-se o seu significado e sua importância.

Alfabetização está para além de saber codificar e decodificar letras, de se apropriar da língua escrita, de saber ler e escrever o nome ou uma frase rotineira, alfabetização para Paulo Freire, Emília Ferreiro, Magda Soares, vai além disso, é política, é psicologia, é social, emocional, etc.

Esses nomes citados acima são as maiores referências no quesito alfabetização, letramento, construtivismo, onde a alfabetização ganha um novo estilo, onde o que ensina, leva em consideração o que aprende, onde a alfabetização é um processo de troca entre o educador e o educando, muito diferente dos primeiros métodos usados.

Antigamente quando se iniciou o processo de alfabetização era construído de forma diferente, um dos métodos era de soletração, onde o processo se tornava muito lento, pois as palavras só eram construídas após a memorização das sílabas e sons, e os textos viriam só depois de todo esse processo, as cartilhas faziam parte desse processo, que com o passar do tempo foi dado como não eficaz, foi muito usado esse método na idade média.

Depois em meados de 1960 criou-se outros métodos, conhecidos até hoje, o método sintético e analítico, ou seja, analítico é quando se ensina por exemplo o texto todo e depois vai ensinando os fragmentos, do todo para as partes, e o sintético, é quando ensina-se das partes para o todo, das palavras, até o texto.

Depois desses métodos veio os questionamentos sobre uma nova proposta para a alfabetização, pois os métodos anteriores se mostravam ultrapassados e até mesmo métodos “errados”, Ana Teberosky e Emília Ferreiro escreveram um livro com esses questionamentos, chamado Psicogênese da língua escrita: contribuições, equívocos e consequências para a alfabetização.

Foi então que começou a pensar na alfabetização de uma forma construtivista, onde se pensou em alfabetizar letrando, onde além da aquisição da escrita, potencializou a ideia de que o ser humano trás consigo uma bagagem, que deve ser respeitada e usada para que essa alfabetização seja completa, e não seja somente mecânica e que seja também social, para que o indivíduo que tiver o domínio da escrita, tenha também a capacidade de expandir para o seu dia a dia o conhecimento.

Magda Soares explica em seu livro Alfabetização e Letramento, que alfabetização não se esgota em ensinar ou aprender dentro de um determinado método, que o método não deve ser usado como um manual de instruções, e sim como um complemento para os objetivos de habilidades e técnicas a se alcançar.

É importante ressaltar que são válidas as pesquisas sobre métodos, e práticas pedagógicas, mas o mais importante é antes disso, conhecer o público a ser trabalhado,

lembrando que cada indivíduo é único e deve ser respeitado, e que depois do conhecimento do público, então deve se fazer um apanhado de concepções, métodos, práticas pedagógicas, visando sempre o educando, suas habilidades e dificuldades, pois o que pode ser bom para uma pessoa, pode não servir para outra pessoa.

LETRAMENTO: O QUE É? ONDE SE APLICA?

O significado da palavra letramento no dicionário Aurélio é: “Conjunto de conhecimentos de escrita e leitura adquiridos na escola”, e “Capacidade de ler e de escrever ou de interpretar o que se escreve”.

Para Magda Soares, o letramento se dá antes ou depois da alfabetização, pois pode ter pessoas letradas e analfabetas, e pode ter pessoas alfabetizadas funcionalmente e não serem letradas, pois para ela o letramento acontece quando a pessoa sabe utilizar a leitura e a escrita no cotidiano, ou seja, o indivíduo letrado consegue interagir e viver em sociedade, sendo ou não alfabetizado, ela dá um exemplo, se uma criança que ainda não foi alfabetizada mais vive em um ambiente letrável, ela vai se colocar diante de um livro e vai imitar as ações daquele livro, porque ela já é letrada.

Quando fala-se em letramento há dúvidas e questionamentos, pois existe uma comparação e confusão entre os termos alfabetização e letramento, que para Magda, não têm o mesmo significado, mais que são insolúveis, e que dentro da escola deve-se alfabetizar letrando, ou seja, além de ensinar a parte mecânica, estrutural, gráfica das palavras, frases e textos, deve ensinar como praticar essa escrita e leitura, desenvolvendo as habilidades de letramento, e que deve-se usar materiais como jornal, revista e livros que tragam em seu contexto um vocabulário que faça parte do contexto social da criança ou do adolescente, para que ele entenda o paralelo entre a forma mecânica e complexa da aprendizagem de leitura e escrita, e o letramento.

O professor tem papel fundamental no processo de alfabetização e letramento, pois é através dos prévios conhecimentos do educador, que o educando vai poder aperfeiçoar suas habilidades para se tornar um ser humano alfabetizado e letrado.

Lembrando que a luta da escola para alfabetizar letrando continua sem amparo do governo, pois o letramento é uma questão política, pois se as pessoas entenderem o que podem fazer ao serem letradas, a política corre perigo, e por isso ainda existe a manipulação, para que a alfabetização continue sendo só a aquisição da leitura e da escrita funcional, onde a pessoa lê e escreve, mais não está preparado para pontuar e fazer nenhuma crítica social.

DISLEXIA: O QUE É? TEM CURA? QUAIS OS SINTOMAS? QUAIS OS TRATAMENTOS?

Dislexia consiste em um transtorno genético e hereditário da linguagem, o qual possui origem neurobiológica, caracterizando-se pela dificuldade de decodificar o estímulo escrito ou, da mesma forma, o símbolo gráfico. Como citado a cima, a dislexia é um distúrbio que dificulta o individuo de aprender a ler e escrever, fazendo do processo de alfabetização, um processo mais minucioso e longo, mas que é possível e o distúrbio deve ser tratado com respeito, delicadeza, e com os profissionais adequados, para que o disléxico se sinta seguro e consiga avançar.

Ainda não foi descoberta a cura para a dislexia, porém com a ajuda de uma equipe multidisciplinar é possível que os sintomas sejam amenizados e que se tenha um avanço significativo. É um desafio, mais vale lembrar que o disléxico não tem um nível de inteligência inferior ao de uma pessoa sem distúrbio, o que acontece é que o disléxico precisa de um tempo maior, para conseguir avançar em determinadas tarefas que estejam relacionadas a leitura e escrita.

Os sintomas incluem retardo no desenvolvimento da fala, lentidão no aprendizado de novas palavras e retardo na alfabetização, discalculia, disgrafia, dificuldade de orientação espacial e dificuldade de coordenação motora.

A dislexia fica mais evidente na fase de alfabetização, mas é importante que o quanto antes for diagnosticado, mais rápido é introduzido o tratamento e melhora a qualidade de vida da pessoa com o distúrbio. A dislexia é um distúrbio comum e acomete de 0,5% a 17% da população mundial, e tem é um distúrbio que está sendo estudado e que pode superar as dificuldades, se diagnosticado e tratado por profissionais sérios e comprometidos.

Para se fazer o diagnóstico de dislexia é importante descartar outras possibilidades, como transtornos emocionais, déficit de atenção, entre outros. Após os primeiros sintomas, que deve ser levado em conta a frequência e intensidade, para não confundir uma criança despreparada (imatura) para o mundo da escrita, a uma criança com dislexia, e depois então deve-se procurar um especialista, que juntamente com a equipe multidisciplinar fará o diagnóstico e a partir do grau e idade, começa-se o tratamento, que não é feito com remédios e sim com terapias e profissionais que consigam minimizar as dificuldades do individuo e projetar nele a visão de que ele é capaz e que dentro da suas limitações conseguirá atingir os objetivos. O tratamento

emocional é muito importante, para que a criança esteja preparada para as críticas que poderão surgir.

ALFABETIZAÇÃO PARA DISLÉXICOS

Para que uma criança com dislexia tenha o domínio da leitura e da escrita (principal dificuldade do transtorno), é importante que alguns pontos estejam alinhados. Os pais primeiramente devem ter total consciência que ter seu filho (a) têm um distúrbio, e que deve ser tratado, tendo essa consciência, fica mais fácil tomar as devidas providências.

Tendo essa consciência os pais devem procurar uma escola que acolha o seu filho(a) e garanta que a escola pode proporcionar um ensino sistematizado e de qualidade para a criança, que essa escola seja inclusiva e que a professora seja capacitada para lidar com esse tipo de aluno, e que tenha profissionais que possam auxiliar a professora nesse processo, para que assim fique garantido os direitos do aluno. Após essa primeira análise é importante uma aproximação com a professora e uma conversa, para que todos se conheçam e que a professora possa expor seu trabalho, que irá desenvolver com a criança, e o mais importante, no dia a dia, verificar se a criança gosta da escola, se ela quer ir para a escola, isso significa muito, e diz se essa criança se sente segura nesse ambiente, lembrando que há o tempo de adaptação, que é relativo para cada criança. Esses são pontos relevantes para os pais.

A escola ao receber a criança com dislexia deve, avaliar onde é o melhor lugar para ela, qual professora está preparada para receber e acolher juntamente com a turma essa criança, e que essa professora vai conseguir ajudar a minimizar as dificuldades desse aluno, esse papel é da equipe gestora da escola.

Já a professora, quando recebe uma criança com dislexia, precisa questionar amigavelmente os pais, sobre os gostos, jeitos, e diagnóstico dessa criança, pois isso vai facilitar para que ela possa conhecer um pouco o histórico dessa criança e ficará mais fácil para ela preparar as aulas para ajudar no desenvolvimento do aluno (a).

Cabe também ao professor, antes de introduzir conteúdos e métodos, criar um ambiente favorável para receber essa criança, de uma forma que ela se sinta segura e mais próxima da sua realidade, para que ela consiga reconhecer o espaço como seu e perder o medo que possa ter, por ter a consciência de ser diferente das outras crianças, pois é comum uma criança disléxica perceber suas dificuldades e se frustrar por não corresponder a algumas expectativas.

Além disso a professora deve ser paciente, atenciosa, deve elogiar sempre os avanços, mesmo que pequenos, deve incentivar, deve ensinar os outros alunos sobre o problema e mostrar que eles podem ajudar, precisa deixar as críticas de lado no momento da aprendizagem, entender o momento das atividades como forma importante de conhecer melhor o aluno para poder ajuda-lo. E a professora deve contar com o apoio da equipe multidisciplinar da escola, fonoaudióloga, psicóloga, terapeuta, pais, diretores, coordenadores, pois só terá resultado se tiver uma ação em conjunto.

Esses são os primeiros passos para que a criança inicie sua alfabetização, que provavelmente será mais lenta e complexa, mas para o educador pode ser muito gratificante e motivador, saber que pode ajudar, pois o educador deve estar preparado para ensinar, independente da dificuldade e limitação do educando.

MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO PARA DISLÉXICOS

Voltando ao que foi escrito sobre métodos de alfabetização, não existe um método melhor ou pior quando falamos em educação, e sim existe estratégias pedagógicas que melhor se adaptam a turma ou a um indivíduo.

Não é diferente com os disléxicos, apesar da dislexia, cada um tem um grau do transtorno, e isso irá mudar a forma de trabalhar em sala de aula, mas existe estratégias que podem ajudar, mais lembrando que é a prática com cada aluno que dirá o que irá ajudar ou não.

Como os disléxicos tem dificuldades de memorização, é importante trabalhar a memória curta, para que ele possa se acostumar com algumas tarefas, o interessante para trabalhar memorização é trabalhar com:

- Painéis de rotina;
- Jogos de memória, (com poucas peças a princípio);
- Levar a vários espaços da escola, para atividades diferente, para trabalhar associação e também trabalha a noção espacial;
- Sequências de histórias (quando perceber que já se pode trabalhar);

Outra característica sintomática do disléxico é dificuldade de coordenação motora, pode-se trabalhar atividades como:

- Rasgar e fazer bolinhas com papel;
- cortar e colar;
- brincadeiras que use o corpo humano (amarelinha, correr, pular,);

- Trabalhar os sentidos, principalmente o tato com, caixa com areia ou outro material que a criança possa desenhar e apagar;
- Atividades de desenho com vários materiais diferentes (giz, lápis, guache);
- Atividades de pintura com mãos e pés, para dar noção corporal;

Lembrando que todas as ideias apresentadas devem ser feitas com frequência e repetidamente, para que assim a criança avance nesses aspectos.

Depois de trabalhar e perceber que a criança está pronta para entrar no mundo das letras, as atividades tornam-se mais minuciosas, mas continuam sendo lentas e repetitivas.

As atividades devem incluir, leituras de livros com figuras e textos curtos a princípio, diariamente e com pausas, para que a criança possa se apropriar, atividades orais são eficazes, pois as crianças com o distúrbio ouvem muito bem, e os estímulos auditivos ajudam no processo de aprendizagem.

A caligrafia deve ser colocada em segundo plano, o importante é que a criança saiba o significado das letras e palavras, que a criança seja letrada antes de alfabetizada, e depois então a apropriação da escrita e da leitura terão outro significado.

Atividades com letras e números no concreto, como por exemplo, fichas com as letras e figuras representativas, para os números pode fazer coleção de tampinhas de garrafa ou palito de sorvete e trabalhar com quantidade e números a partir desses materiais a aprendizagem fica mais dinâmica e fará mais sentido, e ficará mais fácil de posteriormente introduzir conteúdos abstratos.

Lembrando sempre de que essa alfabetização e letramento dessas crianças deve ser minuciosa e devagar, respeitando o progresso e as dificuldades do aluno. As estratégias pedagógicas devem começar em um nível fácil e aos poucos após o percebimento dos avanços ir dificultando o nível das atividades, fazendo uma retrospectiva do que já foi aprendido (memorização), fazendo um paralelo com o novo conteúdo que será ensinado.

Alfabetização e letramento para disléxicos precisam ser de forma lúdica e delicada, a criança com dislexia é totalmente capaz de adquirir a leitura e a escrita, e acima de tudo conseguir usar a leitura e a escrita para a vida em sociedade, talvez as limitações mesmo que menores e mais sucinta permaneçam, mas é possível que essas pessoas sejam protagonistas de sua própria história, sem que precisem ser reféns e passivos por toda a vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a ressaltar os cuidados necessários quanto à questão da alfabetização e letramento para pessoas com dislexia, no artigo tem uma retrospectiva da história sobre leitura e escrita, concepções e contestações sobre métodos e práticas pedagógicas, usando como referência autores conceituados no assunto, como Paulo Freire, Emília Ferreira, Magda Soares, Ana Teberosky. E contribuições de atividades e estratégias que podem ser usadas em sala de aula para que o trabalho de alfabetização seja feito de maneira lúdica, para favorecer o educando. Orientações para pais, escolar, professores também foi um tópico para o artigo.

Neste sentido, estabelecer ações relacionadas a informar e sintetizar a importância sobre o assunto e a preocupação em capacitar os profissionais a identificar o transtorno de aprendizagem e realizar as intervenções e encaminhamentos adequados para indivíduos com dislexia.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. A, ALMEIDA, M de, Cartilha da Inclusão Escolar – Inclusão baseada em evidências científicas. Disponível em: <https://www.dislexia.org.br/wp-content/uploads/2016/09/Cartilha-da-Inclusao-Escolar-para-sites.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2024.

DSM - **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**, São Paulo, Artmed, 5ª edição, 2014.

FERREIRO, Emília, **Psicogênese da Língua Escrita**. São Paulo, Artmed, 1999.

FREIRE, Paulo, **A prática da liberdade, para além da alfabetização**. São Paulo, Autêntica, 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér – PRIETO, Rosângela Gavioli – ARANTES, Valéria Amorim, **Inclusão Escolar: Pontos e Contrapontos**, São Paulo, Summus, 2006.

MENDONÇA, O. S. **Percursos históricos dos Métodos de Alfabetização**. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40137/1/01d16t02.pdf>. Acesso em 03 abr. 2024.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. São Paulo, Editora Contexto, 2020.

SOARES, Magda. **Alfaletrar: Toda criança pode aprender a ler e a escrever**. São Paulo, Editora Contexto, 2020.

SUSTENTABILIDADE SE APRENDE



Denise Tardelli Taliati

Formada e em Pedagogia e em Letras, com Pós-Graduação em Alfabetização e Letramento; Psicomotricidade; Educação Ambiental; Práticas de Alfabetização e Intervenções; Alfabetização Matemática; Pedagogia Sistêmica e Neurociência da Educação. com Pós-graduação em Educação Especial e Inclusiva.



Helen Rosana de Arruda

Formada em Pedagogia e Adm. de Empresas, com Pós-graduação Recursos Humanos e Desenvolvimento Gerencial, Alfabetização e Letramento, Alfabetização Matemática, Atendimento Educacional Especializado, Inteligência Emocional no Ambiente Escolar, Educação Infantil e Psicopedagogia Institucional e Clínica.



Viviane Ferraz de Souza Alexandrino

Formada e em Pedagogia, com Pós-graduação em Educação Especial, Intérprete de LIBRAS e Ludopedagogia.

RESUMO

Nosso planeta Terra possui todos os recursos naturais que os seres vivos necessitam para sobreviver. Esses recursos são renováveis, e assim tem sido durante milhões de anos, esse ciclo de renovação se realiza no seu tempo. Com o crescimento desenfreado da população, a quantidade de descarte de dejetos, produtos renováveis e não renováveis também aumentou consideravelmente, poluindo, degradando, contaminando e ameaçando saúde da população e a saúde do meio ambiente de maneira acelerada, prejudicando dessa forma a renovação natural de seus recursos. A tecnologia não de se inovar, o progresso acontece todos os dias, e o planeta Terra está cada vez mais saturado, precisa ser cuidado. Cuidar do meio ambiente e agir de modo sustentável, são

ideias que surgiram há bem pouco tempo, e assim surgiram pela necessidade, e pela urgência de novos hábitos em relação ao consumo dos recursos naturais, dos bens e serviços, do descarte de materiais reutilizáveis ou não. Acreditamos que essa mudança tem que ser aprendida, cuidar do meio ambiente também se aprende, e a escola é o ambiente ideal para essa aprendizagem. O assunto é vasto e complexo e exige tempo, desenvolvimento de atividades participativas, projetos e ações diárias. Precisamos conscientizar as crianças, de que não existe jogar fora, que tudo que descartamos permanece no Planeta Terra, e que sua preservação depende de todos.

Palavras-chave: Conscientização; Responsabilidade; Mudança; Planeta.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa foi realizada sobre sustentabilidade. Entende-se que devido aos problemas ambientais, existe a necessidade de promover a educação ambiental e estabelecer um processo de aprendizagem que provoque a reflexão e a construção de uma nova visão das crianças, futuros cidadãos sobre o respeito ao meio ambiente, transformando-os em agentes promotores da sustentabilidade. Podemos dar início a esta substituição de hábitos, incluindo rotinas positivas e será uma oportunidade para que as pessoas exerçam seu poder de cidadania colaborando com a organização do local em que vivem, acreditamos que essas atitudes de uma forma natural nos aproximam de outras pessoas com os mesmos interesses e objetivos, e isso faz com que a conscientização sobre cuidar do nosso planeta se expanda.

Embora o assunto seja de interesse comum, esta pesquisa sobre práticas sustentáveis, foi desenvolvida para esclarecer, orientar, conscientizar alunos de séries iniciais. Considera-se necessário promover a conscientização dos alunos sobre a importância das práticas sustentáveis. Conscientizar pessoas não é uma tarefa fácil, porém, se faz necessária a mudança do modo de pensar, dos hábitos diários, na forma de tratarmos o planeta, e os recursos naturais que este planeta nos oferece. A forma como tratamos o planeta é encarada como normal, aprendemos assim, milhões de anos se passaram, e a natureza grita por cuidado.

A escola não é o único lugar onde se aprende a respeitar, amar e cuidar do planeta que vivemos, essas atitudes deveriam fazer parte da vida de cada ser humano, se cada um de nós tivesse aprendido também, mas infelizmente vivemos numa sociedade

individualista e antropocêntrica. Os problemas que enfrentamos em nossa sociedade são históricos, e estão diretamente ligados a nossa cultura, e sem dúvida alguma ligados a educação que recebemos. Acreditamos que desenvolver com as crianças um trabalho que as faça entender o quanto é importante cuidar de nosso Planeta, com certeza fará delas seres humanos melhores para si e para o mundo.

A política vigente em nosso país, o capitalismo, exerce forte influência sobre toda a sociedade, que visa o consumo, pois, por anos vem sendo disseminado nas mídias que as pessoas consumam muito. Como conciliar sustentabilidade e capitalismo? A escola é o ambiente adequado para elucidar nossos alunos referentes às práticas de sustentabilidade, como também a ficarem atentos às mensagens propagadas de incentivo ao consumo.

Os valores, responsabilidade, comprometimento, cuidado, tudo está interligado, buscaremos desenvolver em nossos alunos, através de atividades, teóricas e práticas a criticidade, a criatividade e uma consciência inovadora, com novos conceitos, que compreendam a importância da cooperação, solidariedade, coletividade, para entenderem a importância de preservarem, cuidarem e amarem nosso lindo Planeta.

O QUE É SUSTENTABILIDADE?

O termo sustentabilidade não se encontra nos velhos dicionários, é uma terminologia recente mais facilmente encontrada em livros específicos e em sites de busca. *“Sustentabilidade - substantivo feminino: – conceito que, relacionado aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Busca suprir as necessidades do presente sem afetar as gerações futuras. Qualidade ou propriedade do que é sustentável, do que é necessário à conservação da vida”*.

A sustentabilidade consiste em um conjunto de práticas e ensinamentos, focada na questão sustentável do planeta, prevê não apenas a preservação do meio ambiente e bem-estar de sociedade, mas também o desenvolvimento econômico. Ou seja, para que isso ocorra às empresas precisam continuar a gerar lucros.

Quando se fala em sustentabilidade, ou se pesquisa sobre ela, essa proposta aparece em diversas expressões: desenvolvimento sustentável, economia sustentável, sociedade sustentável, sustentabilidade ambiental, sustentabilidade nas empresas. Podemos perceber que o tema é abrangente e preocupante.

A definição oficial das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável é a seguinte: “Um desenvolvimento que satisfaça as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas”. Existem algumas linhas que

refutam o termo desenvolvimento, alegando que o (des.) envolvimento deixa de integrar, e esse conceito não inclui de forma participativa e democrática todos os envolvidos. Pessoalmente adoto a terminologia Cultura da Sustentabilidade para ilustrar a intenção de crescer e integrar harmoniosamente homem e natureza. (ENLAZADOR, 2017, p.2).

Enlazador menciona a definição das Nações Unidas, que utiliza o termo Desenvolvimento Sustentável, como se fosse possível limitar esse desenvolvimento. Na concepção de Enlazador, ele utiliza a terminologia Cultura da Sustentabilidade como forma de integração homem e natureza, ou seja, harmonizar, tirar da natureza o que se pode repor.

Como mencionado nos PCN Meio Ambiente e Saúde, a intenção do Programa das Nações Unidas é realmente voltada a melhor qualidade de vida humana, observem:

Nas propostas apresentadas pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), emprega-se o termo “desenvolvimento sustentável” significando “Melhorar a qualidade de vida humana dentro dos limites da capacidade de suporte dos ecossistemas” Isso implica, entre outros requisitos, o uso sustentável dos recursos renováveis – ou seja, de forma qualitativamente adequada e em quantidades compatíveis com sua capacidade de renovação. (BRASIL, 1998).

Precisamos compreender que a sustentabilidade envolve aspectos diversos e a participação de diferentes instâncias da sociedade, envolve também questões éticas, políticas e econômicas.

A lógica do homem como possuidor da natureza dominou o conhecimento científico moderno e influenciou os currículos escolares, inserindo a ideia de natureza por seu valor utilitário e reforçando uma postura antropocêntrica, pela qual o homem quer dispor de todas as coisas, dominá-las e transformá-las. Essa visão predominante na sociedade contribui para manter a crise ambiental que presenciamos. (BARROS. 2009, p. 12).

Os esclarecimentos mencionados acima por Barros nos fazem perceber que as pessoas, em sua grande maioria não tem a mínima noção da gravidade dos problemas ambientais e muito menos de sua responsabilidade em cuidar dele, mesmo porque, receber uma educação voltada para as questões ambientais, nunca foi de interesse dos governos em sua maioria. Precisamos aprender a cuidar do nosso Planeta.

Atualmente quase todas as sociedades estão enfermas. Produzem má qualidade de vida para todos, seres humanos e demais seres da natureza. E não poderia ser diferente, pois estão assentadas sobre o modo de ser do trabalho entendido como dominação e exploração da natureza e da força do trabalhador. À exceção de sociedades originárias como aquelas dos indígenas e de outras [...] (BOFF. 1999, p. 136).

Conforme mencionado por Boff, as sociedades estão enfermas, mas estão desta forma porque assim foram ensinados, condicionados, alienados, dentro de um sistema, e a mudança só ocorre com a educação.

O conceito de sustentabilidade é amplo e complexo, praticar a sustentabilidade perante nosso sistema político se torna um grande desafio, mas se cada um de nós fizer sua parte, retomaremos o equilíbrio natural do planeta, e não só nós, como outras gerações futuras serão beneficiadas.

EDUCAR PARA CUIDAR

A escola é um local favorável à educação ambiental (nesta pesquisa, especificamente com foco na sustentabilidade), por vários aspectos: na escola as crianças aprendem a compartilhar, aprendem a respeitar, aprendem a ter responsabilidade, a reconhecer e trabalhar suas emoções, aprendem a cuidar, a refletir sobre suas ações, aprendem a observar o mundo de uma forma mais ampla, aprendem a se constituir como seres humanos.

Partindo do princípio que adquirir hábitos sustentáveis é um processo longo e contínuo, devemos de forma gradativa, solicitar, ensinar e o mais importante, dar exemplos de mudanças de hábito.

Cuidado todo especial merece nosso Planeta Terra. Temos unicamente ele para viver e morar. É um sistema de sistemas e superorganismos de complexo equilíbrio urdido ao longo de milhões e milhões de anos. Por causa do processo predador do processo industrialista dos últimos séculos esse equilíbrio está prestes em romper-se em cadeia. (BOFF. 1999, p. 133).

Nas palavras de Boff, constata-se a necessidade urgente de mudança no comportamento de toda humanidade. O sentimento é de profunda tristeza e agonia. A conscientização é urgente.

A educação para a sustentabilidade vai além de conscientizar para o descarte correto do lixo, da reciclagem e da forma adequada de se utilizar os recursos naturais, é também trabalhar situações que possibilitem resgatar a noção de que tudo está interligado, que somos parte da natureza, não podemos nos esquecer disso, cuidar do nosso Planeta é cuidar de nossa casa, do local onde moramos.

A geração atual vivencia o problema da escassez de recursos naturais, da degradação do meio ambiente, desmatamento desenfreado, efeito estufa, poluição,

deslizamentos, contaminação do solo, desastres ambientais, precisam saber também o que causa todos esses problemas, e os males que causam a saúde da população, precisam saber que não existe jogar fora, que tudo o que é descartado permanece aqui em nosso planeta. Essa realidade está cada vez mais presente na vida de todos nós, precisamos agir rápido, conscientizando, informando, orientando os futuros cidadãos.

Segundo o programa (Pnuma), Programa das Nações Unidas para O Meio Ambiente, uma sociedade sustentável, é aquela que vive em harmonia com nove princípios interligados; Respeitar e cuidar da comunidade dos seres vivos, Melhorar a qualidade de vida humana, Conservar a vitalidade e a diversidade do Planeta Terra, Minimizar o esgotamento de recursos não renováveis, Permanecer nos limites de capacidade de suporte do Planeta Terra, Modificar as atitudes e práticas pessoais, Permitir que as comunidades cuidem de seu próprio ambiente, Gerar uma estrutura nacional para a integração de desenvolvimento e conservação e Construir uma aliança global. (Brasil. 1997, p. 38, 39,40 e 41).

Conforme citado acima, constatou-se que, muitas mudanças devem ocorrer para se atingir a excelência em relação ao tratamento que nosso Planeta merece.

A educação ambiental é uma oportunidade para se ter um olhar atento a reconstrução de um novo ponto de vista sobre a sociedade e a natureza, criando caminhos e promovendo a consciência ambiental:

Segundo artigo 1, da Política Nacional de Educação Ambiental, entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL,1999). Segundo artigo 2, da Política Nacional da Educação Ambiental, a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal. (BRASIL, 1999).

Para a conquista da sustentabilidade equitativa o processo de aprendizagem deve ser permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Devem-se afirmar valores e ações que contribuam para a transformação humana e social e para a preservação ecológica estimulando a formação de sociedades justas e ecologicamente equilibradas.

Segundo artigo 13, da Política Nacional da Educação Ambiental entendem-se por educação ambiental não formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na

defesa da qualidade do meio ambiente. Parágrafo único. O Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará: I - a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente; II - a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não formal; III - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não governamentais; IV - a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação; V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação; VI - a sensibilização ambiental dos agricultores; VII - o ecoturismo. (BRASIL 1999).

Diante destes importantes artigos é indispensável que formemos cidadãos que se comprometam com o conceito de sustentabilidade em todos os seus sentidos entendendo que existe a responsabilidade individual e coletiva nos níveis local, nacional e planetário em evitar que as gerações futuras não tenham condições de suprir suas necessidades já que os recursos naturais são limitados e finitos.

Conforme Enlazador, (2017, p.02) “o comprometimento individual no aqui - agora, irá favorecer a corrente pela sustentabilidade e essa forte ação em rede, sensibilizará a todos que ainda não acordaram do sono profundo e continuam maltratando nossa mãe natureza”.

A consequência das intensas atividades humanas tem transformado negativamente nosso planeta, como por exemplo a poluição das águas e o risco de sua extinção, a poluição do ar e a chuva ácida, o desmatamento que pode provocar o processo de desertificação, o aumento da temperatura global, a destruição da camada de ozônio e o efeito estufa. Entender que os problemas ambientais hoje enfrentados, tiveram seu início com a evolução do homem ao começar a descobrir a tecnologia, pode trazer para a sociedade a consciência de que é preciso rever seus hábitos.

Até o século XIX, a grande maioria dos dejetos gerados pela sociedade era biodegradável. O lixo decompunha quando enterrado, e nenhum dano ao meio ambiente era observado. Mesmo utensílios de metal eram utilizados em pequenas quantidades, dado seu alto custo de fabricação. Possuir um produto industrializado era um luxo. No século XIX, porém, iniciou-se o avanço de Revolução Industrial. E este avanço, associado à manutenção das velhas práticas humanas de descarte de resíduos, deu início a um processo de contaminação ambiental cujas consequências seriam sentidas no século XX. [...] A Revolução Industrial desencadeou um processo que afetou diretamente a geração de resíduos. Com o desenvolvimento da Indústria, produtos mais baratos e de melhor qualidade puderam

ser desenvolvidos. Assim o acesso da população a produtos como medicamentos e artigos de limpeza aumentou, provocando uma melhoria da qualidade e aumento da expectativa de vida e crescimento cada vez maior da população. O crescimento da população levou a um aumento da procura de produtos industrializados promovendo o aumento da produção nas indústrias existentes e o surgimento de novas indústrias. Ainda no século XIX, a Era do Petróleo teve início, querosene e outros derivados de petróleo passaram a ser usados com solventes e como combustíveis e no século XX, a indústria química descobriu que derivados de petróleo podiam ser utilizados para a fabricação de dezenas de outros produtos – dentre eles, solventes e diversos tipos de plásticos. O desenvolvimento de embalagens plásticas barateou ainda mais os custos de transporte e produção, barateando o preço à população. O ciclo se perpetua. (SILVA, 2015, p.4-6-7).

Os esclarecimentos mencionados, afirmam que a atividade humana polui o meio ambiente, fato agravado através da industrialização causadora de vários danos ambientais. O consumo exagerado, o desinteresse, e a falta de informação da população é algo que precisa ser avaliado cuidadosamente e substituído por práticas conscientes para reverter a crise ambiental.

Atualmente é preciso desenvolver a conscientização ambiental e nos tornar responsáveis pelos resíduos que geramos.

Existe uma preocupação constante entre o desenvolvimento e a preservação do meio ambiente, que se intensifica a cada ano.

Há 26 anos, num evento que aconteceu no Rio de Janeiro a ECO 92, a ONU providenciou a Agenda 21.

A Agenda 21 foi subscrita por 179 países. A expressão “Agenda” tem o sentido de planejar a participação de toda a sociedade civil, setor privado e governo, convocando-os a participar e assumir compromissos que visem solucionar problemas a curto, médio e longo prazo. A Agenda 21 prevê a implantação de uma Agenda 21 (em andamento), estadual e municipais, além disso pode ser aplicada em escolas, empresas bairros e comunidades sendo um ótimo instrumento para o enraizamento de práticas sustentáveis onde vivemos, estudamos e trabalhamos. (ENLAZADOR. 2017 p. 01).

ATITUDES SUSTENTÁVEIS

A melhor maneira de minimizar urgentemente a degradação do meio ambiente é ensinarmos nossas crianças com pequenas ações diárias, e aulas bem planejadas. As atitudes sustentáveis devem ser praticadas a todo o momento em todos os lugares, porém a escola é o ambiente que reforça esse potencial de trabalho.

Logo de início as crianças devem estar conscientes de que não é uma tarefa fácil, que agir de forma sustentável requer disciplina, mas que tudo que estiver sendo feito é para que possamos ter um futuro melhor, e porque não dizer, para que de fato tenhamos um futuro. As atividades a serem realizadas são inúmeras, apresentarei aqui, apenas algumas atitudes básicas, mas de grande importância.

Logo de início é imprescindível que as crianças sejam orientadas a não misturar o material descartado dentro e fora da sala de aula, e que essa atitude deve a partir de então fazer parte de sua vida, para isso devem ser utilizadas lixeiras apropriadas, já para esta ação a escola deve estar preparada, com lixeiras específicas, uma para cada material descartado.

É importante que eles aprendam a diferença entre o que é lixo (é tudo aquilo que não tem utilidade em hipótese alguma, é qualquer sobra que não tenha outra finalidade a não ser o aterro sanitário ou incineração) e o que é resíduo (os resíduos podem ser secos ou orgânicos, os resíduos secos se aproveita para a reciclagem o orgânico para a compostagem), infelizmente para muita gente ainda, tanto um como outro é a mesma coisa.

Atividades relacionadas à compostagem também são muito importantes, as crianças interagem, manuseiam a terra e percebem a mudança a de coloração da mesma pela ação do húmus e a presença de seres vivos, contam suas vivências, aprendem com os colegas e ensinam também. Através dessa atividade de compostagem, as crianças percebem a transformação da terra.

Após o trabalho de compostagem, podemos dar início a uma horta, que é um excelente trabalho a ser desenvolvido, a horta se torna um espaço de construção e conhecimento, fruto de um trabalho multidisciplinar, possibilita a interação de todos, desperta para o cuidado com o meio ambiente e produção de alimentos saudáveis.

Importante falar também como o lixo que produzimos é descartado, e para onde ele vai, o que são os aterros sanitários e como são construídos, se de fato o governo investe na construção de aterros pensando na saúde pública, quantos aterros sanitários temos em todo o Brasil, para que servem os lixões, e quantos existem.

É imprescindível também, introduzir estudos relacionados com os 3Rs que são o princípio da sustentabilidade: Reduzir, Reutilizar e Reciclar. Cada um desses itens deve ser explicados e trabalhado de maneira abrangente, embora sejam apenas três palavrinhas, elas trazem consigo muitas informações.

É de nosso conhecimento que já existem outros Rs relacionados a sustentabilidade os 5Rs e 8Rs, acrescentaram o Repensar e o Recusar, e ainda

Respeitar, Responsabilizar-se e Repassar. De uma maneira geral, esses termos estão intrínsecos nos 3Rs. Referente aos 3 Rs, a Reciclagem além de dar o destino correto ao material descartado, contribui com a redução da quantidade de resíduos e como fonte de renda. Muitos brasileiros conseguem manter suas famílias como catadores de material reciclável, outros tantos desempenham suas funções dentro de cooperativas. É muito provável alguns de nossos alunos não tenham conhecimento desta nova forma de trabalho.

Na educação infantil todas as crianças têm sua canequinha para tomar água, desde a tenra idade já estão tendo noções de uma ação sustentável, que deve ser mantida e fundamentada nos outros anos escolares. Essa atitude corresponde ao R de Reutilizar, ou seja, prolongar a vida útil dos produtos, no caso da canequinha, esta não será descartada e sim reutilizada por muitas vezes.

Outro R muito importante é o R de Reduzir, quem não gosta de um longo banho? Que criança que não gosta de brincar com água? Pensando na saúde de nosso Planeta os banhos terão que ser menos longos. Reduzir implica em várias outras situações como usar lâmpadas que consumam menos energia, não desperdiçar alimentos, usar sacolas retornáveis e muito mais.

Dentro deste mesmo enfoque, Reduzir, cuidamos para que ao sairmos da sala de aula, as luzes e os ventiladores sejam desligados. As garrafinhas de água, são sempre recarregadas pela metade, para garantir água fresca sempre e evitar o desperdício.

O período de degradação dos materiais descartados no meio ambiente, é assunto que rende muitas discussões entre as crianças, elas se tornam mais observadoras, disciplinadas e preocupadas em realmente cuidar do Planeta em que vivem. São atitudes simples, mas fazem uma grande diferença se cada um de nós fizer a sua parte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se desde o início da pesquisa que nada é mais importante do que a Educação, tão menosprezada e desvalorizada em nosso país como em tantos outros.

O ser humano é um ser incompleto, é fruto do meio e da sociedade que vive, se for educado a ter respeito, compaixão, tolerância, cuidado, a observar suas próprias atitudes, ser perceptível, sensível, responsável, disciplinado e comprometido, muitos dos problemas que as sociedades encaram nos dias de hoje não existiriam. O ser humano precisa se humanizar.

As crianças precisam crescer entendendo e aprendendo que estamos vivendo num Planeta que se não for cuidado e respeitado, os impactos ambientais negativos

tendem a crescer, e todos seremos afetados, a responsabilidade da saúde desse Planeta é de todos.

Nossas crianças de hoje serão nossos futuros cidadãos e o futuro do planeta e dos seres vivos, depende das escolhas e do comprometimento de cada um desses cidadãos, somente as mudanças de comportamento que se iniciam adquirindo consciência sobre o padrão de consumo, hábitos solidários e sustentáveis podem trazer soluções para os problemas ambientais, é relevante a preservação dos recursos naturais, não somente porque deles depende a sobrevivência da humanidade, mas pela consciência de sua exuberância, e o fato de que animais, plantas e tudo o que a natureza significa merecer cuidados e ética.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Maria de Lourdes Teixeira. **Educação Ambiental no Cotidiano da Sala de Aula: Um percurso pelos anos iniciais**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico. 2009.
- BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. 5ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.
- BRANDÃO, Ignácio de Loyola. **Manifesto Verde: O presente é o futuro**. – 7ª ed. São Paulo: Global e Gaia. 2001.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente saúde/ Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília. 1997.
- BRASIL. Lei n. 9795, de 27 de abril de 1999. **Regulamenta sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acesso em 20 mar. 2024.
- DIAS, Genebaldo Freire. **Atividades Interdisciplinares de Educação Ambiental. Práticas Inovadoras de Educação Ambiental**. 2ª ed. São Paulo. Gaia, 2006.
- DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS: **DICIO** Disponível em: <https://www.dicio.com.br/> Acesso em 20 mar. 2024.
- ENLAZADOR, T. **Almanaque para Práticas sustentáveis: Pratique ações Eco pedagógicas e trilhe seus passos rumo a Cidadania Planetária**. 2. ed. S.I. *Creative Commons*, 2017.
- MOVIMENTO LIXO CIDADÃO. Sindicato das Empresas de Limpeza Urbana do Estado de São Paulo (SELUR), **Lixo urbano: responsabilidade compartilhada**. Disponível em: <<http://movimentolixocidadão.com.br/lixo-urbano-responsabilidade-compartilhada/>>. Acesso em 18 mar. 2024.
- SILVA, Fernando Rodrigues. **Gestão de Resíduos de Serviço de Saúde. Treinamentos e Consultoria**. São Paulo. Via Sápia. p.4-6-7, 2015.

DESAFIOS PARA EDUCADORES FISICOS DIANTE DAS INCLUSÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL



Alexsandra Nunes de Almeida Santos Silva

Formada e em Pedagogia.



Maria da Guia Pires Galdino

Formada em Pedagogia, com Pós-graduação em em Alfabetização e Letramento e Ludoterapia nos anos iniciais.



Camila Campos de Oliveira Sala

Formada e em Pedagogia, com Pós-graduação em Educação Especial e AEE e Psicopedagogia e Educação Especial.

RESUMO

Este estudo objetivou encontrar junto aos autores caminhos pedagógicos para o trabalho de crianças na educação infantil em classes regulares contendo as mais diversas inclusões, sendo elas, motoras, cognitivas ou sociais. Autores como Piaget, Freire, Gallahue, Vygotsky afirmam que através das brincadeiras e ludicidades das sequencias pedagógicas a criança evoluirá em seu processo de desenvolvimento. Nesse contexto educacional compreenderemos que as aulas de educação física para esta fase deverão ser revistas e reformuladas priorizando a ludicidade do brincar como um dos principais meios de aprendizagem da criança, a qual representa o próprio movimento. Através do brincar a criança será capaz de desenvolver seus movimentos fundamentais

transformando sua realidade, através de uma ética educacional na qual ela absorverá suas necessidades básicas e habilidades motoras para sua sobrevivência. Diante das dificuldades apresentadas pelo próprio ambiente escolar, o professor de educação física dentro do seu espaço de aula viverá realidades de superação a cada aula, pois muitas inclusões motoras terão maiores dificuldades diante das mais diversas atividades, mesmo de forma simples como andar em linha reta, correr, saltar, entre tantas. Confirmaremos o que já se é evidente diante da importância e a necessidade do professor de educação física para a educação infantil onde serão em suas aulas que se visualizarão grandes partes do aprendizado motor da criança, nos quais os estímulos em atividades práticas através do brincar em uma sequência lógica, repercutirão em seu processo de evolução e construção da sociedade. As opiniões sobre o profissional de educação física nesta fase da criança sofrerão diversas críticas e aceitações, porém diante destes fatores muito mais do que simplesmente ensinar, os professores desta área exercerão seu papel de contribuição para formação do ser.

Palavras-chave: Inclusão; Educação Física; Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

Ao analisarmos os documentos de ensino do Ministério da Educação (MEC), encontraremos diversos fatores que são essenciais para o trabalho com a Educação Infantil, dentre os quais irei direcionar a uma realidade vivenciada em grande parte das redes de ensino regular, no qual a inclusão em um ambiente escolar depende da adequação dos materiais didáticos, espaço físico, bem como, pequenos cuidados que devem ser observados durante a convivência. O primeiro passo para se trabalhar a inclusão é fazer com que os pais compreendam e ajudem seus filhos no desenvolvimento e socialização, para que assim possamos defender a educação inclusiva como uma instituição que agrega os alunos das mais diversas inclusões, seja de cunho motor, cognitivo ou social.

Quando observamos uma criança brincando independente de sua faixa etária, visualizamos a forma como ela vai construindo seu próprio mundo com suas mais diversas particularidades e tudo aquilo que ela trás deste mundo de brincadeiras para sua identidade, sua forma de expressar o que sente naquele determinado momento. Ou seja, expressam exteriorizando aquilo que teriam dificuldades de colocar em palavras. Dentro

deste contexto do brincar, os educadores físicos entendendo a necessidade da criança fazem valer o direito da mesma já descrita na Lei tanto da Constituição como na LDB.

Dentro deste contexto a educação física escolar deve ser entendida como a área do conhecimento que compreende as manifestações biológicas e culturais, o desenvolvimento motor, cognitivo e social da criança desde sua iniciação na educação infantil. Levar o aluno a conhecer novas realidades e se mostre um ser reflexivo e construtor de conhecimento, e não apenas um simples ouvinte com ações robóticas, pois hoje a nova pedagogia mesmo trazendo políticas tradicionais, se mostra inovadora para a relação professor e aluno, no qual o mediador em sua aula deve absorver o que o aluno trás em sua bagagem de experiências já vivenciadas até então e assim inclui-lo no processo das relações históricas, buscando assim superar e transformar o que está posto na sociedade.

O DESENVOLVIMENTO MOTOR SEGUNDO OS AUTORES

1-FRIGOTTO, A DIALÉTICA DO CONHECIMENTO

O homem é um ser em constantes evoluções diárias. A vida humana é composta de movimentos os quais retratam as primeiras manifestações e expressões de vida, desde sua concepção, seguida do processo de comunicação entre o ser e o meio em que ele vive. A criança é o próprio movimento, pois através do ato de movimentar-se, engatinhar, agarrar, segurar, sugar entre os mais diversos reflexos que a criança vai desenvolvendo dentro do seu processo de sobrevivência.

Não somente nas aulas de educação física, mas também no dia a dia da criança podemos perceber que no processo de desenvolvimento motor ela vai assumindo um caráter autêntico e desenvolvendo suas capacidades somáticas e funcionais as quais estimulam e desenvolvem suas funções psíquicas. Vemos que a partir da iniciação escolar uma série de fatores adentrarão o dia a dia da criança. Seu aprendizado estará voltado a uma cultura de motricidade, raciocínio lógico, cognitivo e afetivo-social.

No processo dialético de conhecimento da realidade, o que importa fundamentalmente não é a crítica pela crítica, o conhecimento pelo conhecimento, mas a crítica e o conhecimento crítico para uma prática que altere e transforme a realidade anterior no plano do conhecimento e no plano histórico-social. (FRIGOTTO, 1991, p.81).

Frigotto (1991) afirma que o conhecimento deve transformar a realidade da criança para que o processo de aprendizado possa ir perpetuando para sua formação desde seu desenvolvimento natural até a psíquico-social, e também na concretização do caráter enquanto homem perante sua sociedade. Em outras palavras o conhecimento assim como a cultura marca o caráter de um homem, sua tradição e seus costumes. Assim também como a vida da criança é marcada por fatores do meio externo, aquilo que dele ela absorve.

O que constatamos hoje em muitas escolas é a deficiência de não se encontrar professores de educação física lecionando para a educação infantil. O que ainda não compreendemos é o porquê de não se ter este profissional nesta etapa escolar, já que encontramos nas mais diversas literaturas que esta fase da criança não pode passar sem que a mesma tenha desenvolvido sua motricidade, habilidades e capacidades fundamentais que transformarão sua vida em toda sua existência. O qual não nos atenta dizer que isto não aconteça com os alunos nesta fase, afinal reconhecemos que os professores regentes desempenham este papel na vida da criança, porém defendemos que se cursamos licenciatura em educação física, é um sinal verídico que assim como os professores regentes de sala, temos como dever fazer parte da vida escolar destas crianças buscando trabalhar todos os seus movimentos fundamentais, somáticos, funcionais e sociais, adequando suas especificações para os diferentes públicos e idades.

Afinal o que se constata hoje são os professores de educação física nas series finais do ensino fundamental, e ensino médio. Será que nossas crianças da creche também não precisam deste professor muito mais nesta etapa para vivenciar estas experiências com as aulas de educação física do que encontrar estas aulas no ensino fundamental após o 4º ano e constatar que princípios básicos como rolar, saltar, equilibrar por não ter sido bem desenvolvido na iniciação hoje se transformaria em uma insegurança para este aluno. Estes são fatores sérios que me levou a dirigir esta pesquisa ao ato que vai além de educar, mas também cuidar para que todas as etapas da criança sejam respeitadas e vivenciadas todos os dias.

Historicamente, a educação especial tem sido considerada como a educação de pessoas com deficiência, seja ela mental, auditiva, visual, motora, física, múltipla ou decorrente de distúrbios invasivos do desenvolvimento, além das pessoas superdotadas também têm integrado o alunado da educação especial.

Segundo o modelo clínico, os que apresentam alterações orgânicas (estruturais ou funcionais) são considerados estatisticamente como desviantes. Socialmente estão percebidos como “enfermos e incapazes”. Nesses sentidos, deficiência

se confunde com patologia, e as limitações que dela decorrem (como não ver, não ouvir, não andar, por exemplo), como impeditivas de uma vida “normal” em sociedade.

No imaginário social, a deficiência (principalmente a mental) tem foros de doença exigindo, portanto, cuidados clínicos e ações terapêuticas. A educação dessas pessoas é adjetivada de especial em função da “clientela” a que se destina e para a qual o sistema deve oferecer “tratamento” especial, tal como contido nos textos da Lei 4024/6 1 e da 5692/71, hoje substituídas pela nova Lei de Diretrizes e Bases Educação Nacional (LDB-9394/96).

Na atual LDB, constatamos sensível evolução, embora o alunado continue como “clientela” (Nota 1) e a educação especial esteja conceituada como modalidade de educação escolar oferecida a educandos portadores de necessidades especiais. Conceber a educação especial como modalidade educação porque perpassa todos os níveis seria até vantajoso, mas, em nossa cultura traduz-se como uma outra modalidade o que nos leva equivocadamente, a pensar que convivemos duplicidade de educações (*latu sensu*), cujas finalidades e objetivos não são os mesmos para todos, variando em função das características da “clientela”(Nota 2). Com esse olhar, a educação especial tem se constituído como um subsistema à parte, tão segregada teórico metodologicamente das discussões sobre o processo educativo em geral (educação comum ou regular), quanto têm estado seus alunos, seja na escola ou na ordem social.

2- GALLAHUE e OZMUN, COMPREENDENDO O DESENVOLVIMENTO MOTOR

Desenvolvimento motor é a continua alteração no comportamento ao longo do ciclo da vida, realizado pela interação entre as necessidades da tarefa, a biologia do individuo e as condições do ambiente. (GALLAHUE e OZMUN, 2003, p.3).

Segundo Gallahue e Ozmun (2003) o desenvolvimento motor ocorrerá durante toda a vida do individuo, e inúmeras serão as mudanças que constituirão cada fase da criança em seu processo de desenvolvimento. Ou seja, vemos que é uma necessidade da criança receber os estímulos fundamentais nas diferentes fases e etapas do seu processo de motricidade.

Mas hoje também reconhecemos que muitos profissionais da educação física acabam se tornando o “professor da bola”, não olham para o seu aluninho de quatro anos como um ser em movimentos, mas sim um jogador em miniatura, o qual tendo posse da bola fará sua própria interação com o meio e de forma agravante esquece que a socialização desta criança deve ser construída com todos e tudo a sua volta. Gallahue e

Ozmun (2003, p.3) afirmam ainda que “(...) o ensino não explica o aprendizado, mas o desenvolvimento sim”.

Como em ditados populares nos quais dizem que diante de fatos não existem argumentos, concordamos com os autores em sua afirmação onde mostra que o desenvolvimento pode explicar o que se aprendeu ou ainda no que se absorveu do meio. Este é um processo pelo qual a criança vivenciará passo a passo suas transformações. E através das aulas de educação física se concentrarão grandes partes do desenvolvimento motor.

Porém, alguns profissionais da área da educação, assim ousou falar os próprios secretários de educação municipais afirmam que aulas de educação física para a creche, a pré-escola e até mesmo as series iniciais não deveriam ser inseridas no planejamento escolar desses alunos, pois acreditam que o professor regente, formado em pedagogia ou o magistério está muito mais apto e preparado pra trabalhar brincadeiras e atividades que estimulem o desenvolvimento motor da criança, pois consideram que as aulas de educação física se resumem em bagunças que podem causar tumultos indisciplinados no ambiente escolar.

Este é mais um fator no qual não compreendemos, pois se não há necessidade deste profissional nesta área, não seria necessário toda a preparação acadêmica e os estágios nesta fase da vida da criança, afinal cada professor entende da sua área. Partindo dessa ideia entendemos que: Desenvolvimento é um processo permanente que se inicia na concepção e cessa somente na morte. (GALLAHUE E OZMUN, 2003, p.6).

Assim como na natureza em que nada se perde e tudo se transforma, o desenvolvimento pode ser justificado nestas palavras de Gallahue e Ozmun (2003), em dizer que o mesmo só cessará com a morte. A criança como nosso objeto de estudo é um ser em constantes processos de transformações diárias, as quais os professores de educação física diante do simples ato de cuidar, deverão ter um olhar voltado para as inúmeras fases que se encontrarão as mesmas. Pois, hoje é possível constatar muitas vezes o desejo da criança pela bola, a opção dos meninos em praticar o futebol e o futsal, afinal muitas vezes em todo seu processo de desenvolvimento motor foi o que se vivenciou tanto em seu dia a dia como no ambiente escolar. Assim repetimos o que já dissemos que os profissionais da educação física acabam se tornando o “professor da bola”, tanto na iniciação como na perpetuação da sua vida escolar do aluno.

Para Lê Boulch (1982), os movimentos da criança de mais ou menos dois meses de idade, de levar as mãos á boca, agarrar uma com a outra, olhar os dedos são um verdadeiro “jogo de mãos” “[...] *um dos primeiros sinais de atividade cortical que vai*

desencadear verdadeiras atividades intencionais, isto é, com uma finalidade determinada". (LE BOULCH, 1982, p.57).

As crianças que se encontram em período de desenvolvimento na faixa etária compreendida entre 05 anos de idade, a prática de atividades motoras devem obedecer a um verdadeiro ritual preparatório cuja seqüência vai desde seus reflexos naturais até as atividades motoras, cognitivas e sociais, exercidas nas escolas para este público. Sendo assim cabem as escolas trabalhar com a ludicidade de um repertório a partir das experiências vividas, porém é fundamental garantir aos alunos acesso as novas experiências e oportunidades para que possam desenvolver suas competências.

Competências estas que devem possuir um olhar aguçado do professor no qual deverá cuidar e zelar para que todas as etapas da criança na escola sejam vivenciadas e experimentadas. Para que assim além do ato de educar possamos também compreender que a criança significa movimentar-se e assim vá descobrindo o novo mundo que está a sua volta. Melo em uma de suas palestras citou que em determinada época da história grega "*abriu-se a caixa de Pandora*", da mesma forma nossas crianças buscam todos os dias desvendar novos mistérios em seu processo de desenvolvimento. (MELO, 2007).

Conforme "aquilo que é chamado padrão de movimento é decorrência de necessidades adaptativas no início da vida. Antes de ser um padrão de movimento, é a expressão da inteligência não verbal". (FREIRE, 1992, p.28).

Diante do que Freire (1992) nos fala apenas vamos cultuando o que vivenciaremos ao adentrar no universo da criança. Assim é diante desta realidade que nos preocupa como deverá ser a educação física para este público. Afinal esta é uma fase de desafios para professores desta área, pois, para a criança é um universo que se abre o qual ela buscará as mais diversas formas de absorvê-lo em seu processo de desenvolvimento e aprendizagem. Diante disso Vygotsky (1987) complementa:

"O desenhar e brincar deveriam ser estágios preparatórios ao desenvolvimento da linguagem escrita das crianças. Os educadores devem organizar todas essas ações e todo o complexo processo de transição de um tipo de linguagem escrita para outro. Devem acompanhar esse processo através de seus momentos críticos até o ponto da descoberta de que se pode desenhar não somente objetos, mas também a fala. Se quiséssemos resumir todas essas demandas práticas e expressá-las de uma forma unificada, poderíamos dizer o que se deve fazer é, ensinar às crianças a linguagem escrita e não apenas a escrita de letras" (VYGOTSKY, 1987, p.1340).

O autor diante de sua afirmação nos mostra com clareza o que outros autores como Gallahue (2003), Freire (1992), Piaget (1972) entre vários já defendem em suas

conclusões que o brincar deve estar na vida da criança. Constatamos que nos mais diversos métodos que busquemos para esta fase, encontraremos os dizeres destes autores no qual será brincando que a criança evoluirá em seu processo de desenvolvimento motor, cognitivo e social. Assim para educadores físicos as aulas de educação física na educação infantil deverão possuir este caráter lúdico e recreativo que conduzirá a criança nas etapas de seu desenvolvimento respeitando as fases, os limites, proporcionando novas descobertas, amizades, interação, divertimento, sentimentos entre tantos outros fatores que a criança absorverá do meio externo, através deste simples ato do brincar, o qual formará para a vida o homem. Diante desta prática Moyles (2002) nos mostra que:

“O brincar aberto, aquele que poderíamos chamar de a verdadeira situação de brincar, apresenta uma esfera de possibilidades para a criança, satisfazendo suas necessidades de aprendizagem e tornando mais clara a sua aprendizagem explícita”. (MOYLES, 2002, p.36).

Piaget (1998) assim como Moyles (2002) defende esta proposta quando diz: “A atividade lúdica é o berço obrigatório das atividades intelectuais da criança, sendo por isso, indispensável à prática educativa”. (PIAGET, 1998, p.160).

Piaget apresenta assim que a criança deve ser tratada como criança, precisa experimentar a infância como um todo em sua plena ludicidade de todas as fases. Piaget (1998) nos faz compreender o quanto à criança necessita do brincar para sua expansão intelectual, e assim entendemos como ele que nas brincadeiras, uma criança age de acordo com sua visão do mundo, construindo e transformando o que esta posto na sociedade. Assim através das aulas de educação física o brincar deverá ser inserido nas propostas pedagógicas para esta disciplina, a qual deve ser um planejamento claro para os professores nesta área escolar da criança, que as conduza a explorar as novas possibilidades em seu aprendizado e desenvolvimento motor.

3-PIAGET E A INCLUSÃO

Analisando diversos artigos e documentos onde mostra que Piaget já refletia em 1948 sobre o real significado de um direito à educação, afirmando que esse direito significava muito mais do que frequentar a escola:

“Todo ser humano tem o direito de ser colocado, durante a sua formação, em um meio escolar de tal ordem que lhe seja possível

chegar ao ponto de elaborar, até à conclusão, os instrumentos indispensáveis de adaptação que são as operações da lógica” (PIAGET, 1972, p. 32).

É evidente o que isso significa no enorme aporte deixado pela obra piagetiana, uma vez que esses instrumentos básicos e indispensáveis são elaborados a partir de uma interação indissociável entre o sujeito e seu meio físico e social e consolidados num período fundamental e inicial de nossas vidas.

A esse respeito, somente para exemplificar, podemos comentar as situações de nossas escolas de educação infantil, sobretudo agora em que as crianças as deixam ainda mais novas para compor o ensino fundamental de nove anos. Se os docentes não compreenderem bem seu papel na formação dos instrumentos cognitivos necessários ao desenvolvimento posterior, não saberão realizar intervenções pedagógicas adequadas. Aliás, é isso que vemos ocorrer: escolas e docentes preocupados em alfabetizar e deixando de solicitar questões relacionadas a outras formas de simbolização, à construção de estruturas espaciais, temporais e causais, bem como estruturas lógicas e operatórias como a conservação, a classificação e a seriação.

Quando Piaget discute a questão do direito à educação ele atribui um papel essencial à escola e à ação docente. Diz ele: Proclamar que toda pessoa humana tem o direito à educação não é pois unicamente sugerir, tal como o supõe a psicologia individualista tributária do senso comum, que todo indivíduo, garantido por sua natureza psicobiológica ao atingir um nível de desenvolvimento já elevado, possui além disso o direito de receber da sociedade a iniciação às tradições culturais e morais; é pelo contrário e muito mais aprofundadamente, afirmar que o indivíduo não poderia adquirir suas estruturas mentais mais essenciais sem uma contribuição exterior, a exigir um certo meio social de formação “*todos os níveis (desde os mais elementares até os mais altos) o fator social ou educativo constitui uma condição do desenvolvimento*” (PIAGET, 1972, p.33).

Vemos aí que Piaget atribui um papel fundamental às questões inerentes a fatores sociais. Não é possível desenvolver-se e, conseqüentemente, aprender sem o outro, sem um professor, capaz de provocar o desenvolvimento discente. E é esse professor, esse outro que permitirá a inclusão. Quando pensamos em inclusão, não devemos pensar somente nos sujeitos com necessidades educacionais especiais (NEE). Sabemos que uma escola verdadeiramente inclusiva deve incluir a todos: o negro, o pobre, o indisciplinado, o que não consegue aprender.

Piaget nos faz compreender que em todos os níveis educacionais não é possível aprender sem estar no meio e interagindo com o outro. Nos mostra que assim como os direitos e deveres do cidadão, todos tem direito de estar integrados em um âmbito educacional desde sua iniciação escolar.

Como nos diz Piaget (1972) a formação adequada e uma aprendizagem real dependem do estabelecimento de relações complexas entre professor e alunos e entre os próprios alunos. Assim, o adulto desempenha o importante papel de solicitar o pensamento e a atividade da criança, organizando situações estimulantes que envolvam criação, invenção, descoberta, questões e problemas a serem solucionados, trocas de pontos de vista entre parceiros e trabalhos em pequenos grupos. Cabe a ele organizar situações que possam constituir perturbações, levando ao desequilíbrio cognitivo e, assim, desencadeando o processo de equilíbrio, o desenvolvimento e a aprendizagem em sentido amplo. É isso que os pesquisadores conseguem. Sem isso a escola e os próprios docentes continuarão a excluir os que não aprendem e, portanto, estaremos longe de compreender o real significado da inclusão: *“compreender é inventar, ou reconstruir através da reinvenção”* (PIAGET, 1972, p. 17).

Quando Piaget nos diz que o objetivo da educação é formar indivíduos autônomos moral e intelectualmente, o ideal inclusivo está aí, bem posto. O autor vai mais além, mostrando que a maneira como o professor conduzirá a vida escolar também afeta esse ideal. *“[...] se (o aluno) é passivo intelectualmente, não conseguirá ser livre moralmente”* (PIAGET, 1972, p.61).

O que necessita ser instaurado em nossas escolas é um verdadeiro espírito epistemológico que usaremos aqui num sentido único, o sentido de se ter uma fundamentação a partir do conhecimento, ou seja, em como ele se processa. É isso que deve dirigir as ações pedagógicas. Dessa forma, o aprofundamento numa teoria que explica esse conhecimento, da sua gênese à sua consolidação, como a teoria piagetiana, é fundamental. Antes mesmo de abandoná-la, de julgá-la ultrapassada, de seguirmos modismos ou novas correntes que se impõem, necessitamos refletir sobre o que sabemos e o que conhecemos da teoria de Piaget. Um saber superficial de nada ajudaria nossas crianças, nem mesmo nossa prática.

A atualidade da teoria construtivista se apresenta nos inúmeros resultados de pesquisas junto a crianças que não aprendem, nos trabalhos que indicam mudanças pedagógicas eficazes e propulsoras da construção do conhecimento. Essa atualidade também se encontra na análise cuidadosa dos fundamentos que nortearam a obra

piagetiana. Um exemplo disso é o que discutimos neste trabalho. Encerramos colocando aqui mais um pensamento piagetiano sobre a educação:

“O direito à educação é, portanto, nem mais nem menos, o direito que tem o indivíduo de se desenvolver normalmente, em função das possibilidades de que dispõe, e a obrigação, para a sociedade, de transformar essas possibilidades em realizações efetivas e úteis.” (PIAGET, 1972, p.35).

Mesmo em sua época Piaget já se mostrava através de suas teorias, como uma teoria da inclusão, refletindo e mostrando os direitos do ser humano. As escolas hoje recebem grandes números de alunos com diversas necessidades inclusivas, não somente motora ou cognitiva mais também de socialização nas mais diferentes realidades familiares. Assim o professor se torna um psicólogo necessitando trabalhar com as dificuldades dos alunos e a aceitação e compreensão dos pais, principalmente quando se trata de crianças na pré-escola.

O BRINCAR NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

De acordo com Piaget, no início, para se conhecer um objeto, é preciso manipulá-lo, senti-lo, tê-lo presente. Por exemplo, não é possível para a criança pequena entender quanto é duas laranjas mais três, se não puder tocar e mexer nas laranjas de verdade. Mais tarde, ela não precisará mais lidar materialmente com os objetos para concluir relações entre eles, mas conseguirá mentalmente resolver problemas que envolvem essas relações: a soma, a comparação entre as laranjas etc. Piaget estudou como o homem chega a não precisar dos objetos concretos para extrair deles relações: como faz isso mentalmente, pensando sobre os objetos.

Ele estudou como nasce o conhecimento abstrato, ou seja, um conhecimento independente da ação do homem sobre os objetos e como é gerado o conhecimento lógico, mental. Este projeto de estudo piagetiano é denominado epistemologia genética. Genética significa a gênese, isto é, a origem do conhecimento. Episteme significa científico, e logia quer dizer estudo. Piaget pesquisou a origem do conhecimento científico no homem.

De acordo com Piaget o conhecimento não pode ser concebido como algo predeterminado desde o nascimento, nem como simples registro de percepções e informações. O conhecimento é consequência das ações e interações do sujeito com o objeto de conhecimento, seja do mundo físico ou da cultura. É uma construção que vai

sendo elaborada desde a infância, que se classificam em fases que são necessárias para o desenvolvimento e aprendizado da criança.

Formulou sua teoria através de seus estudos e percebeu que o conhecimento evolui progressivamente por meio de estruturas de raciocínio que, substituem uma às outras através de estágios. Isto significa que a lógica e formas de pensar de uma criança são completamente diferentes da lógica adulta. Piaget desenvolve sobre esta temática relacionada às estruturas lógicas do raciocínio:

“(...) a aprendizagem não se confunde necessariamente com o desenvolvimento, e que, mesmo da hipótese segundo a qual as estruturas lógicas não resultam da maturação de mecanismos inatos somente, o problema subsiste em estabelecer se sua formação se reduz a uma aprendizagem propriamente dita ou depende de processos de significação ultrapassando o quadro do que designamos habitualmente sob este nome” (PIAGET, 1974, p. 34).

Piaget (1988) analisou os fatores biológicos e os sociais na constituição do ser humano. Na análise da gênese do conhecimento, certamente o ser humano nasce com estruturas inatas do sistema nervoso (próprio da espécie) e forma de adaptação biológica no entanto, nossas ações que se elaboram a partir do estofa inicial biológicos e constitui progressivamente graças aos fatores sociais:

“Desde que os homens falam, por exemplo, nenhum idioma se implantou por hereditariedade, e é sempre através de uma ação educativa externa do ambiente familiar junto à criancinha que essa aprende a sua língua, tão apropriadamente denominada “materna”. Sem dúvida as potencialidades do sistema nervoso humano tornam possível tal aquisição, negada aos antropoides, e a posse de uma certa ‘função simbólica’ faz parte destas disposições internas que a sociedade não cria mas utiliza; todavia sem uma transmissão social exterior (isto é, em primeiro lugar educativa), a continuidade da linguagem coletiva tornar-se-ia praticamente impossível” (PIAGET, 1988, p. 30).

Diante desta questão, Piaget considera a aprendizagem e a maturação, porém, existe uma complexa relação entre os processos biológicos (maturação de mecanismos inatos) e as experiências físicas ou sociais, que resultam na aprendizagem, ou seja, este último não se resume somente em desenvolvimento. Seria muito superficial uma teoria que admitisse a necessidade de uma maturação e posteriormente um processo de aprendizagem. Piaget não pensa a aprendizagem desvinculada do desenvolvimento, mas não possui a tese que primeiro precisa desenvolver para depois aprender (essa foi uma má leitura de Piaget).

Para a criança a brincadeira é uma forma de exercitar a sua imaginação, se relacionando de acordo com seu interesse e suas necessidades junto à realidade de um mundo que pouco conhecem. Através das brincadeiras a criança reflete, organiza, constrói, destrói, e reconstrói seu universo. A inteligência procede da ação em seu conjunto, na medida em que transforma os objetos e o real, e que o conhecimento, cuja formação pode seguir-se na criança, é essencialmente assimilação ativa e operatória. *...Percepção: depende do aspecto figurativo do conhecimento real. Ação sensório-motora: operativa e transforma o real.*

Nas constâncias perceptivas, o objeto não é modificado na realidade, mas apenas na aparência, isto é, do ponto de vista do sujeito. Sendo necessária uma regulação perceptiva. No caso das conservações, o objeto é modificado em realidade e, para compreender a invariância, é preciso construir operatoricamente um sistema de transformações que assegura as compensações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro de um processo educacional e inclusivo, a necessidade de capacitações aos profissionais em todas as áreas são extremamente fundamentais para o bom resultado no desenvolvimento dos alunos. Levar os alunos a se conhecerem e respeitarem suas diferenças, construindo conhecimento, se tornando seres críticos e reflexivos. O brincar é o principal meio de aprendizagem da criança que direcionara as aulas de educação física na educação infantil. É dele que ela absorverá as necessidades básicas, as habilidades para sobreviver, onde desenvolverão a imaginação, criatividade, visando à formação crítica de analisar e formular idéias. Vemos assim que diante das observações dos diferentes autores, falar sobre a inclusão ainda era algo distante das realidades e expectativas para o ensino regular, as quais hoje integram todo âmbito escolar mesmo diante de toda fragilidade do ensino em não estar tão preparado para esta evolução.

É possível compreender que o brincar proporciona uma ética de aprendizagem em que as necessidades básicas podem ser satisfeitas. Essas necessidades incluem oportunidades de praticar, escolher, comunicar, de conhecer e valorizar a si mesmos e as próprias forças, de entender as limitações pessoais, interagir com os outros e ser parte de

uma experiência social, entre outros. Necessidades essas que é tarefa do professor proporcionar situações de brincar que possam atender às necessidades da aprendizagem das crianças.

“Não existe estrutura sem gênese, nem gênese sem estrutura” (Piaget). Ou seja, a estrutura de maturação do indivíduo sofre um processo genético e a gênese depende de uma estrutura de maturação. Sua teoria nos mostra que o indivíduo só recebe um determinado conhecimento se estiver preparado para recebê-lo. Ou seja, se puder agir sobre o objeto de conhecimento para inseri-lo num sistema de relações.

Não existe um novo conhecimento sem que o organismo tenha já um conhecimento anterior para poder assimilá-lo e transformá-lo. O que implica os dois polos da atividade inteligente: assimilação e acomodação. É assimilação na medida em que incorpora a seus quadros todo o dado da experiência ou estruturação por incorporação da realidade exterior a formas devidas à atividade do sujeito.

É acomodação na medida em que a estrutura se modifica em função do meio, de suas variações. A adaptação intelectual constitui-se então em um *"equilíbrio progressivo entre um mecanismo assimilador e uma acomodação complementar"* (PIAGET, 1982). Piaget situa, segundo Dolle, o problema epistemológico, o do conhecimento, ao nível de uma interação entre o sujeito e o objeto. E *"essa dialética resolve todos os conflitos nascidos das teorias, associacionistas, empiristas, genéticas sem estrutura, estruturalistas sem gênese, etc., e permite seguir fases sucessivas da construção progressiva do conhecimento"* (PIAGET, 1974, p. 52).

A maior dificuldade em se trabalhar com as diferentes inclusões é como encontrar caminhos diversos se a preparação do professor ainda não acontece dentro do sistema educacional. Diferente de estar em uma sala de aula em colunas é trazer este aluno para ambientes externos como a quadra e ter todo material e recursos próprios para trabalhar com toda turma em sua totalidade, sem exclusões de ambas as partes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Direito à educação - necessidades educacionais especiais: subsídios para atuação do ministério público brasileiro**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Escola para Todos – Como você deve se comportar diante de um educando portador de deficiência**. 3. ed. Brasília: Ministério da Educação, 1997.

- _____. Parâmetros Curriculares Nacionais. Adaptações Curriculares. Brasília: Ministério da Educação, 1999.
- FREIRE, J. B. **Educação de corpo inteiro: Teoria e prática da educação física.** São Paulo; Editora Scipione, 1992.
- FRIGOTTO, G. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional.** São Paulo; Atlas Editora, 1991.
- LE BOULCH, J. **O Desenvolvimento Psicomotor do nascimento aos 6 anos.** Porto Alegre; Artes Médicas, 1982.
- LIMA, Lauro de Oliveira. **Piaget para principiantes.** 2. Ed. São Paulo: Summus, 1980. 284 p.
- GALLAHUE, D. L. e OZMUN, J. C. **Compreendendo o desenvolvimento motor: Bebês, Crianças, Adolescentes e Adultos.** São Paulo; Phorte Editora, 2003.
- PIAGET, J. **A psicologia da criança.** Ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1998.
- PIAGET, Jean. "A formação do símbolo na criança - imitação, jogo e sonho, imagem e representação". Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- PIAGET, J. **Para Onde Vai a Educação?** Rio de Janeiro: José Olympo, 9ª edição, 1988.
- PIAGET, Jean e BARBEL, Inhelder. **A Psicologia da criança.** Tradução de Octavio Mendes Cajado. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- PIAGET, Jean. Aprendizagem e Conhecimento. In.: Aprendizagem e conhecimento. Tradução Equipe da Livraria Freitas Bastos. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1974.
- PIAGET, Jean. A epistemologia Genética. In: Os pensadores. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. São Paulo: Abril Cultural, 2ª edição, 1983.
- PIAGET, Jean. Biologia e conhecimento: ensaio sobre as relações entre as regulações orgânicas e os processos cognoscitivos. Tradução de Francisco M. Guimarães. Petrópolis: Vozes, 1973.
- PIAGET, Jean. Psicologia e pedagogia. Tradução Editora Forense Universitária–Dirceu Accioly Lindoso e Rosa Maria Ribeiro da Silva. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.
- PIAGET, J. *Para onde vai a educação?* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1972.
- PIAGET, J; APOSTEL, L; MANDELBROT, B. *Logique ET equilibre.* (Études d'épistemologie génétique II). Paris: Presses Universitaires de France, 1957.
- PIAGET, J.; INHELDER, B. **A Psicologia da Criança.** Rio de Janeiro: Difel, 1978.



PRATICANDO A ÉTICA NO COTIDIANO EDUCACIONAL: PEQUENAS AÇÕES, GRANDES IMPACTOS

Priscila Puccetti Rodrigues Kyt

Formada em Pedagogia e em Letras Português/Inglês, com Especialização em Alfabetização e em Educação Empreendedora.

RESUMO

Praticar a ética no dia a dia do educador é fundamental para criar um ambiente de aprendizado saudável e respeitoso. Pequenas ações éticas podem ter um impacto significativo no desenvolvimento dos alunos e na cultura da escola. O artigo propõe uma reflexão renovada sobre o papel do educador, enfatizando uma abordagem construtivista fundamentada em valores éticos. Destaca-se que cada profissional no processo educacional desempenha um papel crucial na formação dos alunos e no desenvolvimento do conhecimento. É essencial que as práticas educativas diárias promovam um ambiente escolar ético e propício à construção do saber.

Palavras-chave: Educador; Ética; Desenvolvimento do Conhecimento; Práticas Educativas.

INTRODUÇÃO

Pequenas ações éticas podem ter um impacto significativo no desenvolvimento dos alunos e na cultura da escola. O artigo propõe uma reflexão renovada sobre o papel do educador, enfatizando uma abordagem construtivista fundamentada em valores éticos. Destaca-se que cada profissional no processo educacional desempenha um papel crucial na formação dos alunos e no desenvolvimento do conhecimento. É essencial que as práticas educativas diárias promovam um ambiente escolar ético e propício à construção do saber e de uma cultura pautada pela ética.

A ÉTICA EM DEBATE

Segundo Sánchez (2002), a moral só pode surgir quando o homem supera sua natureza e torna-se membro de uma coletividade. Com o passar dos tempos, ao longo da história cristã, os ambientes educacionais exploravam a educação moral e, nesse contexto, eram utilizados textos bíblicos. Hoje, o que se vê é o afastamento da preocupação em ensinar a moral, o que contradiz o dever de respeitar o outro e ser respeitado, com o uso da linguagem (comunicação humana) conforme explicitado nos PCN's/Ética (1997:70). Nesse contexto, percebemos que os termos moral e ética, de etimologias diferentes (a primeira latina e a segunda grega), porém com significados complementares, dizem respeito aos costumes e regras de uma sociedade.

Muitos autores estudam a respeito da moralidade e seu desenvolvimento, sendo Kohlberg um dos grandes nomes. Segundo o autor, existem fases do desenvolvimento moral:

- Moralidade pré-convencional: quando a criança cumpre regras sem interiorizá-las, por obediência a uma autoridade;
- Moralidade convencional: neste estágio, a criança cuida para que as regras sejam cumpridas pela coletividade;
- Moralidade pós-convencional: a criança cumpre e tem plena consciência das regras.

Já Piaget (1974) disserta sobre a fase egocêntrica, a moral por obrigação. Ambos os autores ressaltam a importância dos estudos das diferentes fases do desenvolvimento moral para que não sejamos mais heterônomos e sim autônomos, visando um mundo onde a equidade prevaleça.

O crescimento de uma nação está diretamente ligado à qualidade de sua educação. A questão é: qual é o perfil da educação na era da informação? Como estabelecer metas? Como educar com ética e para a ética? Landislau Dowbor (1998:259) deixa claro que a escola precisa adaptar-se às mudanças, não sendo apenas "lecionadora" — isto é, transmitindo conhecimentos — mas sim "gestora de conhecimento e administradora para o desenvolvimento humano". Jacques Delors (1998), coordenador do "Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional Sobre Educação para o Século XXI" em Educação: um tesouro a descobrir, aponta como principal consequência da sociedade do conhecimento a necessidade de aprendizagem ao longo de toda a vida (Lifelong Learning), isto é, aprender a aprender, tendo o professor como guia nesse importante caminho. Os fatos descritos aqui evidenciam a importância da inclusão da ética na educação.

EDUCANDO PARA A ÉTICA

Nossas condutas e comportamentos são reflexos de nossas vivências. Chauí (2001:340) afirma que reproduzimos aquilo que faz parte do nosso cotidiano e destaca alguns ambientes como a família, escola e trabalho. No contexto social, os costumes (conjunto de regras - cultura) são anteriores ao nosso nascimento. Um exemplo claro dessa realidade é Sócrates, que questionava os atenienses sobre o sentido dos costumes estabelecidos e as disposições de caráter que levavam alguém a respeitar ou infringir os valores de uma sociedade. A partir dessa reflexão, percebemos que os valores dependem do meio. Por isso, o papel do professor é fundamental, pois ele forma indivíduos que disseminarão valores justos que se estenderão à sociedade.

Embora os gregos não compartilhassem dos questionamentos socráticos, hoje Sócrates é conhecido como “o fundador da moral”. Isso nos leva à reflexão sobre a constante formação humana e como a autonomia é uma “alavanca” para essa formação, tornando cada pessoa um cidadão íntegro.

“O prudente é aquele que, em todas as situações, é capaz de julgar e avaliar qual a atitude e qual a ação que melhor realizarão a finalidade ética, ou seja, entre várias escolhas possíveis, qual a mais adequada para que o agente seja virtuoso e realize o que é bom para si e para os outros”. (CHAUI, 2001 p. 342).

Ao longo da história, a ética tem passado por transformações significativas. A busca pela felicidade e plenitude são valores centrais na ética, conforme enfatizado por Platão e Aristóteles. Este artigo visa estimular reflexões, baseando-se em eventos históricos marcantes. Desde a ética no cristianismo, onde viver segundo princípios éticos implica amar e servir a Deus, até o período do Renascimento e Iluminismo nos séculos XV ao XVII, quando o foco era a liberdade pessoal e o lema de liberdade, igualdade e fraternidade. Kant argumenta que o ideal ético é a autonomia individual (citado por Valls, 1994).

Segundo Valls (1994:17), “num país de analfabetos, falar de ética é sempre revolucionar toda a situação”. Nesse caso, entra o professor como mediador.

Os conteúdos éticos devem fazer parte do cotidiano e de toda prática escolar. Os PCN's/Ética (1997:70) ressaltam o respeito mútuo: “(...) respeitar e ser respeitado: ao dever de respeitar o outro, o direito de ser respeitado”. Nesse contexto, os PCN's

ênfatizam o diálogo como fonte de conhecimento humano, fundamental para viver em plenitude:

- Valorização do diálogo como instrumento para esclarecer conflitos;
- O ato de escutar o outro, esforçando-se para compreender o sentido preciso da fala do outro;
- Assumir posições segundo seu próprio juízo de valor, considerando diferentes pontos de vista e aspectos de cada situação;
- Adoção no dia a dia de atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças e discriminações;
- Compreensão do conceito de justiça como base para a construção de uma sociedade justa;
- Compreensão da vida escolar como participação no espaço público na construção de uma sociedade democrática e solidária (BRASIL, PCN, 1997 p. 39).

Os conteúdos éticos que norteiam toda a prática escolar cotidiana são o respeito mútuo, justiça, diálogo e solidariedade. O enfoque dado à solidariedade é próximo à ideia de “bondade”: doar-se, ajudar sem interesses (PCN's/Ética, 1997). Com o uso do diálogo, espera-se que o aluno participe do universo da comunicação humana, sendo capaz de expressar suas próprias ideias, ouvir e ser entendido. Nesse contexto, o professor atua como mediador, administrando conflitos e proporcionando um ambiente de autonomia.

O aluno precisa passar por etapas em que ele seja o centro, seus conhecimentos prévios sejam valorizados e usados a seu favor. Essa abordagem não apenas o faz pensar, mas o conduz a pensar por conta própria: o principal objetivo do professor mediador é permitir que o aprendiz desenvolva suas próprias concepções e opiniões, integrando seu caráter à coletividade. O professor mediador propõe ao discente novas maneiras de aprender, nas quais o indivíduo é o sujeito de sua aprendizagem. Nessa dinâmica, o aluno é capaz de relacionar a realidade ao método adotado pelo professor.

De acordo com DeVries e Zan (1998:31), na relação professor-aluno, é o professor quem “estabelece o ambiente sociomoral organizando a sala para ambientes individuais e de grupos, relacionando-se com as crianças de um modo cooperativo”. Ressalta-se, portanto, a importância da imagem do professor enquanto autoridade, não como autoritário.

Muitas pessoas acreditam que a instituição de ensino, ou o professor, não deveria se preocupar com o desenvolvimento social e moral dos alunos, focando apenas no desenvolvimento intelectual. No entanto, no cotidiano, o docente transmite mensagens sociais e morais, de maneira implícita ou explícita.

Infelizmente, segundo DeVries e Zan (1998:35), isso se reflete quando percebemos que muitos professores adotam uma postura coercitiva, e seus alunos se tornam submissos e conformistas, sem agirem de maneira autônoma e reflexiva sobre suas ações, reproduzindo ensinamentos sem compreendê-los. Quando os alunos não entendem as razões das regras, estas são vistas como arbitrárias, ou seja, as regras são desconhecidas. Assim, na relação heterônoma, o professor prescreve o que o aluno deve fazer, oferecendo regras prontas e instruções de comportamento; em outras palavras, o aluno não interioriza a norma, apenas a cumpre.

Por outro lado, na relação autônoma e cooperativa, o professor retribui o respeito dado pelos alunos, permitindo-lhes regular seu comportamento voluntariamente, o que os ajuda a desenvolver sentimentos morais que consideram a coletividade. Nesse contexto, a interação é crucial para a construção da autonomia; é durante essas interações que ocorrem as trocas, colocando os alunos em situações de igualdade. Portanto, o papel do professor é crucial.

Portanto, é evidente que nenhuma comunicação acontecerá se o professor não for ativo nesse processo, mediando situações e promovendo reflexões sobre ações rotineiras para facilitar a interação e, conseqüentemente, a ação.

Para participar da vida social, é essencial que desenvolvamos habilidades que capacitem os indivíduos a agir em diversos contextos, de uma perspectiva sistêmica. Muitos educadores destacam a importância de preparar os alunos para o futuro, enfatizando a necessidade de estudo ético baseado na realidade social e individual. Os estudos mencionados aqui desencadeiam ações que têm significado, sendo crucial na formação de cidadãos.

Aplicar a ética em nossas ações rotineiras é uma excelente estratégia para construir e mediar a aprendizagem. As práticas éticas levam o homem além de suas concepções. Em um país como o nosso, paradoxalmente carente dessas práticas, a vivência da ética é fundamental. Formar indivíduos íntegros não se trata apenas de aprender conhecimentos prontos, mas de aplicar esses fundamentos na prática. Para isso, é necessária uma reflexão contínua.

A ÉTICA E A TRANSVERSALIDADE

A ética permeia todas as áreas do conhecimento de forma transversal, refletindo os valores e crenças fundamentais da sociedade e integrando-se de maneira intrínseca à educação. Nesse contexto, é essencial reconhecer o papel crucial do professor como mediador nesses passos decisivos em direção à formação de uma sociedade íntegra.

Essa abordagem deve ser prioritária na formação dos professores, exigindo um sólido embasamento teórico e reflexivo para que suas ações sejam catalisadoras de mudanças positivas.

É crucial que o docente realize uma reflexão crítica constante sobre suas práticas, uma habilidade que se desenvolve através da experiência diária. Citando Corporali (1999), Vinha destaca a importância desse processo em sua obra.

“Enquanto a escola ensina conceitos como matemática, geografia, ciências, entre outros, frequentemente negligencia aspectos fundamentais como cortesia, compaixão, generosidade, doçura e lealdade. Pouco se discute sobre por que muitos filósofos consideram a coragem a mais bela das virtudes, ou os perigos que ela pode apresentar quando desacompanhada de virtude e justiça” (CARPORALI, 1999 P. 23).

Esse trecho enfatiza a urgência de integrar diariamente a educação ética, mostrando como a intervenção ativa dos professores é crucial para fomentar a inclusão social. Para agir de maneira ética, é fundamental cultivar o pensamento crítico, algo que os educadores devem estimular ao criar ambientes propícios para essa reflexão.

O professor, como mediador, exerce um papel fundamental na formação da sociedade, exigindo um constante estudo que una reflexão teórica e prática. A globalização representa um marco nesse novo paradigma, oferecendo uma visão abrangente e indispensável para o ambiente educacional. Portanto, é fundamental entender o que devemos aprender e ensinar, reconhecendo que não somos indivíduos autônomos, como expressado de forma impactante por Drummond: “Assim nos criam burgueses, nosso caminho traçado”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino da arte nas escolas da rede regular deixou de ser algo mecânico e superficial para tomar um lugar efetivo no processo de desenvolvimento comportamental e ético das crianças.

Aplicar a ética em todas as ações rotineiras da escola é uma excelente estratégia para construir e mediar a aprendizagem. As práticas éticas levam o indivíduo para além de suas concepções. Em um país como o nosso, paradoxalmente carente dessas práticas, vivenciar experiências éticas passa a ser fundamental. E como a missão da escola é formar indivíduos íntegros, não apenas de transmitir conhecimentos prontos, mas tornar o aprendizado útil para o aluno, e aplicar esses fundamentos éticos na prática,

e cabe aos professores, gestores e todos os agentes escolares refletirem diariamente sobre cada atitude realizada, para que se crie uma cultura de ética e respeito e essa cultura faça parte do caráter dos alunos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. **A rosa do povo** – 1ª Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BRASIL, PCN - **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética**/ Secretária de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAPORALI, Renato. **Educação & ética**. Rio de Janeiro: Cryphus, 1999 (Educação em diálogo; v.1).

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 12ª ed. São Paulo. Ática, 2001.

DEVRIES, Rheta; BETTY, Zan. **A ética na educação infantil: o ambiente sócio-moral na escola**. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

DOWBOR, L. **A reprodução Social**. São Paulo: Vozes, 1998.

BRASIL, PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética/ Secretária de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

PIAGET, J. et ali "**Fundamentos científicos para a educação do amanhã**", in: Educar para o futuro. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1974.

SÁNCHEZ, Vasquez Adolfo. **Ética/ tradução de João Dell' Anna**. 22ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002).

VALLS, Álvaro L. M. **O que é ética**. 9ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos: 177).

Revista AUTÊNTICOS

Instituto P2G Educacional
Rua Marquês de Lages, 729 - Ipiranga
CEP 04162-001- São Paulo - SP

Nossos Contatos:
Fone: 11-2947-3283
Whatsapp: 11-95123-9337

www.revistaautenticos.com.br
E-Mail: contato@revistaautenticos.com.br
Rua Marquês de Lajes, 729 – Ipiranga – São Paulo-SP –CEP 04162-001
Fone: (11) 2947-3283.